

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

**RAFAEL PEREIRA DA SILVA**

Representações, discursos e (in) visibilidades da negritude no telejornalismo brasileiro:  
quando o negro e as relações étnico-raciais são notícias na TV?

RIO DE JANEIRO  
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

RAFAEL PEREIRA DA SILVA

Representações, discursos e (in)visibilidades da  
negritude no telejornalismo brasileiro: quando o  
negro e as relações étnico-raciais são notícias na  
TV?

Tese de Doutorado apresentada ao programa de  
Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola  
de Comunicação, Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título  
de Doutor em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Becker

RIO DE JANEIRO  
2020

## **RAFAEL PEREIRA DA SILVA**

Representações, discursos e (in) visibilidades da negritude no telejornalismo brasileiro: quando o negro e as relações étnico-raciais são notícias na TV?

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito à obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Comunicação e Mediações Socioculturais

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Becker

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Becker  
Professora Doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Titular: Prof. Dr. Fernando Antônio Resende  
Professor Doutor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Titular: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Iluska Maria da Silva Coutinho  
Professora Doutora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

---

Titular: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marialva Barbosa  
Professora Doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Titular: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suzy dos Santos  
Professora Doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço primeiramente a Deus por ter me permitido chegar até aqui, alcançando mais este objetivo.*

*Agradeço a minha mãe, Rutimar, por ser minha grande heroína, meu exemplo de força, luta e dedicação, pelo amor incondicional, carinho, incentivo e amizade.*

*Agradeço ao Wanderson (Didi) pela amizade e pelo cuidado, amor e carinho com minha mãe.*

*Agradeço, especialmente, à minha querida orientadora que tem sido uma segunda mãe, além de uma professora e orientadora sensacional neste lindo desafio do doutorado, agradeço pelos puxões de orelha, pelo incentivo, pelas orientações e por ter abraçado este projeto com tanto carinho, sem as suas intervenções nada disso seria possível.*

*Agradeço a todos os mestres e professores que contribuíram para minha formação.*

*Agradeço às professoras Marialva Barbosa, Susy Santos e Iluska Coutinho e ao professor Fernando Resende por aceitarem participar desta Banca e contribuírem com seus conhecimentos e experiências.*

*Agradeço a todos os amigos que direta ou indiretamente contribuíram com o desenvolvimento deste trabalho, sobretudo, aos colegas de turma e disciplinas, e aos membros do grupo de pesquisa Mídia, Jornalismo Audiovisual e Educação.*

*Agradeço a minha namorada Naná Laender pelos momentos de companheirismo, apoio, alegria e extroversão tão contagiantes e que ajudaram a arejar e amenizar os percalços e o estresses da vida acadêmica*

*Agradeço muito aos amigos que também poderia chamar de anjos: Joana Tassinari, Dayiene Azevedo e Igor Gama que me receberam em suas casas nas várias idas e vindas entre Minas Gerais e Rio de Janeiro.*

*In Memória: agradeço a minha avó Ruth, minha segunda mãe, por ter colaborado com minha formação e educação.*

## EPÍGRAFE

“O problema não é mais conhecer o mundo, mas transformá-lo”

Frantz Fanon

## RESUMO

SILVA, Rafael Pereira da. Representações, discursos e (in) visibilidades da negritude no telejornalismo brasileiro: quando o negro e as relações étnico-raciais são notícias na TV?. Rio de Janeiro, 2020. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 da Presidência da República revela que a televisão é o principal meio de informação para a maioria da população brasileira. A partir dessa constatação a tese visa analisar as representações do negro, do racismo e das relações étnico-raciais no telejornalismo brasileiro. Assumimos que a invisibilidade do negro nas produções televisivas ainda funciona como instrumento de exclusão. Os telejornais são capazes de representar a diversidade cultural, entretanto, seus modos de produção e padrões narrativos são tão cristalizados que impedem o reconhecimento e a representação da diferença, produzindo a invisibilidade e os estereótipos sobre o negro. Porém, os telejornais também podem contribuir para a redução de desigualdades e para a democracia ao atribuírem visibilidade às diferentes identidades culturais do país. Como assevera Ramos (2002), discutir as dinâmicas da mídia frente às questões de raça e etnicidade é, em grande medida, discutir as matrizes do racismo no Brasil, não sendo possível promover um processo de transformação cultural e de superação do racismo, de combate aos estereótipos e de luta contra a discriminação sem a participação efetiva dos meios de comunicação. A pesquisa busca fazer uma análise comparativa da produção noticiosa de dois telejornais de abrangência nacional, o Repórter Brasil, da TV Brasil, e do Jornal Nacional da Rede Globo. Adotamos a metodologia da Análise Televisual (AT) proposta por Beatriz Becker (2005, 2012, 2016), por permitir a leitura crítica de conteúdos e formatos audiovisuais, formada por três etapas: a descrição ou contextualização do objeto de estudo; a análise televisual, reunindo uma análise quantitativa e uma análise qualitativa e a interpretação dos resultados. Tal método é aplicado neste estudo para entender como as relações étnico-raciais são noticiadas na TV. O *corpus* é constituído por 168 edições dos referidos noticiários televisivos, coletadas de novembro de 2017 a maio de 2018, totalizando 110 horas de material audiovisual. Buscamos identificar se os telejornais contribuem ou não para a emergência e construção de novos debates e discursos sobre negritude no país. Esta reflexão implica discutir as matrizes do racismo no Brasil e a produção noticiosa da televisão. As narrativas telejornalísticas tomadas pela perspectiva da diferença podem ser estratégicas no combate à injustiça social e na promoção do reconhecimento cultural da população negra no Brasil. A reflexão crítica proposta neste trabalho é fundamentada nos estudos sobre negritude e relações raciais no país, bem como em análises antropológicas e sociais, pesquisas sobre comunicação, mídia e cultura, contribuições dos Estudos Culturais, teorias do jornalismo, estudos de telejornalismo, e amparada, especialmente, em obras dos seguintes autores: Florestan Fernandes, Thomas Skidmore, Lilian Schwarcz; Amilca Araújo Pereira, Joel Rufino dos Santos, Nancy Fraser, Teun A. Van DIJK, Stuart Hall, Roger Silverstone, Muniz Sodré, Marialva Barbosa, Liv Sovik, Rodrigo Miguel Alsina, Felipe Pena, Beatriz Becker, Iluska Coutinho e Arlindo Machado.

## Abstract

SILVA, Rafael Pereira da. Representations, discourses and (in) visibility of blackness in Brazilian television news: when is black and ethnic-racial relations news on TV?. Rio de Janeiro, 2020. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The 2016 Brazilian Search for Media of the Presidency of the Republic reveals that television is the main means of information for the majority of the Brazilian population. Based on this observation and the verification of the importance of this medium in the daily life of Brazilians, the thesis aims to analyze the representations and social discourses of black, racism and ethnic-racial relations in Brazilian television journalism. We assume that the invisibility of the black in television productions, especially television journalism, still acts as an instrument of exclusion. Television news programs are capable of representing cultural diversity; however, their modes of production and narrative patterns are so crystallized that they prevent the recognition and representation of difference, producing invisibility and stereotypes about the black. However, television news can also contribute to reducing inequalities and to democracy by giving visibility to the different cultural identities of the country. As Ramos (2002) argues, discussing the dynamics of the media in the face of questions of race and ethnicity is, to a large extent, discussing the matrixes of racism in Brazil. It is not possible to promote a process of cultural transformation and overcoming racism, stereotypes and combating discrimination without the effective participation of the media. Our objective is to make a comparative analysis of the news production of two national news broadcasts, Reporter Brazil, TV Brazil, and Jornal Nacional de Rede Globo. We adopted the methodology of Televisual Analysis (AT) proposed by Beatriz Becker (2005, 2012, 2016), for allowing a critical reading of audiovisual contents and formats, formed by three stages: the description or contextualization of the object of study; the televisual analysis, bringing together a quantitative analysis and a qualitative analysis and the interpretation of the results. Such a method is applied in this study to understand how ethnic-racial relations are reported on TV. The corpus is partial consists of 168 editions of the aforementioned television news, collected from November 2017 to January 2018, totaling 110 hours of audiovisual material. We seek to identify whether or not television news contributes to the emergence and construction of new debates and discourses about blackness in the country. This reflection implies discussing the matrices of racism in Brazil and the news production on television. The telejournalistic narratives taken from the perspective of difference can be strategic in combating social injustice and promoting the cultural recognition of the black population in Brazil. The critical reflection proposed in this work is based on studies on blackness and racial relations in the country, as well as on anthropological and social analyzes, research on communication, media and culture, contributions of Cultural Studies, journalism theories, telejournalism studies, especially in works by the following authors: Florestan Fernandes, Thomas Skidmore, Lilian Schwarcz; Amilca Araújo Pereira, Joel Rufino dos Santos, Nancy Fraser, Teun A. Van DIJK, Stuart Hall, Roger Silverstone, Muniz Sodré, Marialva Barbosa, Liv Sovik, Rodrigo Miguel Alsina, Felipe Pena, Beatriz Becker, Iluska Coutinho and Arlindo Machado.

## Lista de Figuras

Figura 1: Distribuição da população, por cor ou raça .....	22
Figura 2: Desigualdades Sociais por Raça e Cor.....	27
Figura 3: Dados frequência ensino superior .....	28
Figura 4: Negros na política .....	30
Figura 5: Página Globoplay.....	118
Figura 6: Facebook Repórter Brasil.....	118
Figura 7: Gravador de tela Apowersoft .....	118
Figura 8: Página do Youtube.....	118
Figura 9: Novo cenário Repórter Brasil .....	120
Figura 10: Chamada TV Brasil Facebook. ....	121
Figura 11: Chamada Pergunta do Dia Facebook .....	122
Figura 12: Chamada matéria sobre deposição de Roberte Mugabe, ditador do Zimbábue....	125
Figura 13: Mulheres negras sofrem com as desigualdades no Brasil.....	125
Figura 14: Willian Bonner e Renata Vasconcelos, âncoras titulares JN .....	129
Figura 15: Heraldo Pereira na apresentação do JN.....	129
Figura 16: Katiúcia Neri e Pedro Pontes, âncoras titulares RB.....	130
Figura 17: Luciana Barreto apresentando o RB .....	131
Figura 18: Zileide Silva, repórter JN .....	131
Figura 19: Maria Júlia Coutinho, repórter da previsão do tempo, JN .....	132
Figura 20: Luciana Barreto, repórter RB.....	132
Figura 21: Iara Baduino, repórter RB .....	133
Figura 22: Luanda Belo, repórter RB .....	133
Figura 23: Paulo Leite, repórter RB .....	134
Figura 24: Douglas Chocolate, interprete de escola de samba entrevistado JN .....	134
Figura 25: Pele, ex-futebolista, personagem matéria JN .....	135
Figura 26: Romero Juca, político, em entrevista para o JN.....	136
Figura 27: Fontes matéria de economia JN .....	136
Figura 28: Edmeire Exaltação, dirigente Casa das Pretas, RB .....	137
Figura 29: Jurema Werneck, dir. ex. Anistia Internacional, RB .....	137
Figura 30: Alexandre Milagres, médico pneumologista, .....	138
Figura 31: Carlos Alberto Nascimento, fonte matéria atropelamento em Copacabana, RB ..	138

Figura 32: Bancada do Jornal Nacional.....	140
Figura 33: Redação do Jornal Nacional.....	140
Figura 34: Imagem de deslocamento de Renata Vasconcelos no estúdio .....	141
Figura 35: Interação Renata Vasconcelos e Maria Júlia Coutinho.....	141
Figura 36: Bancada Repórter Brasil .....	141
Figura 37: Bancada Repórter Brasil com entrada ao vivo.....	142
Figura 38: Pedro Pontes apresentando o RB da sala de comando.....	142
Figura 39: Bancada Repórter Brasil a partir de março de 2018 .....	143
Figura 40: Apresentação da Previsão do Tempo e chamadas ao vivo.....	143
Figura 41: Matéria sobre taxa de desemprego exibida pelo JN.....	147
Figura 42: Abertura da reportagem extermínio de jovens negros.....	145
Figura 43: Passagem Luciana Barreto matéria encarceramento de mulheres .....	148
Figura 44: matéria Serra da Barriga reconhecida Patrimônio Cultural do Mercosul, exibida pelo Repórter Brasil Figura.....	148
45: Imagem localização União dos Palmares .....	148
Figura 46: Universitários pretos e pardas.....	149
Figura 47: Universitários Brancos .....	149
Figura 48: População de pretos e pardos no Brasil .....	149
Figura 49: Imagem matéria Extermínio de jovens negros e encarceramento, RB. ....	150
Figura 50: Abertura da passagem da repórter sobre desigualdade na ocupação de cargos de gerência. A jornalista está em foco.....	151
Figura 51: No encerramento passagem, após o movimento de câmera a estudante negra ganha destaque em primeiro plano.....	151
Figura 52: Imagens de arquivos utilizadas da intelectual Ângela Davis durante visita ao Brasil, RB .....	152
Figura 53: Imagens do filme Jovem Negro Vivo, RB.....	152
Figura 54: dos da reportagem “Os 10% mais ricos da população concentram quase metade da renda nacional” .....	158
Figura 55: Personagens que ilustram a reportagem “Os 10% mais ricos da população concentram quase metade da renda nacional” .....	159
Figura 56: Matéria “Em 2016, 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza, diz IBGE” .....	159
Figura 57: Passagem do repórter na matéria “Em 2016, 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza, diz IBGE” .....	159

Figura 58: “Série Especial 14 de maio o dia seguinte” .....	160
Figura 59: Abertura Série Especial Sobre 130 da Abolição .....	161
Figura 60: Reportagem especial sobre o perfil de Neymar .....	161
Figura 61: Matéria “pagode baiano marca presença no carnaval de Salvador” .....	161
Figura 62: matéria “ONG orienta refugiados sobre como revalidar diplomas” .....	163
Figura 63: Matéria “balaço das promessas feitas no ano que passou” .....	163

### **Lista de Quadros**

<b>Quadro 1:</b> Enquadramento temático das notícias .....	124
<b>Quadro 2:</b> Âncoras do Jornal Nacional. ....	128
<b>Quadro 3:</b> Âncoras do Repórter Brasil. ....	130
<b>Quadro 4:</b> Fontes Negras JN .....	135
<b>Quadro 5:</b> Fontes Negras no Repórter Brasil .....	139

### **Lista de Tabelas**

<b>Tabela 1:</b> Diferença de acesso a saúde de acordo com a cor .....	30
<b>Tabela 2:</b> Mapeamento das teses e dissertações na área de concentração em comunicação (2012-2016) .....	82
<b>Tabela 3:</b> Artigos sobre telejornalismo apresentados na Intercom (2012-2016).....	84
<b>Tabela 4:</b> Artigos sobre telejornalismo apresentados na Compós (2012-2016).....	85
<b>Tabela 5:</b> Artigos sobre telejornalismo apresentados na SBPJor (2012-2016) .....	86
<b>Tabela 6:</b> Artigos sobre telejornalismo nas Revistas Científicas com Qualis A2 (2012-2016) .....	88
<b>Tabela 7:</b> Artigos sobre telejornalismo e negritude nas Revistas Científicas com Qualis A2 (2012-2016) .....	89
<b>Tabela 8:</b> Formatos jornalísticos utilizados .....	123
<b>Tabela 9:</b> Análise Comparativa da Estrutura Narrativa do JN e RB .....	126

## **Lista de abreviaturas e siglas**

<b>ABPN</b>	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
<b>CEERT</b>	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
<b>CIDAN</b>	Centro de Informação e Documentação do Artista Negro
<b>COMPÓS</b>	Associação Nacional do Programas de Pós-Graduação
<b>ETNOMÍDIA</b>	Estudos em Mídia e Etnicidade da Faculdade de Com
<b>LECC</b>	Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária
<b>FNB</b>	Frente Negra Brasileira
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INTERCOM</b>	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
<b>PNAD-TIC</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>PNS</b>	Pesquisa Nacional de Saúde
<b>SBPJor</b>	Associação Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo
<b>TEN</b>	Teatro Experimental do Negro
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>UFJF</b>	Universidade Federal de Juiz de Fora
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. O NEGRO MARGINALIZADO E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE SUA INFERIORIDADE .....</b>	<b>22</b>
2.1 ESTATÍSTICAS SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL.....	24
2.2 OLHARES ETNOCÊNTRICOS SOBRE O NOVO MUNDO .....	32
2.3 HOMENS DA RAZÃO ILUMINISTA E AS PRIMEIRAS VISÕES RACIALISTAS	35
2.4 ORIGENS DAS RAÇAS: MONOGENISMO X POLIGENISMO .....	38
2.5 REFORMISMO E IDEIAS EMANCIPATÓRIAS NO BRASIL.....	42
<b>2.5.1 Teorias raciais à moda brasileira .....</b>	<b>48</b>
<b>2.5.2 O branqueamento como solução e a branquitude como privilégio.....</b>	<b>53</b>
<b>3. PRÁTICAS COMUNICACIONAIS: REESCRITAS DA HISTÓRIA E O RACISMO NA MÍDIA.....</b>	<b>58</b>
3.1 O ATIVISMO NEGRO E A LUTA ANTIRRACISTA.....	62
3.2 RACISMO MIDIÁTICO UM DESAFIO A SER COMBATIDO .....	68
3.3 AFROATIVISMO E A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DE SENTIDOS SOBRE A NEGRITUDE .....	73
3.4 O NEGRO E AS RELAÇÕES RACIAIS NOS ESTUDOS DE TELEJORNALISMO: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA DE 2012 A 2016 .....	80
<b>4. A TELEVISÃO E O TELEJORNALISMO NA VIDA CODITIANA .....</b>	<b>94</b>
4.1 TELEVISÃO: OLHARES E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE .....	95
4.3. AS NOTÍCIAS NA TV: UMA FORMA DE CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO .....	105

<b>5. PLURALISMO E ALTERIDADE: A NEGRITUDE NO JORNAL NACIONAL E NO REPÓRTER BRASIL .....</b>	<b>113</b>
5.1 EXPLICITAÇÃO METODOLÓGICA DA ANÁLISE TELEVISUAL .....	114
5.1.1. Contextualização e descrição.....	115
5.1.2. Análise televisual .....	117
5.1.2.1. AT: Análise Quantitativa.....	119
5.1.2.1.1. Estrutura Narrativa .....	120
5.1.2.1.2. Temática .....	124
5.1.2.1.3. Enunciadores.....	128
5.1.2.1.4.: AT: Visualidade.....	139
5.1.2.1.5- AT: Som .....	144
5.1.2.1.6- AT: Edição .....	144
<b>6. ANÁLISE QUALITATIVA E A INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS: NEGRITUDE E A LUTA POR RECONHECIMENTO .....</b>	<b>146</b>
6.1. AT: ANÁLISE QUALITATIVA .....	146
6.1.1. AT: Fragmentação.....	147
6.1.2 AT: Dramatização .....	150
6.1.3. AT: Definição de Identidades e Valores .....	153
6.2. REPRESENTAÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO .....	154
6.3. INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....	157
6.3.1. Redistribuição .....	158
6.3.2 Reconhecimento.....	160
6.3.3. Representação .....	162
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>169</b>
<b>8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>174</b>

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2016, pretos e pardos compõem hoje 54,9% da população brasileira. Contudo, 130 anos após a abolição da escravatura, essa parte da população ainda sofre com os resquícios da escravidão e com um racismo amenizado pela falácia do mito da democracia racial no país. Índices socioeconômicos e educacionais comprovam que os negros continuam à margem da maioria das benesses do Estado, tendo acesso limitado e diferenciado à educação, à saúde, ao lazer, ao trabalho e à infraestrutura básica, e ainda enfrentam representações negativas ou estereotipada da negritude nos meios de comunicação na mídia. A tese aqui apresentada com o título de “Representações, discursos e (in) visibilidades da negritude no telejornalismo brasileiro: quando o negro e as relações étnico-raciais são notícias na TV? ” nasce em parte pela minha trajetória acadêmica e história de vida e por um desejo pessoal de saber mais sobre a história de meus antepassados e de trazer contribuições significativas para os estudos sobre relações raciais e representações<sup>1</sup> da negritude na área da Comunicação e nas pesquisas em telejornalismo.

Durante os cinco anos de estudos para obter o diploma de graduação do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais, e dois anos de mestrado na mesma instituição, minhas pesquisas dialogavam com estudo do jornalismo, primeiro com a adoção de novas tecnologias na prática profissional, e, posteriormente, no mestrado analisando o *ethos* discursivo dos jornalistas que atuam em assessoria de imprensa. Essas pesquisas emergiram das oportunidades que surgiram naquele tempo para um jovem negro que havia se tornado o primeiro estudante universitário de sua família e que fora ensinado a aproveitar as chances que a vida proporciona. Mesmo que estas oportunidades não fossem os objetivos iniciais de minha escolha, ainda assim, confesso ter obtido sorte de aparecerem oportunidades que se coadunavam com minhas escolhas pessoais. Entretanto, após o término do mestrado, ao vislumbrar a possibilidade de ingressar em um

---

<sup>1</sup>O conceito de representação e o de discurso são aqui compreendidos pelo viés de dois autores, Stuart Hall e Norman Fairclough. Hall (2015) entende que os sentidos são criados e perpassados por intermédio das diferentes linguagens, no caso específico de nossa análise, por meio da linguagem do telejornal. Para o autor, essas linguagens operam mediante sistemas de representações, ou seja, é a representação que liga o sentido e a linguagem à cultura. Assim, a representação deve ser entendida como uma atividade eminentemente discursiva, portanto sócio-histórica e ideológica, que envolve, sobretudo disputas por outras conformações discursivas e sentidos da experiência. Já o discurso, segundo Fairclough (2016), é um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação e significação do mundo que atua, diretamente, sobre a construção das “identidades sociais” e sobre os “posicionamentos de sujeitos”.

doutorado, e alcançar o último grau de titulação acadêmica, optei por desenvolver um projeto de pesquisa que fosse além dos objetivos puramente pragmáticos de legitimar conhecimentos e minha formação universitária, precisava fazer uma investigação que tivesse um significado especial para mim, além de ter impacto, relevância social e que contribuísse com as pesquisas em comunicação. Por isso, optei por submeter à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) o projeto “Que negro é esse na sociedade brasileira? Cultura da Mídia e a (des)construção dos discursos de inferioridade, identidades e representações”. Este projeto foi acolhido pelos professores e membros da Banca Examinadora naquele momento, Beatriz Becker, Suzy Santos e Márcio Tavares, os quais reconheceram a necessidade da pesquisa e a relevância do tema para os estudos da área. Com a aprovação no processo seletivo, eu que fui o primeiro negro da família a entrar em uma universidade e a obter um diploma de ensino superior também consegui ser o primeiro a conseguir ter os títulos de especialista, mestre e fazer um doutorado, tendo estudado em duas das mais reconhecidas instituições de ensino público do país. Além disso, fui aprovado sem concorrer por meio das políticas de ações afirmativas, ações estas que, em um momento de retrocesso político e social, precisam ser defendidas com todo empenho, pois tem possibilitado o aumento da diversidade étnica e racial nas universidades, trazendo novas cores, novas ideias, novas problemáticas e novas soluções para a sociedade. Naquele momento, eu tinha uma boa ideia de trabalho, porém, com o auxílio de minha orientadora, a professora Beatriz Becker, foi possível perceber que para além de um tema de importância a ser examinado, era preciso que o projeto se transformasse em uma pesquisa, era necessário ter um objeto de estudo, criar uma hipótese de trabalho, desenvolver um percurso metodológico e construir um arcabouço teórico que permitisse olhar o objeto de estudo sem reduzir a sua complexidade a olhares estereotipados e sem uma visão conservadora que antecipasse os resultados da investigação antes dela ser desenvolvida e concluída. Assim, foi preciso manter um afastamento entre as minhas perspectivas iniciais e o objeto para que a potência do objeto de estudo pudesse aflorar e a presente tese não se transformasse em um objeto de militância política e sim em um trabalho que possa contribuir para o apontamento de novas perspectivas para os estudos sobre relações raciais na área da Comunicação e no campo do jornalismo.

Mas por que estudar a negritude, as relações raciais e sua articulação com o telejornalismo? Este esforço é relevante porque a televisão ainda é o principal meio de

informação para a maioria da população brasileira<sup>2</sup>. Os telejornais são espaços de busca sobre conhecimento e informação e servem como lugar de referência em nosso cotidiano. Diversos autores entre eles Becker (2005; 2016), Coutinho (2012; 2013), Vizeu (2008), Porcello (2012), Gutmann (2014), Machado (2000), têm buscado um conhecimento aprofundado sobre esse fenômeno comunicacional e destacado a centralidade do telejornalismo na cultura televisiva e na vida social como fonte de informação e conhecimento sobre o mundo. Entretanto, embora esta produção acadêmica seja bastante reconhecida e ampare muitas investigações sobre os noticiários televisivos, os quais ocupam lugar central como fonte de conhecimento e percepção da nossa realidade cotidiana, poucos trabalhos acadêmicos na área da comunicação tem articulado os estudos de telejornalismo à temática racial e à negritude em anos recentes. Em levantamento realizado para esta pesquisa entre os anos de 2012 a 2016, utilizando como base de referência o Banco de Teses e Dissertações da Capes, os anais dos eventos científicos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), da Associação Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), e da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), e as publicações das revistas classificadas pelo webqualis, como classificação A2 para analisar a articulação entre esses temas, encontramos um total de 410 trabalhos sobre telejornalismo, incluindo teses, dissertações e artigos. No Banco de Teses da Capes não foi encontrado nenhuma pesquisa de mestrado e doutorado sobre este tema, tampouco nas revistas científicas com qualis A2 no período apurado. Identificamos apenas cinco artigos apresentados em congressos que articulavam estudos de telejornalismo à representação social dos negros e aos estudos de relações raciais, o que significa que apenas 1,2% das pesquisas acadêmicas produzidas sobre telejornalismo têm preocupação com um tema tão importante para a sociedade brasileira.

Essa inexpressiva presença de análises e fontes de informações acadêmicas na área da Comunicação sobre o tema desta tese emerge como justificativa relevante para a realização desta pesquisa. Além disso, a relação entre o negro e os meios de comunicação no Brasil, por muito tempo, foi marcado pela sua invisibilidade e pela presença de representações estereotipadas, discutir as dinâmicas da mídia frente às questões de raça e etnicidade é debater as matrizes do racismo no Brasil. Os meios de comunicação são, por assim dizer, um caso-modelo de reprodução das nossas relações sociais (RAMOS, 2002). Contudo, não é possível promover um processo de transformação cultural e de superação do racismo, de combate aos

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/arquivos-capacitacao/apresentacao-pesquisa-brasileira-de-midia-2016.pdf/view>; <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 12, mai, 2018.

estereótipos e de luta contra a discriminação sem a participação efetiva dos jornais, da televisão, das artes e da música.

As narrativas telejornalísticas tomadas pela perspectiva da diferença podem ser relevantes no processo de autonomia do sujeito, sendo uma estratégia de combate à Injustiça Cultural, e promovendo o reconhecimento cultural e simbólico da população negra no Brasil. A partir desta premissa assumimos como hipótese que os telejornais podem representar a diversidade cultural existente em nosso país, mas seus procedimentos discursivos muitas vezes são tão engessados que impedem a adoção da diferença em suas narrativas e reforçam estereótipos e preconceitos sobre o negro. Assim, as narrativas telejornalísticas abordadas pela perspectiva da inclusão social e da pluralidade e da diversidade são relevantes para a promoção do reconhecimento cultural da população negra no país.

Acreditamos, entretanto, que a desnaturalização e a desessencialização do ser negro que se inscrevem em um projeto político e simbólico de lutas e ativismo do movimento negro, iniciado na década de 1930 e delineado com maior força a partir da década de 1970 do século XX, só podem ser concretizadas de forma plena no século XXI com a promoção da “justiça social”. Ou seja, a superação da desigualdade enfrentada pela população negra demanda um conjunto de ações que gerem redistribuição econômica e financeira, bem como o reconhecimento da importância de sua cultura e de suas contribuições para a formação do Brasil e das identidades nacionais. A redução da desigualdade no país implica medidas contra a discriminação de gênero, raça e cor no mercado de trabalho, para além do investimento massivo em educação, como ratifica o estudo “Expansão educacional, desigualdade e redução da pobreza no Brasil, de Marcelo Medeiros (Ipea/UnB), Flávio Carvalhães (UFRJ) e Rogério Barbosa (Centro de Estudos da Metrópole – USP), cujos resultados foram recentemente divulgados<sup>3</sup>.

A proposta de combate à desigualdade social dos pesquisadores está articulada às ideias de justiça social formulada por Nancy Fraser (2006), para quem a justiça social deve ser sedimentada em políticas que visem à redistribuição e o reconhecimento, pois, segundo a pesquisadora, é somente integrando reconhecimento e redistribuição que chegaremos a um quadro conceitual adequado às demandas de nossa era. Essa ideia também é endossada pela noção de “relação igualitária” de Muniz Sodré (2015), que considera que a igualdade entre “claros e escuros” no Brasil, somente dar-se-á pela adoção de estratégias que visem à

---

<sup>3</sup>Título original: Educational Expansion, Inequality and Poverty Reduction in Brazil: A Simulation Study Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3189211](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3189211)<https://ciberia.com.br/aceso-universal-a-educacao-e-insuficiente-para-diminuir-desigualdade-47208> Acesso em: 26, out, 2018.

diminuição da injustiça econômica, por meio de ações de redistribuição de recursos produtivos e de renda, e de ações que visem diminuir a injustiça cultural, ampliando o reconhecimento das contribuições dos negros para a cultura brasileira e valorizando a diversidade de práticas simbólicas de diferentes grupos sociais.

Nancy Fraser ressalta que existem dois tipos de injustiças que devem ser combatidas, a injustiça econômica, que se enraíza na estrutura político-econômica da sociedade, e a injustiça cultural. O foco desta pesquisa recai, sobretudo, nesta última dimensão da injustiça ou desigualdade. Pretendemos compreender se e como o telejornalismo poderia atuar como um “antídoto” para a injustiça cultural, contribuindo para a promoção do que Fraser (2006) caracterizaria como uma espécie de mudança social simbólica, que envolve ações de revalorização de identidades e produtos culturais desrespeitados e difamados, o reconhecimento da necessária diversidade cultural, e, sobretudo, o fomento de uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação na experiência cotidiana do país. Nesse sentido, a adoção pelo telejornalismo desse paradigma do reconhecimento se constituiria em prática social estratégica de revalorização da história do negro na tela da tevê e na sociedade brasileira.

As reflexões propostas nesta investigação estão amparadas, especialmente, nas obras de FERNANDES (2007; 2014), PEREIRA (2013), SANTOS (2005, 2015), SCHWARCZ (1987; 1983; 2012) e SKIDMORE (2012), autores que refletem em seus estudos antropológicos e de teorias sociais sobre o negro na sociedade brasileira e as relações raciais no país. Este trabalho também recebe o suporte teórico de investigações do campo de estudos da comunicação, da mídia e da cultura, sobretudo, dos trabalhos de SILVERSTONE (2005), SODRÉ (2015), BARBOSA (2016), SOVIK (2009) e VAN DIJK (2008, 2015), bem como de contribuições dos estudos culturais com destaque para textos de HALL (2015, 2016) e o aparato conceitual de (FRASER, 2006). Esta investigação ainda está subsidiada por estudos sobre telejornalismo e teorias do jornalismo, especialmente, pelas pesquisas de BECKER (2005, 2012, 2016), COUTINHO (2012, 2013), MACHADO (2001), RESENDE (2011) e ALSINA (2009).

Desta forma, esta tese busca examinar como o telejornalismo contribui ou não para a emergência do reconhecimento social, de novos debates, discursos e representações sobre as identidades da população negra brasileira, e entender como o telejornal pode colaborar para o fomento da diversidade na mídia. Com esse intuito realizamos uma análise comparativa das narrativas sobre a negritude do Jornal Nacional (JN), da Rede Globo de Televisão, e do Repórter Brasil (RB), da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Adotamos a metodologia da Análise Televisual proposta por Becker (2012), por permitir a leitura crítica de conteúdos e

formatos audiovisuais e, assim, entender como as relações étnico-raciais são noticiadas na TV. Este percurso metodológico é formado por três etapas: a descrição ou contextualização do objeto; a análise televisual, reunindo análise quantitativa e qualitativa e a interpretação dos resultados. O *corpus* é constituído por 168 edições, 84 edições de cada um dos telejornais noticiários analisados, totalizando 110 horas conteúdo audiovisual. O *corpus* total de análise foi, inicialmente, coletado priorizando duas datas que são consideradas significativas e referenciais na luta e na história do negro no Brasil: o dia 13 de maio, em que se comemora a “Abolição da Escravatura no Brasil” e o dia 20 de novembro, “Dia da Consciência Negra”. Para podermos compreender como são constituídas as narrativas telejornalísticas nesse período, optamos por começar a coleta do material sete dias antes e ao longo das semanas de ambas as datas comemorativas. Contudo, interessados também em observar como as representações da negritude no JN e no RB se manifestavam em datas e períodos não comemorativos, realizamos a coleta do material de análise durante duas semanas de cada um dos sete meses que separam essas datas comemorativas. Assim, chegamos ao corpus acima mencionado de 168 edições do Repórter Brasil e do Jornal Nacional, cujos materiais foram coletados de 13 de novembro de 2017 a 18 de maio de 2018. A escolha dos dois telejornais para a análise comparativa foi realizada, em função da importância do Jornal Nacional, da Rede Globo, e do Repórter Brasil, da TV Brasil, como fontes de informação para parcela expressiva da população brasileira. O JN é o principal telejornal da maior emissora de televisão comercial brasileira, o que tem maior audiência e o primeiro telejornal a ser transmitido em rede nacional. Já o Repórter Brasil, edição noturna, é o programa jornalístico da única emissora pública brasileira que atinge diferentes grupos sociais em um país continental como o Brasil. Além disso, o JN e o RB representam modos distintos de exploração dos canais de televisão no Brasil, o comercial e o público, o que atribui modos diferentes de abordar a negritude em suas narrativas.

A pesquisa é estruturada em sete capítulos, seguidos das Referências Bibliográfica. O primeiro corresponde a esta Introdução. O segundo capítulo traz uma síntese da história do negro, do racismo e das relações étnico raciais em nosso país. A partir da utilização de estatísticas oficiais e da revisão da literatura sobre o pensamento social na área de Ciências Humanas e Sociais, buscamos compreender como o racismo estrutural se constitui no Brasil. Nesse percurso, evidenciamos que o negro sempre esteve à margem na sociedade brasileira. Este segundo capítulo visa ainda historicizar esse fenômeno, oferecendo uma compreensão sobre os modos como os olhares etnocêntricos no encontro de civilizações ofereceram as bases para a constituição das primeiras visões racialistas e para a construção do que se chama racismo

científico, linha de pensamento que diferencia e hierarquiza as raças humanas, e defendia a supremacia do branco sobre o negro.

No capítulo seguinte, analisamos a resistência negra, a reescritas da história e a ressignificação sobre o ser negro. Outro foco deste terceiro capítulo recai sobre a consolidação dos movimentos sociais negros, a partir do início do século XX, as lutas antirracistas e o lugar do negro na mídia do século XXI. Nesta seção, examinamos como os movimentos sociais negros passam a se organizar a partir da década de 1930, promovendo uma tomada de consciência do homem de cor sobre a situação da população negra. Buscamos ainda traçar os fatores que permitiram, na década de 1970, a consolidação do movimento negro contemporâneo, apontar as novas perspectivas sobre a luta contra o racismo no Brasil e questionar o “mito da democracia racial”. Por fim, refletimos sobre a presença do negro na mídia, e as relações entre os meios de comunicação e as ações e estratégias de combate ao racismo no século XXI. Como forma de ratificar a importância da presente pesquisa vamos expor, nesta etapa, também, os dados resultantes do mapeamento realizado sobre a produção científica associada à temática deste trabalho entre os anos de 2012 a 2016, onde utilizamos como fontes de pesquisa o Banco de Teses da Capes, publicações em revistas indexadas com Qualis A2 pela Capes e os artigos apresentados na Compós, na Intercom e na SBPJOR. O objetivo deste levantamento é identificar se as questões étnico-raciais despertam a atenção de pesquisas da área da Comunicação e, mais especificamente, dos estudos de telejornalismo.

O quarto capítulo é dedicado aos estudos de televisão e telejornalismo, nesta seção buscamos compreender a centralidade da TV e dos noticiários televisivos na sociedade brasileira. Entendemos a mídia televisiva e o telejornalismo como práticas sociais capazes de produzir conhecimentos sobre o mundo, conferindo visibilidades e invisibilidades a temas importantes, tais como as discussões sobre racismo e as relações étnico-raciais, questões discutidas neste trabalho.

No quinto e sexto capítulos explicitamos de maneira mais abrangente a proposta de pesquisa da presente tese, que visa realizar um estudo das representações do negro e das relações étnico-raciais no telejornalismo brasileiro, e detalhamos o percurso metodológico adotado nesta investigação, a Análise Televisual proposta por Becker (2005, 2012, 2016). Esta metodologia nos auxilia a desvelar os modos como as representações da negritude e das relações étnico-raciais se constituem no Jornal Nacional e no Repórter Brasil e, conseqüentemente, no telejornalismo brasileiro. O quinto capítulo é direcionado à primeira parte da AT, focalizando a contextualização do nosso objeto e a análise quantitativa. No sexto capítulo, nos concentramos na análise qualitativa e na interpretação dos resultados.

Finalizando esta incursão, apresentamos no capítulo sete nossas Considerações Finais, e, em seguida, as Referências Bibliográficas. Entre alguns apontamentos, ressaltamos que o reconhecimento da diferença seria uma forma de ampliar os modos de construção de subjetividades e reorganizar as regras e os jogos de poder implícitos nas narrativas jornalísticas, tornando-as mais arejadas. Esse alargamento da mediação do jornalismo demandaria maior visibilidade aos afrodescendentes como fontes especializadas de informações em um maior número de reportagens e a veiculação de matérias que promovessem o reconhecimento dos negros e de suas contribuições para o país nos telejornais estudados.

## 2. O NEGRO MARGINALIZADO E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE SUA INFERIORIDADE

Em 13 de maio de 2019, foram celebrados 131 anos da Abolição da Escravatura, sistema social que vigorou no Brasil entre os anos de 1500 a 1888, ou seja, durante quase quatro séculos. Contudo, o término desse sistema social de exploração da força humana, não possibilitou ao ex-cativo sair do brutal panorama de desigualdade e injustiças o qual se encontrava, e que no Século XXI ainda deixa resquícios. Hoje, ainda se verifica a existência de um racismo estrutural que abrange aspectos materiais e simbólicos, comprovado por índices de desigualdade socioeconômicos e educacionais e pela representação negativa ou estereotipada de afrodescendentes. O racismo estrutural é aqui compreendido como um tipo de racismo que opera tanto como ideologia quanto como prática de naturalização das desigualdades entre as raças, como propõe Silvio Almeida (2018) no livro “O que é racismo estrutural”?<sup>4</sup>.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2018, o percentual de pessoas que se declaram negras, ou seja, pretos e pardos corresponde a 55,8% da população brasileira.<sup>5</sup> Esses índices, como veremos, revelam a falácia do mito da democracia racial no País, uma vez que os negros continuam, em vários aspectos, à margem da maioria das benesses do Estado, tendo acesso limitado e diferenciado em áreas, como educação, saúde, lazer, trabalho e infraestrutura básica.

**Figura 1:** Distribuição da população, por cor ou raça

### POPULAÇÃO BRASILEIRA EM 2018

- Brancos: **43,1%**
- Pretos: **9,3%**
- Pardos: **46,5%**
- Total de pretos e pardos: **55,8%**

Fonte: IBGE e Adufrj 2019<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Esta concepção de racismo estrutural, bem como de racismo individual e institucional, sistematizadas pelo autor, será retomada nas páginas 31 e 32 desta Tese.

<sup>5</sup> [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf) Acesso em: 27, nov, 2019

<sup>6</sup> [http://www.adufrj.org.br/index.php/pt-br/noticias/?option=com\\_content&view=article&id=2715](http://www.adufrj.org.br/index.php/pt-br/noticias/?option=com_content&view=article&id=2715) Acesso em: 27 nov, 2019

Para Santos (2015, p. 16) uma súmula da história do negro no Brasil (ou do negro brasileiro, ou ainda, do brasileiro negro) deve começar, assim, pela atualidade, desvelando as condi es e maneiras pelas quais o negro percebe a sua história. Nesse sentido, buscamos “respostas” em obras de intelectuais negros que almejam por meio de suas análises e interpreta es compreender e oferecer novas leituras sobre as rela es raciais no Brasil e de reconhecidos pesquisadores que se debruçaram sobre esta temática, tais como: Clóvis Moura (1989); Florestan Fernandes (2007, 2008); Lilia Schwarcz (1987, 1993, 2012); Carlos Alberto Medeiros (2004); Gislene Aparecida dos Santos (2002); Joel Rufino dos Santos (2004, 2014, 2015); Kabenlenge Munanga e Nilma Lino Gomes (2016); Amilca Araújo Pereira (2013), Muniz Sodré (2012; 2014; 2015), Marialva Barbosa (2016), e Liv Sovik (2009).

Raça, cor e mistura sempre foram temáticas pertinentes e essenciais na agenda das Ciências Sociais, surgindo ora como motivo para exalta o, como destaca Fernandes (2007), ora como sinal de descrédito, principalmente, porque estas questões sempre estiveram atreladas   ideia de identidade nacional e a constitui o de uma comunidade imaginada pela elite política e intelectual brasileira com seu ideal de branqueamento. Neste capítulo, apresentamos, primeiramente, um conjunto de pesquisas que retratam a situa o do negro brasileiro e as desigualdades materiais sofridas por esta popula o na contemporaneidade. Esses dados evidenciam que as transforma es histórico-sociais resultaram em mudanças na estrutura e no funcionamento da sociedade, mas afetaram muito pouco a ordena o das rela es sociais herdada do *antigo regime* (FERNANDES, 2008). Em seguida, damos ênfase a investiga es que demonstram como a inferioridade do negro foi construída, simbolicamente, pela elite intelectual e dirigente do país que importou de escritores e intelectuais europeus o racismo científico. Este tipo de racismo está entrelaçado às raízes do conservadorismo no Brasil. Juremir Machado aponta, a partir da análise de discursos políticos e jornalísticos do início do século XIX, que o conservadorismo da elite brasileira está vinculado   questão racial no período de escravidão e após a Aboli o. Este fenômeno permitiu a manuten o de determinados interesses conservadores da elite brasileira que criou um imaginário cultural e ideológico de supremacia branca.

A aboli o da escravidão inaugurou simultaneamente o longo ciclo da marginaliza o do negro. Uma marginaliza o nova, em rela o   que acabara de expirar – a escravidão-, a marginaliza o do homem livre como suspeito por antecip o de crimes que poderia ou não cometer. O crime maior era ser negro. (MACHADO, 2017, p. 24)

Os privilégios das elites dominantes foram mantidos em detrimento da desumanização, da desvalorização e da coisificação de pessoas de pele preta. Segundo o pesquisador, a acumulação de riquezas pelas classes dominantes brasileiras foi produto de uma barbárie legalizada, onde negros foram mantidos sequestrados em cativeiros públicos e familiares, sob a proteção de leis de conveniência feitas pelos interessados. Muitos resquícios da escravidão dos negros ainda estão presentes na estrutura social do país na atualidade. Porém, esse fenômeno é eclipsado. A invisibilidade da desigualdade social brasileira e das classes populares, segundo Souza (2006), é fruto de uma inadequada “interpretação do Brasil”. O autor considera frágil determinados pressupostos teóricos que propõem um entendimento sobre a especificidade da sociedade brasileira diante dos países de capitalismo mais avançado, ancorados em variações de uma única teoria hegemônica. Para Souza (Idem), não existe uma singularidade absoluta da cultura brasileira. Além disso, a compreensão da realidade social não é um processo natural, resulta de ideias criadas e discutidas pela elite, por cientistas e intelectuais.

## 2.1 ESTATÍSTICAS SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL

A introdução de pesquisas quantitativas sobre relações raciais iniciou-se a partir de 1970 e propiciou, segundo (Medeiros, 2004), um salto qualitativo na compreensão da relação entre cor e aspectos socioeconômicos. Como evidencia o autor,

Até então, o foco se concentrava no racismo e no preconceito, fenômenos cujo caráter subjetivo se mostrava – como ainda se mostra-, particularmente numa sociedade e numa ciência social fortemente impregnada pelo mito da “democracia racial”, verdadeiro obstáculo ao avanço do conhecimento e da compreensão do tema. O chamado “preconceito de não ter preconceito”, que permite aos membros do grupo racial dominante exercer sua dominação, de modo inconsciente e, portanto, sem culpa, continua a se manifestar, em amplos setores do campo acadêmico, pela recusa em estudar o tema, dado o incômodo que este provoca, ou reconhecer o impacto do racismo sobre diferentes áreas de nossa vida social. (MEDEIROS, 2004, p. 75)

Alguns fatores foram fundamentais para o desencadeamento desse tipo de pesquisa, o primeiro foi o incentivo da Unesco e seu Programa de pesquisas sobre relações raciais no Brasil, que visava compreender como o Brasil se constitui como um “laboratório de civilização” e “um exemplo” de nação multirracial. A hipótese sustentada era que no Brasil se manifestava uma espécie de neutralidade de preconceito racial e que este modelo poderia servir de inspiração para outras nações, cujas relações eram menos democráticas (FERNANDES, 2007, p. 14). Esta visão foi estimulada pela presença do paradigma culturalista, influenciado por Donald Pierson, e, especialmente, por Gilberto Freyre em seu livro *Casa Grande & Senzala*, a partir da década de 1930. A obra do autor brasileiro demonstrava uma nação “harmonicamente mestiça”, onde

o cruzamento de raças e culturas consagrava-se como símbolos nacionais. Entretanto, os escritos de Gilberto Freyre, que até hoje são tomados de forma consensual por parte da elite intelectual, baseava-se em sua experiência privada, como membro da elite escravocrata nordestina.

O outro fator que culminou nesse tipo de pesquisa quantitativa e que procuravam versar sobre a desigualdade racial foi o papel de alguns membros da acadêmica que questionavam o mito da democracia racial. Este movimento foi estimulado em grande parte, pelo movimento negro que emerge a partir de 1970. Esse movimento buscava desmascarar esse mito, e se constituiu como um modelo de organização da luta negra, o qual, como salienta Medeiros (2004), trazia influências tanto das lutas anticolonialistas que se desenvolvia à época no território africano, quanto dos movimentos nacionalistas e de direitos civis dos negros norte-americanos.

Abordamos os dados da desigualdade entre negros e brancos na atualidade, a partir de uma reflexão sobre os modos como esta relação se manifesta no mercado de trabalho, ainda marcada pelo preconceito. As diferenças de oportunidade no ambiente profissional para negros e brancos persistem, revelando que estamos longe de ter um país igualitário. Essa discriminação velada apresenta-se em forma de remunerações menores e de cargos sem *status* de liderança para a população negra. Focalizando as desigualdades sociais por cor ou raça, a partir da construção de um quadro composto por temas essenciais à reprodução das condições de vida da população brasileira, como mercado de trabalho, distribuição de rendimento e condições de moradia e educação, o informativo Desigualdades Sociais Raça e Cor no Brasil do IBGE<sup>7</sup> aponta que os negros no mercado de trabalho constituem:

57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões. Entretanto, em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de 2/3 dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018 (IBGE, 2018).

A população de cor negra também é maioria na informalidade, em 2018, enquanto 34,6% das pessoas brancas estavam em ocupações informais, esse número em relação aos pretos e pardos atingiu o percentual 47,3%. Ao longo da série histórica de pesquisas do IBGE, a população branca obtém vantagem também no tocante aos rendimentos do trabalho. Em 2018,

---

<sup>7</sup> Este documento foi divulgado em 13 de novembro de 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso, 27, nov, 2019

o rendimento médio mensal das pessoas brancas foi em média R\$ 2.796, o que representa 73,9% a mais que o das pretas ou pardas, que obtiveram rendimentos de R\$ 1.608. O recorte tanto por nível de instrução, quanto por hora trabalhada, reforça a percepção da desigualdade por cor ou raça. Em 2018, enquanto o rendimento médio das pessoas ocupadas brancas atingiu R\$ 17,0 por hora, entre as pretas ou pardas o valor foi R\$ 10,1 por hora.

Em relação a ocupação em cargos de direção, a proporção em cargos gerenciais mostra significativa maioria de pessoas brancas – 68,6% contra 29,9%, em 2018. Na classe de rendimento mais elevado, somente 11,9% das pessoas ocupadas em cargos gerenciais eram pretas ou pardas, ao passo que entre as brancas tal proporção atingiu 85,9%. Por outro lado, nos cargos gerenciais de rendimento mais baixo, situados na primeira classe, havia 45,3% de pessoas pretas ou pardas e 53,2% de brancas. Os dados sobre rendimentos de todas as fontes mostra que o quadro distributivo é semelhante ao encontrado no rendimento do trabalho. Apesar de a população preta ou parda ser maioria no Brasil (55,8%), esse grupo, em 2018, representou apenas 27,7% das pessoas quando se consideram os 10% com os maiores rendimentos. Por outro lado, outro lado, entre os 10% com os menores rendimentos, observa-se uma sobre-representação desse grupo, abarcando 75,2% dos indivíduos.

No tocante à pobreza monetária, a proporção de pessoas pretas ou pardas com rendimento inferior às linhas de pobreza, propostas pelo Banco Mundial, foi maior que o dobro da proporção verificada entre as brancas<sup>8</sup> de US\$ 5,50 diários, a taxa de pobreza das pessoas brancas era 15,4%, e 32,9% entre as pretas ou pardas.

---

<sup>8</sup> O Banco Mundial utiliza, tradicionalmente, o valor de US\$ 1,90 diários para o acompanhamento da pobreza global. Como esse valor, porém, é baixo para definir pobreza em países mais desenvolvidos, atualmente se utiliza a linha de US\$ 5,50 diários, construída para países com rendimento médio alto, como o Brasil. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o portal do Banco Mundial no endereço: . <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>

**Figura 2:** Desigualdades Sociais por Raça e Cor



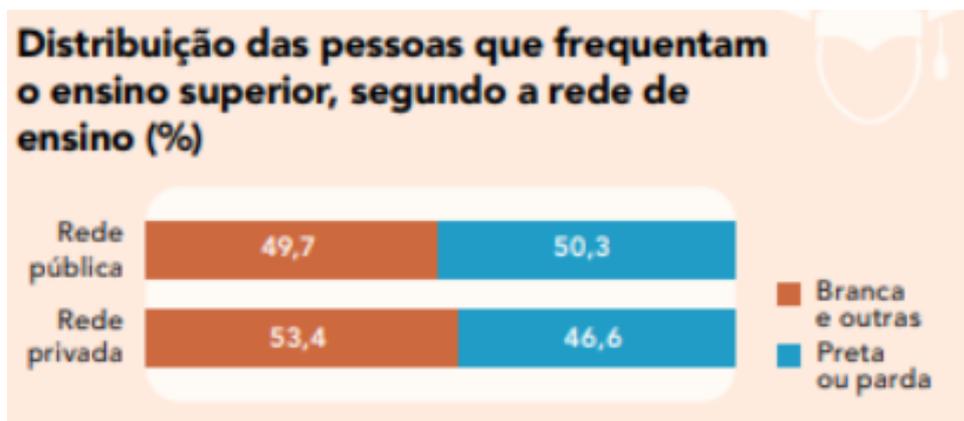
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Em relação à educação, a pesquisa revela que uma série de indicadores educacionais da população preta ou parda apresentou trajetória de melhora entre 2016 e 2018, tanto como resultado da escolaridade acumulada ao longo das gerações, quanto em decorrência de políticas públicas de correção de fluxo escolar e ampliação do acesso à educação promovidas desde os anos 1990. Contudo, a desvantagem da população preta ou parda em relação à população branca continuou evidente. Entre 2016 e 2018, na população preta ou parda, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade passou de 9,8% para 9,1%, e a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com pelo menos o ensino médio completo se ampliou de 37,3% para 40,3%. Ambos os indicadores, porém, permaneceram aquém dos observados na população branca, cuja taxa de analfabetismo era 3,9%, e a proporção de pessoas com pelo menos o ensino médio completo era 55,8%, considerando os mesmos grupos etários mencionados, em 2018. Temos, por outro lado, um aumento de negros no ensino superior, pela primeira vez na história da educação no Brasil, negros são maioria nos cursando ensino superior nas universidades públicas<sup>9</sup>, chegando a 50,3% dos alunos matriculados. A trajetória de melhora nos indicadores no ensino superior é resultado da ampliação e democratização do ensino superior por meio de medidas adotadas a partir dos anos 2000: na rede pública, a institucionalização do sistema de cotas, que reserva vagas a candidatos de determinados grupos populacionais, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni e o Sistema

<sup>9</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico> Acesso em 27, nov, 2019.

de Seleção Unificada - SiSU; e, na rede privada, a expansão dos financiamentos estudantis, como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES e o Programa Universidade para Todos - Prouni..

**Figura 3:** Dados frequência ensino superior



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

A população negra é, ainda, a mais sujeita à violência, de acordo com o Atlas da Violência publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017<sup>10</sup>. A análise mostra que jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos, como se vivessem em situação de guerra. Cerqueira e Coelho (2017) evidenciam que a tragédia que aflige a população negra não se restringe às causas socioeconômicas. Estes autores estimaram que o cidadão negro possui chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras raças/cores, sem considerar idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência. Ao calcular a probabilidade de cada cidadão sofrer homicídio, os autores concluíram que 78,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% com mais chances de serem vítimas fatais são negros. Os pesquisadores demonstraram ainda que o maior risco de uma pessoa sofrer homicídio no Brasil ocorre em torno dos 21 anos de idade, e que as possibilidades de jovens pretos e pardos nesta faixa etária serem vitimados por homicídios são 147% maior do que indivíduos brancos, amarelos e indígenas da mesma idade (CERQUEIRA; COELHO, 2015).

Em acordo com o levantamento realizado pelo IPEA, corroborado pela pesquisa do IBGE de 2018, a taxa de homicídios<sup>11</sup> de pessoas pretas e pardas (43,4) foi bem maior do que

<sup>10</sup>[http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf)

<sup>11</sup> São contabilizados como homicídios os casos tipificados na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, também conhecida como Classificação Internacional de Doenças - CID 10, da Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO), nos códigos X85 a Y09 e Y35 a Y36 – óbitos causados por agressão e intervenção legal. Para o cálculo da taxa de homicídios, foram

a de pessoas brancas (16,0) a cada 100 mil habitantes em 2017. Ou seja, uma pessoa preta ou parda teve 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca. Além disso, enquanto a taxa de homicídios de pessoas brancas manteve-se estável entre 2012 e 2017, a da população preta ou parda cresceu muito nesse mesmo período, passando de 37,2 para 43,4 homicídios por 100 mil habitantes, o que representa cerca de 255 mil mortes por homicídio em seis anos, registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde<sup>12</sup>.

Um outro dado importante apresentado pelo informativo do IBGE de 2018 são as informações sobre a representação política em relação a cor e raça. Como destaca o documento:

A promoção dos direitos da população preta ou parda e outras minorias passa pela ampliação de sua participação nos processos de planejamento de políticas e tomadas de decisão, o que costuma ser internacionalmente medido por sua representação nos parlamentos nacionais e órgãos legislativos de abrangência local. Contudo, a participação de minorias – em termos de cor, raça ou etnia, bem como de gênero, linguística e religiosa – nos parlamentos ainda é restrita, o que reflete as desvantagens que enfrentam em diferentes países e que são materializadas em indicadores sociais, como os apresentados nas seções anteriores deste informativo (IBGE, 2018)

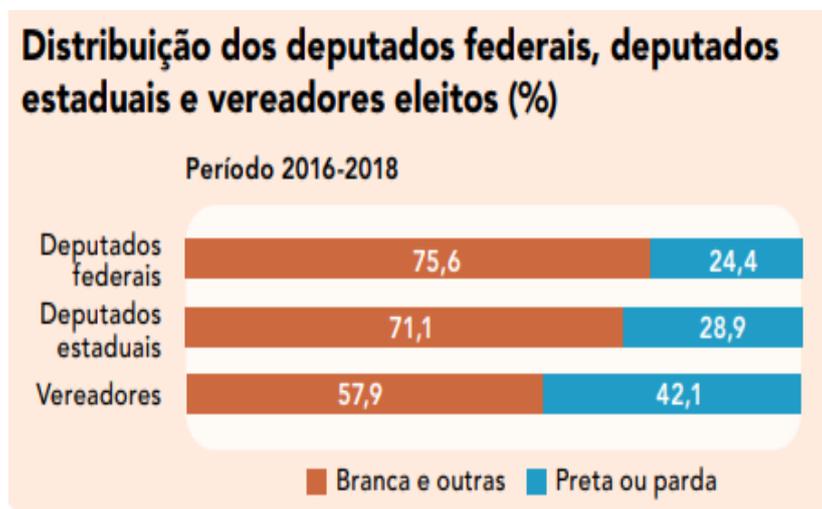
No Brasil, observa-se um quadro geral de sub-representação da população preta ou parda na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. Embora esse grupo constitua 55,8% da população brasileira, apenas 24,4% dos deputados federais, 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018 e 42,1% dos vereadores eleitos em 2016 no País são pretos ou pardos<sup>13</sup>.

---

considerados os dados das Projeções da População do Brasil e das Unidades da Federação - Revisão 2018, do IBGE. Para o cálculo da taxa por cor ou raça, utilizou-se o total da população estimado pela PNAD Contínua, consolidado de primeiras entrevistas, BGE

<sup>12</sup> Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf) Acesso em: 13, nov, 2019.

<sup>13</sup> As informações de cor ou raça dos candidatos e eleitos começaram a ser disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE a partir das eleições de 2014, razão pela qual não é possível traçar uma série histórica dos indicadores apresentados nesta seção.

**Figura 4:** Negros na política

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de dados eleitorais<sup>14</sup>.

Em relação à saúde, a discriminação atinge mais os negros do que os brancos. Em acordo com os números da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2015, 9,5% de toda a população branca atendida em unidades hospitalares são discriminadas. Porém, este percentual é maior entre pretos (11,9%) e pardos (11,4%) e, enquanto 73,5% da população branca conferem a esse atendimento uma avaliação "boa" ou "muito boa", somente 70,6% e 69,4% das pessoas pretas e pardas saem dessas unidades satisfeitas<sup>15</sup>.

**Tabela 1:** Diferença de acesso a saúde de acordo com a cor

<b>ACESSO À SAÚDE: NEGRO E BRANCOS</b>			
	Branco	Pretos	Pardos
<b>Acesso a medicamentos</b>	74,80%	69,50%	67,80%
<b>Consultas com dentistas</b>	50,40%	38,20%	39,20%
<b>Pessoas que conseguiram obter os medicamentos receitados no último atendimento</b>	84,20%	81,10%	80,40%
<b>Condições de Saúde: pessoas que já tiveram dengue</b>	10,60%	14,80%	14,80%
<b>Pessoas que têm algum plano de saúde, por mais de um ano</b>	32,70%	17,30%	15%

Fonte: IBGE<sup>16</sup>

<sup>14</sup> Brasília, DF: TSE, [2019]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: jul. 2019.

<sup>15</sup><http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/06/por-que-o-negro-tem-menos-acesso-saude-do-que-o-branco-no-brasil.html> Acesso em: 22 de ago. 2017

<sup>16</sup><https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94074.pdf> Acesso em: 22 de ago. 2017

Os resultados dessas diversas análises são um retrato do racismo estrutural existente no País, e uma demonstração de que as transformações histórico-sociais, que modificaram a estrutura social, quase não afetaram a ordenação das relações raciais, e o lugar de inferioridade socioeconômica dos negros em relação aos brancos. Esses dados corroboram com a falácia da democracia racial e da igualdade racial. Contudo, para que possamos compreender como o racismo estrutural se constitui em nossa sociedade é preciso examinar a genealogia do racismo e como ele se constitui em um sistema teórico e sociocultural que hierarquiza “raças”, grupos sociais e pessoas, e que por muito tempo foi defendido em livros, teses e argumentações científicas. Joel Rufino dos Santos em seu livro: “O que é Racismo?”, começa a definir a palavra buscando seu sentido em um dicionário e apresenta o exemplo do prestigiado dicionário francês *Petit Larousse*: “Racismo, s.m., Sistema que afirma a superioridade racial de um grupo sobre outros, pregando, em particular, o confinamento dos inferiores numa parte do país (segregação racial)” (SANTOS, 1994, p. 10). Todavia, o autor ressalta que é necessário ir além do sentido de racismo registrado e conferido pelos dicionários, para que possamos compreender o real significado desta palavra.

No livro “O que é racismo estrutural?”, Silvio Almeida faz uma complexa e profunda análise sobre o racismo como fator fundamental e estruturador das relações sociais. O livro evidencia a importância de compreensão dos fatos históricos, sociais, políticos, jurídicos e econômicos para se entender a existência do racismo. Nesta obra, Almeida (2018) apresenta três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. A primeira concepção aborda o racismo como uma espécie de patologia ou anormalidade atribuída a grupos isolados. Ou seja, o racismo individual é um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo que ocorre por meio da discriminação racial. Porém, segundo o autor, tal concepção é frágil e limitada, pois é utilizada em estudos que desconsideram os contextos históricos e os seus efeitos para a sociedade. Sob essa perspectiva, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas que agem sozinhos ou em grupos.

Almeida (idem) aponta que a concepção de racismo institucional evidencia um avanço teórico em estudos sobre relações raciais, pois não se resume a comportamentos individuais e resulta do funcionamento de instituições<sup>17</sup>, que conferem vantagens e privilégios com base na raça. Para o autor, “as instituições são a materialização das determinações formais na vida

---

<sup>17</sup> Para Almeida (2018), as instituições são: modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais

social” e derivam das relações de poder, conflitos e disputas entre os grupos que desejam admitir o domínio da instituição (ALMEIDA, 2018, p. 30). O racismo institucional está articulado às relações de poder e aos lugares ocupados por sujeitos sociais dentro de instituições. Esse tipo de racismo contribui para que determinados grupos mantenham a hegemonia de seus interesses sociais, políticos e econômicos, definindo regras e condutas que são naturalizadas. Assim, o domínio que esses grupos exercem é produzido, por meio de princípios discriminatórios, e regulados pela questão racial. Tais princípios estabelecem normas culturais e sociais transformadas em uma única perspectiva civilizatória de sociedade. Silvio Almeida exemplifica a concepção de racismo institucional, citando os espaços de poder dominados por homens brancos, como o judiciário, o legislativo, o ministério público, a diretoria de empresas e as reitorias de universidades. Segundo o autor, essas instituições necessitam de regras e criam normas que dificultam e/ou impedem que negros tenham acesso a esses lugares. Esses princípios discriminatórios são produzidos e difundidos de maneira poderosa, e tendem a eliminar o debate sobre as desigualdades raciais e de gênero que compõe as instituições.

A terceira concepção, a de racismo estrutural, é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. O racismo estrutural evidencia que o racismo ultrapassa o âmbito da ação individual e está associado ao poder, como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional (ALMEIDA, 2018). Este tipo de racismo, segundo Silvio Almeida, é uma forma de violência reproduzida no tecido social não de modo direto, mas institucionalmente e culturalmente. Ou seja, é um sistema de opressão, cuja ação transcende a mera formatação das instituições e perpassa da apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado. Segundo o autor, o racismo estrutural configura as relações sociais e a própria da sociedade, sendo por ela naturalizado. Almeida ressalta ainda que o racismo é parte de um processo social, histórico e político que elabora mecanismos para que pessoas ou grupos sejam discriminados de maneira sistemática.

## 2.2 OLHARES ETNOCÊNTRICOS SOBRE O NOVO MUNDO

A história da humanidade é marcada por tensionamentos, conflitos e encontros entre civilizações e culturas, por relações com a alteridade do “outro”, como o que é diferente, com a diversidade da espécie humana. Expedições, viagens, guerras e expansões imperialistas e

colonialistas promoveram esses diversos contatos, nos quais antigos desbravadores conheceram e estabeleceram relações com a alteridade. Porém, conhecer, como destaca Borges; Medeiros e D'Adesky (2009), significa atribuir lugar, função e significado a tudo que existe. Essa atribuição de lugar ao outro, como ressalta os pesquisadores, resultou no registro de diversas visões e classificações étnicas e culturais. As relações com a alteridade na história da civilização Ocidental foram sempre marcadas por um olhar etnocêntrico sobre o outro, já na antiguidade o grego Heródoto (Século V a.C.) escreveu textos sobre os não gregos, chamando-os de Bárbaros (idem, 2009, p. 8). Esse exemplo demonstra que o etnocentrismo, muito praticado pelos relatos de viagens de europeus, a partir das grandes navegações no Século XV, é algo longínquo na história da espécie humana. Ao fazer uma ampla análise das práticas representacionais na cultura popular, Stuart Hall (2016), compreende a representação como uma prática de produção de significados e considera que o olhar sobre a alteridade é marcado pela estereotipagem. Esse processo, segundo ele, é estruturado por um conjunto de oposições binárias, que fixa a diferença e visa efeitos essencializadores, reducionistas e naturalizadores sobre o outro, principalmente quando se trata da representação racial.

O etnocentrismo é a tendência que todas as culturas têm de considerar superiores seus próprios valores e crenças, está presente em impressões e discursos sobre os outros mundos culturais e é baseada em relações de dominação política, militar, econômica e cultural (BORGES; MEDEIROS E D'ADESKY, 2009, p. 9). O olhar etnocêntrico é a primeira chave para se entender o racismo, uma vez que ele hierarquiza, por meio de juízos de valor, as relações entre os diferentes e é uma marca nos relatos históricos sobre o contato com o “outro”.

Descrições, imagens e história etnocêntricas sobre outros povos constituíram-se por muito tempo como verdades universais que circularam, principalmente, na Europa, a partir de viagens e relatos desbravadores do(s) “novo(s) mundo(s)”. Esses relatos utilizavam-se, como explicam os pesquisadores, em um “Método de Oposição Binária”, introduzida pelos gregos, que reduzia toda a complexidade e pluralidade humanas a pares opostos: negros e brancos, civilizados e bárbaros, nós e eles, entre outras. Esse método é ancorado em uma taxionomia (classificação das palavras) simplista e arbitrária, e suas consequências são perigosas. No início do século XIX, por exemplo, o termo raça, foi usado em inúmeras teorias que se baseavam na construção de oposição entre o negro e o branco, tanto pela constituição física quanto pela capacidade mental. Muitos estudiosos e cientistas fundamentaram seus trabalhos nesse conceito, que sobrevive até os dias de hoje e está na base das doutrinas conhecidas como racismo científico. (BORGES; MEDEIROS; D'ADESKY, 2009, p. 11)

O historiado Joel Rufino dos Santos, explica que foi no limiar da época moderna, a partir dos anos 1400, que o racismo dos povos europeus amadureceu, passando a se basear na característica mais notável dos outros: a cor da pele. Naquele momento, os países da Europa ocidental tornaram-se senhores de três continentes: Ásia, África e América (SANTOS, 2009). Com o objetivo de explorar as novas terras e exercer seu domínio, os europeus organizaram um sistema de exploração de açúcar, tabaco, algodão e minérios, e para manter esse sistema, que se constituía em um empreendimento capitalista que visava obter o máximo de lucro, instituíram nessas regiões o trabalho escravo. Para defender a manutenção e funcionamento desse sistema de opressão e exploração da vida humana, criaram justificativas para a opressão e o sofrimento dos povos escravizados. Naquele momento, surgiu uma concepção moderna de “racismo” que buscava isentar os povos dominadores da culpa infringida aos outros povos. Os europeus começaram a pregar que os povos de cor, que habitavam os três continentes, eram assim mesmo: incapazes e servís. “E nós não estamos maltratando, mas civilizando”. (SANTOS, 2009, p. 24).

Do século XVI ao início do século XX, foi produzido um conjunto de ideias e conceitos que até hoje são utilizados para pensar o mundo e as relações entre povos e civilizações diferentes, como o progresso, o iluminismo, a universalidade, a racionalidade e o humanismo. Esses pensamentos e aspirações baseavam-se em uma visão de mundo eurocentrista, fortemente marcada pela exploração da escravidão e o avanço do tráfico de escravos, pelo colonialismo e, mais tarde, pela Revolução Industrial:

São conceitos que partiam das realizações técnicas e culturais dos europeus, assim como de seus valores e costumes (baseados, como já vimos, no etnocentrismo), para afirmar ao mundo a ideia de supremacia racial, geográfica e técnica do homem europeu, branco e cristão. Dessa maneira, tais conceitos não podem ser desvinculados de uma visão de classe (fortalecimento da burguesia industrial e financeira europeia), gênero (afirmação do poder do homem e redução do papel da mulher ao espaço privado da casa), império (a dominação colonial europeia sobre a maior parte do mundo) e “raça” (diversas teorias raciais afirmaram a superioridade do homem branco sobre todos os demais). (BORGES; MEDEIROS; D’ADESKY, 2009, p. 11)

O contato com outros povos promovido pelas descobertas do período histórico das Grandes Navegações instaurou uma nova etapa no processo de construção do saber ideológico e científico sobre as novas culturas. Porém, este período marca também o recrudescimento e o estabelecimento de distinções sistemáticas entre os europeus e o resto do mundo, com seus povos que possuíam características fenotípicas, físicas e culturais diferentes. A antropóloga Lilian Schwarcz em seu livro “O Espetáculo das Raças” (1993), relata que as narrativas de viagens eram marcadas por uma mistura de fantasia e realidade, e que nesses relatos os “novos homens” eram, frequentemente, descritos como estranhos em seus costumes e diversos em sua

natureza. Surge desse contato o estranhamento sobre a cultura do outro, a concepção moderna de raça, que prevalece até hoje, e é marcada por uma relação de superioridade e hierarquização entre grupos étnicos. O branco europeu, civilizado e progressista, se posicionava no topo desta hierarquia e era detentor do poder narrativo sobre a história do outro.

Este novo cenário colocou em dúvida a origem da humanidade, provocando um amplo debate na época sobre a origem dos povos recém-descobertos, ameríndios e negros africanos. Como explica Munanga, em prefácio ao livro “A invenção do ser negro”, de Gislene Aparecida dos Santos,

Buscava-se saber se realmente eram seres humanos iguais aos europeus. Esses debates se desenrolavam principalmente na península Ibérica, sob a ótica teológica. Os que defendiam a tese de que ameríndios e negros eram bestas, e não seres humanos construíram argumentos para justificar e legitimar a prática da violência decorrente do processo de colonização e escravidão. Os que sustentavam a tese de que eles eram seres humanos tiveram também de encontrar fundamentos que lhes permitissem vincular índios e negros aos demais descendentes de adão. Contudo, em quais dessas hipóteses, a celebração do reconhecimento da dignidade humana dos povos descobertos ficava condicionada à sua conversão ao cristianismo. (MUNANGA, 2002, p. 9)<sup>18</sup>

Como evidencia o autor, mesmo que houvesse o reconhecimento dos diferentes povos e etnias como representantes da raça humana, estes deveriam submeter-se à lógica do pensamento teológico da época. É preciso destacar aqui, que a teologia sempre esteve na base de todo o processo de colonização do Brasil, e durante séculos, os religiosos consideravam a África como um “continente demoníaco”, esta concepção legitimou a escravidão dos negros, pois a igreja afirmava que a única salvação de sua prévia condenação ao inferno era ser trazido para a América na condição de escravo, ou seja, a ideologia teológica defendia que não havia salvação para os escravos fora da escravidão (BORGES, MEDEIROS; D’ADESKY, 2009).

### 2.3 HOMENS DA RAZÃO ILUMINISTA E AS PRIMEIRAS VISÕES RACIALISTAS

O tipo de pensamento político-teológico perdurou até o século XVII, quanto esse tipo de pensamento foi questionado pelos filósofos iluministas. Eles colocaram em debate os poderes ilimitados dos príncipes e da igreja em nome da liberdade de pensamento, dessa forma, inauguraram uma nova forma de racionalidade, rejeitando as explicações teológicas até então estabelecidas. Tendo com cerne “a racionalidade universal” vários teóricos se lançaram na exploração dita científica dos povos não-europeus, incluindo entre eles os ameríndios e os de pele escura. O debate sobre as raças humanas desenvolveu-se, a partir, de então, sob os

---

<sup>18</sup> Prefácio do livro A invenção do Ser Negro, de Gislene Aparecida dos Santos, 2002.

alicerces da moderna racionalidade científica instituída no século XVIII pelo Iluminismo. Nesse contexto, modelos classificatórios e taxonômicos que eram aplicados aos estudos do mundo vegetal e animal são estendidos aos seres humanos. Entretanto, essa transposição teórica era feita de forma francamente tendenciosa,

aos europeus, doravante denominados “brancos”, se reservava a posição de primazia, enquanto “negros”, “amarelos” e “vermelhos” (estes últimos também chamados, erroneamente, de “indígenas”) são racializados como inferiores. Ou seja, aspectos como cor da pele, formato da cabeça e do nariz, textura dos cabelos passaram a ser traduzidos como sinais exteriores de diferenças mais profundas – intelectuais, morais, psicológicas e espirituais. (MEDEIROS, 2004, p. 34)

O centro do conhecimento, sob esta perspectiva, deslocava-se da física para a biologia, para a observação, a experiência e a descrição dos hábitos humanos. Esse novo paradigma, na visão dos teóricos daquele momento, oferecia todas as condições para o conhecimento das singularidades humanas, os pesquisadores davam ênfase a descrições detalhadas da anatomia humana nas diferentes fases da vida e atribuíam o comportamento humano às causas naturais. Segundo Schwarcz (1993), as imagens que retratam o “Novo Mundo” se intensificam, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII, devido ao maior contato, conhecimento e colonização dos novos territórios.

As imagens e representações dos viajantes sobre o “homem brasileiro” eram vistas com estranheza aos olhos da cultura europeia, essas representações foram potencializadas quando, no século XVIII, Rousseau (1775), defende a ideia do “bom selvagem”. Tal ideia significava uma idealização do nativo americano (e em especial sul-americano), devido às grandes navegações e aos descobrimentos do século XVI. Assim, surgiu um discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens, considerado à época como modelo melhor para pensar a civilização ocidental do que a sua própria natureza. O “bom selvagem” representava, aliás, um exemplo de humanidade ainda não conspurcada, pura em sua essência e positividade. (SCHWARCZ, 2012, p. 16). Entretanto, as posições não eram unilaterais. Se por um lado, havia teóricos que advogavam a ideia de “perfectibilidade” humana - a capacidade que qualquer ser humano tem de chegar à virtude ou mesmo de negá-la; por outro lado, existiam visões que negavam aos indígenas a capacidade de civilização. Vários pensadores corroboraram com esse tipo de visão mais negativa das populações dos continentes “descobertos”. Entretanto, para autora dois tiveram uma maior proeminência: Buffon (apud SHWARCZ, 1993), com sua tese da “infantilidade do continente” e De Pauw, com sua teoria da “degeneração americana”:

A partir de Buffon (1707-88), conhecido naturalista francês, podem-se perceber os primórdios de uma “ciência geral do homem” (Foucault, 1966), marcada pela tensão entre uma imagem negativa da natureza e do homem americano, e a representação positiva do estado natural apresentada em Rosseauau. Buffon personificou, com sua

teoria, uma ruptura com o paraíso rosseauiano, passando a caracterizar o continente americano sob o signo da carência. O pequeno porte dos animais, o escasso povoamento, a ausência de pelos dos homens, a proliferação de espécies pequenas, de répteis e de insetos, tudo parecia corroborar a tese da debilidade e imaturidade desta terra (Buffon, 1834). Assim, apesar de a unidade do gênero humana permanecer como postulado, um agudo senso de hierarquia aparecia como novidade. Por meio da obra desse naturalista, uma concepção étnica e cultural estritamente etnocêntrica delineava-se. (SCHWARCZ, 1993, p.61)

Este debate, entretanto, seguiu a vertente da “degeneração” utilizada pelo jurista Cornelius De Pauw, o qual introduziu com suas teorias um viés original: a noção de “degeneração” que se afastava da perfectibilidade ou civilização proposto por Rousseau. O jurista afirmava que os habitantes deste Novo Continente eram assolados pela preguiça e pela falta de sensibilidade, por uma vontade instintiva e fraqueza mental, sendo retratados como “bestas decaídas”.

Até então chamavam-se de degeneradas espécies consideradas inferiores, porque menos complexas em sua conformação orgânica. A partir desse momento, porém, o termo deixa de ser referir as mudanças de forma, passando a descrever “um desvio patológico de tipo original”. (SCHWARCZ, 1993, p.62)

Esse autor, ainda de acordo com Schwarcz (1993), racializa os argumentos do Conde de Buffon (1707-88), ele pregava que os americanos não eram apenas “imatuross” como também “decaídos”. Seus textos esboçavam um claro antiamericanismo que transparecia em suas análises sobre a natureza do “Novo Mundo”, considerada por ele débil, corrompida, inferior e degenerada.

Além desses estudiosos, outros pensadores daquela época eram extremamente racistas, mas suas premissas como destaca Santos (2002), eram lidas com naturalidade. Exemplos são as ideias de Diderot, reunidas em sua “Enciclopédie” (1750), e de Jean Marie Arouet, conde de Voltaire, expressas no “Tratado de Metafísica”. Em suas observações, Voltaire faz referência a várias espécies que ele chama de “bestas”, ele sugere que todas elas possuíam um lampejo de uma razão imperfeita, e percebe que o negro, ao longo de seu exame, apresentava um pequeno grau de superioridade em relação aos outros animais. Isso o leva a concluir que, entre esses animais, o espécime negro seria o homem, que era definido como,

Um animal preto, que possui lâ sobre a cabeça, caminha sobre duas patas, é quase tão destro quanto um símio, é menos forte do que outros animais de seu tamanho, provido de um pouco mais de ideias do que eles e dotado de maior facilidade de expressão. Ademais, está submetido igualmente, às mesmas necessidades que os outros, nascendo, vivendo e morrendo exatamente como eles. (VOLTARE, 1978b, p. 62 *apud* SANTOS, 2002, p. 27)

Como podemos verificar, este é um relato de estranhamento sobre o outro, no qual o europeu não se vê como igual, ao invés de cabelos, os pelos na cabeça são considerados lâ, e as

habilidades são de um símio. Os pensadores da época não estavam acostumados com a possibilidade de uma diversidade humana, com fisiologias, hábitos e costumes diferentes. Isto levou os teóricos a raciocinarem que por haver essa diversidade na aparência e nos costumes dos homens, não haveria uma unidade humana, uma única espécie.

Estes pressupostos científicos engendrados em uma lógica racionalista e sustentada na biologia fomentou o nascimento de uma ciência das raças, a “raciologia”, mais comumente conhecida como racialismo (ou racismo científico), que tinha como objetivo explicar a diversidade humana. Para Schwarcz (1993), o final do século XVIII representa o alongamento de uma discussão ainda não resolvida que se estenderá até o século seguinte, embora com outros olhares, uma vez que surge no início do século XIX o conceito de raça. Introduzido na literatura especializada por Georges Cuvier, este conceito inaugura a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupamentos humanos.

O discurso racial surgiu como variante do debate sobre cidadania e igualitarismo proposto pelo Iluminismo, uma vez que no cerne desse novo modelo estavam imbricadas discussões mais deterministas e de cunho biológico que focalizavam a ação humana como resultado dos atributos específicos de sua raça, somente a partir do Iluminismo que o termo raça passa a ser utilizado para designar a ideia de diferenças físicas transmitidas de forma hereditária.

Contudo, alguns elementos da filosofia naturalista esboçada pelos iluministas são reutilizados e adquirem um novo sentido. Noções como as de perfectibilidade – Rousseau – influências climáticas e origens, somam-se a novas ciências como a frenologia, a antropometria e a eugenia, fornecendo uma nova concepção da diversidade humana. Este novo paradigma nasce influenciado pela ideia de evolução e pelo darwinismo social e delinea-se como uma reorientação intelectual ao pensamento iluminista.

#### 2.4 ORIGENS DAS RAÇAS: MONOGENISMO X POLIGENISMO

As doutrinas raciais que emergem a partir do século XIX são uma nova tentativa de explicar a origem da humanidade, um tema já antigo no pensamento científico e social europeu. No novo contexto, duas grandes vertentes aglutinavam os teóricos da época que buscavam o desafio de compreender a origem do homem. As visões teóricas eram polarizadas entre os monogenistas e os poligenistas. A visão monogenista, dominante até meados do século XIX, reunia a maior parte dos pensadores que a partir das escrituras da bíblia acreditavam na unicidade da humanidade. A humanidade segundo essa visão teria uma origem comum, sendo os diferentes tipos humanos um produto da degeneração ou perfeição do Éden.

Neste tipo de argumentação vinha embutida, por outro lado, a noção de virtualidade, pois a origem uniforme garantiria um desenvolvimento (mais ou menos) retardado, mas de toda forma semelhante. Pensava-se na humanidade como um gradiente – que iria do mais perfeito (o mais próximo do Éden) ao menos perfeito (mediante degeneração) [...] (SCHWARCZ, 1993, p. 64). Os monogenistas embasavam-se nas teorias de Buffon e eram defensores de uma origem comum para a humanidade, e explicavam a inferioridades dos negros africanos devido ao determinismo climático e características geográficas que determinavam as diferenças entre os homens.

A outra vertente era composta pelos poligenistas, que contestavam o dogma monogenista da igreja e baseando-se nos estudos da ciência biológica que se sofisticava à época, acreditavam na existência de vários centros de criação da humanidade, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observáveis. Esses teóricos eram influenciados por Voltaire, e acreditavam que a inferioridade dos negros era, assim, decorrente de sua espécie originária, já que havia nesta visão uma estrutura interna a cada raça. A crença em origens diferentes, em espécies fixas e em raças naturais levou os teóricos dessa linha a considerarem a mestiçagem como uma anomalia, sendo os mestiços frutos de uma relação sexual contra a natureza.

A versão poligenista permitiria, por outro lado, o fortalecimento de uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passavam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais. Este tipo de viés foi encorajado sobretudo pelo nascimento simultâneo da frenologia e antropometria, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos. (SCHWARCZ, 1993, p. 65)

Esta linha de análise cada vez mais se afastava dos modelos humanistas, estabelecendo rígidas correlações entre conhecimento exterior e interior, entre a superfície do corpo, ou seja, entre a cor e os traços físicos e a profundidade de espírito, os predicados morais e as capacidades mentais.

Retornando a Hipócrates, o poligenismo insistia na ideia que as diferentes raças humanas constituiriam “espécies diversas”, “tipos” específicos, não redutíveis, seja pela aclimação, seja pelo cruzamento, a uma única humanidade. Nas palavras de Hannah Arendt, como o poligenismo punha-se fim não só “às leis naturais que previam um elo entre os homens de todos os povos, como à igualdade, à comunicação e à troca” (1973:77). A “perfectibilidade” anteriormente encontrada no “bom selvagem” agora lhe era recusada, assim como era questionado o voluntarismo próprio do século das luzes. (SCHWARCZ, 1993, p. 66)

No século XVIII, a crença na perfectibilidade fazia com que a teoria do clima exercesse forte influência sobre o pensamento daquele momento, acreditavam que os povos poderiam mudar rapidamente, caso fossem modificadas as condições externas atuantes sobre eles. Na transição para o século XIX, os argumentos poligenistas foram fortalecidos, até mesmo em

função das descobertas geológicas sobre a idade da terra e da hereditariedade. O ideal de perfectibilidade passou a ser associado à noção de evolução, que pressupunha a existência de povos menos evoluídos, menos perfeitos, infantis, e outros mais evoluídos, perfeitos, maduros (Santos, 2002, p 48).

O debate entre monogenistas e poligenistas fortaleceu o surgimento de diversas disciplinas acadêmicas que buscaram comprovar os argumentos de ambas as linhas de pensamento. Os estudos antropológicos nasceram vinculados às ciências físicas e biológicas, diretamente articulados com a interpretação poligenista, e as análises etnológicas, estavam ligadas a uma orientação humanista e de tradição monogenista. Essas disciplinas ganharam espaços nas instituições da época com a formação de sociedades que rivalizam na busca por interpretações sobre a diversidade humana. As sociedades antropológicas pregavam a noção de “imutabilidade dos tipos humanos” – e no limite das próprias sociedades -, já os pressupostos etnológicos mantinham se fies à hipótese do “aprimoramento evolutivo das raças”.

Em 1959, a publicação do livro *A origem das espécies*, de Charles Darwin promove um arrefecimento entre a disputa entre monogenistas e poligenistas. Para Santos (2002), a questão da raça ganhou outro enfoque, mais radical, com a ascensão do darwinismo e a sua aplicação no mundo antropológico-social. Baseados nos princípios da evolução da espécie e da seleção natural, os darwinistas acreditavam numa raça pura, mais forte e sábia que eliminaria as raças mais fracas e menos sábias, desenvolvendo, portanto, a eugenia (Idem, p. 51).

Essa proposição é corroborada pela análise de Schwarcz (1993),

De um lado, monogenistas como Quatrefage e Agazziz, satisfeitos com o suposto evolucionista da origem una da humanidade continuaram a hierarquizar raças povos, em função de seus diferentes níveis mentais e morais. De outro lado, porém, os cientistas poligenistas, ao mesmo tempo em que admitiam a existência de ancestrais comuns na pré-história, afirmavam que as espécies humanas tinham se separado havia tempo suficiente para configurarem heranças e aptidões diversas. A novidade estava, desta forma, não só no fato de as duas interpretações assumirem o modelo evolucionista como em atribuírem aos conceitos de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural (Idem, p. 72).

As proposições darwinistas transformaram-se aos poucos em máximas que eram apropriadas por diferentes teóricos, não só da área biológica, mas de campos distintos como antropologia, sociologia, história, e teoria política e econômica, constituindo-se como referência obrigatória de seu tempo. Essa absorção das ideias evolutivas nos estudos sobre a sociedade fomentou uma geração de darwinistas-sociais que buscavam através dos conceitos de Darwin gerar explicações para o comportamento das sociedades humanas. Na esfera política, o darwinismo ofereceu uma base de sustentação para práticas de cunho conservador, vinculado

diretamente ao modelo imperialista europeu. Assim, apropriando-se da noção de seleção natural, o domínio ocidental sobre os outros povos era justificado. Como destaca Santos (2002, p. 52), o darwinismo social vem coroar com êxito a teoria das raças que vinha se desenvolvendo por mais de um século.

Os pressupostos evolutivos e o darwinismo social quando utilizado pelos cientistas sociais como paradigma interpretativo ao entendimento sobre a humanidade trouxe um novo debate para o centro das discussões, a questão fundamental agora passar a ser a mestiçagem, promovida pela mistura entre as supostas diferentes “raças”. Segundo a interpretação poligenista este era um fenômeno recente, os mestiços exemplificavam a diferença fundamental entre as raças e a manifestação da diferença entre elas, esses seres na visão desses teóricos personificavam a “degeneração” que poderia surgir do cruzamento de “espécies diversas”. Muitos pensadores, que seguiam à risca as proposições retiradas da obra de Darwin, acreditavam que se uma pessoa muito inteligente se casasse com uma estúpida, os filhos teriam uma capacidade mediana. Esse tipo de ideologia fazia foi um dos incentivadores do preconceito racial como forma de eugenia:

O que os darwinistas acrescentaram era a proposição de que o preconceito favorecia a evolução, ao manter separadas as populações e ao capacitar as raças emergentes para desenvolver completamente as suas capacidades especiais (BANTON, 1977, p. 115 *apud* SANTOS, 2002, p. 52)

As novas conceituações deram o estatuto definitivo à teoria das raças de que a natureza forjava alguns indivíduos para comandar e outros para obedecer. Neste caso caberia aos negros a obediência e aos brancos o domínio sobre estes. Em relação à mestiçagem, considerava-se que o sangue negro deteriorava o do branco. Em relação a essa noção, argumentos variados circulavam entre os pensadores. Autores como Paul Broca (1864) defendiam que mestiços, de forma semelhante às mulas, eram inférteis. Outros teóricos, como Arthur Gobineu (1853) e Gustave LeBon (1902) faziam interpretações diferentes e lastimavam a extrema fertilidade dessas populações que herdavam, segundo eles, as características mais negativas das raças em cruzamento.

Tais argumentos sobre a mestiçagem foram centrais para pensar a questão da civilização e do progresso das nações. Schwarcz (2012) esclarece em sua pesquisa sobre cor e raça na sociedade brasileira que os teóricos do darwinismo social fizeram dos atributos externos e fenótipos elementos essenciais, definidores de moralidades e do devir dos povos. Santos (2002) destaca ainda as argumentações de Arthur de Gobineu proferidas em 1853, o qual chegou a

afirmar que todas as civilizações derivam da raça branca, que nenhuma outra pode existir sem a sua ajuda e que uma sociedade só poderia ser grande e brilhante se preservasse o sangue do grupo nobre que a criou. Com o apogeu da sociedade industrial e o progresso da sociedade europeia dita civilizada, os povos que não acompanhavam o seu grau de desenvolvimento eram condenados à inferioridade. Os evolucionistas sociais acreditavam que em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios deveriam ser únicos e obrigatórios a todas as civilizações. Essas considerações faziam parte do imperialismo europeu e funcionavam como justificativa para a manutenção do domínio europeu sobre as outras culturais e nações.

De forma concomitante ao pensamento sobre o evolucionismo social, duas escolas de pensamento deterministas tornaram-se mais influentes. A escola determinista geográfica e a escola determinista de cunho racial. A primeira defendia a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação era condicionado pelo meio, pelas condições físicas de cada país, como o solo e o clima. Já a segunda escola observava com pessimismo as miscigenações, uma vez que acreditava que não se transmitia caracteres adquiridos, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Para esta escola, as raças eram imutáveis, produtos de um processo final, sendo o cruzamento entre elas considerado um erro. As consequências desse tipo de pensamento eram duas, primeiro, enaltecer a existência de “tipos puros” – não sujeitos a miscigenação --, e o segundo era compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração racial e social. Esse saber construído sobre as raças implicou em um processo de submissão ou mesmo de eliminação das raças inferiores – a eugenia – cujo objetivo era intervir na reprodução das populações, promovendo uma deliberada seleção social.

## 2.5 REFORMISMO E IDEIAS EMANCIPATÓRIAS NO BRASIL

Por volta de 1865, o país era considerado uma “anomalia” política, econômica e social na América Latina, constituído por um império com monarquia hereditária e ancorado em uma economia agrícola que continuava a promover a escravidão, apesar do fim do tráfico negreiro em 1850. O sistema paternalista de relações pessoais vigorava nas áreas rurais e urbanas, uma rígida estratificação social proporcionava aos proprietários de terras (brancos ricos) o monopólio do poder. O resto da população (brancos pobres, mulatos claros e os negros) era subjugado e estavam em situação de submissão ao sistema. Como nos apresenta Skidmore (2012, p. 81), essa hierarquia, na qual a classificação social se correlaciona em alto grau com a cor da pele, se desenvolvera como parte integral da economia colonial escravagista.

A ascensão de um espírito reformista desponta em 1865, com a Guerra do Paraguai, que estimulou boa parte da elite brasileira a reexaminar a nação. A guerra se desenvolveu por vários anos e o Brasil só conseguiu vencê-la com a ajuda da Argentina e do Uruguai. O prolongado conflito exerceu efeitos negativos sobre o Império Brasileiro. Skidmore (2012) relata que a inépcia do Brasil na mobilização inicial para a guerra obrigou muitos civis a despertarem para o atraso nacional no tocante a serviços modernos em áreas básicas como a educação e os transportes.

A impopularidade da guerra fez surgir grupos de pressão, na área militar os oficiais se viram embaraçados, por não vencerem um país pequeno como o Paraguai. Além disso, a falta de voluntários aceitáveis para o Exército obrigou ao recrutamento de escravos, estes se provaram bons soldados e ganharam a alforria ao término do conflito. Este fato teve um importante significado e gerou uma contradição. Embora os oficiais dessa força militar tenham visto o bom desempenho dos escravos em batalha, na passagem de 1887 para 1888 o Exército recebeu a missão de caçar escravos fugidos. Essa contradição tornou os oficiais mais receptivos às ideias abolicionistas e republicanas. Na política, a impopularidade da guerra, e a recusa do imperador em negociar o seu fim em 1868, precipitaram a fundação do Partido Republicano em 1870.

Nesse ínterim, houve mudanças na estrutura social e econômica do país. A partir da incipiente urbanização começou a emergir um grupo social não vinculado diretamente ao setor agrário. As ideias abolicionistas também ganham força, principalmente, pela absorção de ideias apropriadas da Europa pela nova elite de jovens intelectuais que se formava, os quais eram influenciados intensamente pelo positivismo, o evolucionismo e o materialismo. Os membros da elite que desejavam o desenvolvimento econômico também foram atraídos por essas ideias, contudo desejavam transformações econômicas, mas sem mudanças sociais. Para Skidmore (2012, p 47) o positivismo mostrou-se influente por aparecer no momento em que a mentalidade tradicional achava-se mais vulnerável.

Esse contexto, fomentado por novas ideologias do progresso e da ciência fortaleceu a ascensão de um espírito reformista por parte da intelectualidade que ajudou a promover o movimento pela emancipação dos escravos, que desde seu início foi influenciado pelos ideais Iluministas e pelo Liberalismo Europeu. Entretanto, ainda de acordo com Skidmore (2012) as ações a favor da abolição do regime escravista demoraram muito para se tornar uma força política importante no Brasil.

O pensamento abolicionista está vinculado às discussões emancipacionistas do início do século XIX. Jose Bonifácio, na *Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do*

*Brasil sobre a Escravatura*, em 1823, já propunha a abolição da escravidão. Em sua tese, Bonifácio apresenta a escravidão como um grande problema nacional, a criticava do ponto de vista étnico, econômico e jurídico e indicava propostas para o seu fim gradual. Jose Bonifácio tinha uma preocupação com a construção de um Estado Brasileiro, no qual a escravidão se configurava como um grave problema. Influenciados por princípios liberais adotado em várias nações europeias, Bonifácio acreditava que o Brasil precisava de cidadãos plenos em direitos e deveres. Entretanto, como os escravos não eram considerados cidadãos naquela época, o regime escravagista impedia a adoção de uma Constituição liberal. O teórico emancipacionista procurava desenvolver duas teses para a construção de um liberalismo nacional. A primeira era baseada em princípios éticos que condenavam a escravidão, pois ela promovia a decadência moral dos brasileiros em geral e do clero em particular. Além disso, a escravidão se opunha ao liberalismo, pautado na liberdade e na igualdade como direitos naturais, e não em um país de escravos diferenciados de seus senhores, que gerava fragmentação e subordinação.

A segunda tese de Bonifácio está vinculada ao desenvolvimento industrial e à melhor capacitação da mão-de-obra. O abolicionista questionava ainda o direito natural à propriedade do escravo, uma vez que o escravo não era uma propriedade, era um homem e não uma coisa. Como argumenta Gislene Aparecida Santos,

[...] o objetivo de sua argumentação era demonstrar a fragilidade da ordem social e política assentada na escravidão que contrariava o direito ao se valer da força como instrumento para manutenção de pessoas em cativeiro. A escravidão, ao privar o escravo do direito à liberdade e à propriedade de si, também contraria as leis éticas e morais de uma sociedade organizada que teria como base o liberdade, a felicidade e a justiça para todos os indivíduos. (SANTOS, 2002, p.71)

Segundo Bonifácio, a destituição da propriedade de escravos estava diretamente vinculada à construção da riqueza nacional e à construção de uma sociedade política civilizada nos moldes do liberalismo europeu. As concepções de Bonifácio eram endossadas por outros personagens da época como os juristas Macedo Soares e Perdigão Malheiro, que contestava a compreensão do escravo como coisa. Entretanto, paralelamente a questão da emancipação dos escravos e suas consequências para a sociedade, um outro aspecto surge nessa discussão, também herdado da tradição iluminista: a diferença entre as raças e a hierarquia entre elas. Assim, ao debate sobre a construção de uma nação liberal foi somado o tema da inferioridade dos negros e o aperfeiçoamento dos cidadãos brasileiros.

Um dos pensadores que mais versava sobre este tema e de forma veemente era Louis Couty. Este autor utilizava argumentos que transitavam no cotidiano do Brasil do século XIX, como o da amenidade da escravatura brasileira em contraposição ao modelo cruel vivenciado

em outros locais e o da ausência de preconceito racial. O objetivo de Couty era evitar um caos econômico no país com uma abolição imediata. Ele argumentava que o fim da escravidão deveria processar-se de forma gradativa, propiciando tempo hábil para que a sociedade se adaptasse a nova situação. Louis Couty, por meio de duas obras, uma escrita em 1881, *L'esclavage au Brésil*, e a outra de 1884, *Le Brésil*, buscava descrever o atraso brasileiro e apontar soluções para os problemas de sua época. Entretanto, além do desejo extinguir a escravidão, ele queria expulsar os negros do país. Esta corrente do pensamento abolicionista, representada por Couty, além de amenizar a escravidão e relativizar o racismo visava alcançar o progresso do país, por meio da implantação de mão-de-obra estrangeira. Louis Couty utiliza as teorias racistas para afirmar que uma mudança radical de escravo inútil em homem livre útil era impossível. Para ele a escravidão teria degradado o homem definitivamente, se já não fosse o negro desde sempre degradado. Essas ideias corroboravam seus argumentos para a imigração de mão-de-obra imigrante.

A preocupação com o futuro do país, com um progresso que seria bem-vindo, colocava em destaque as teses racistas de então, que, com todo vigor, tomavam as falas dos parlamentares e intelectuais brasileiros. Eles passavam a encarar o negro como signo de atraso do país e a considerar a imigração como única saída honrosa. (SANTOS, 2002, p. 83)

Nesse período, os argumentos abolicionistas, como os de Louis Couty, vinculam a questão do progresso e a do desenvolvimento às noções de seleção étnica. Essa maneira de enfrentar os problemas sociais e a utilização de teorias raciais para justificar o atraso do país, impregnou de tal forma o pensamento da época que era quase impossível encontrar indivíduos que não compartilhassem dessas mesmas ideias.

Contudo, havia ideias díspares e o maior exemplo é o de Joaquim Nabuco, principal teórico do abolicionismo, autor de um dos primeiros manifestos publicados pela então Sociedade Contra a Escravidão e de *O Abolicionista* (1883), que diferentemente de Louis Couty, não age com extremismo exagerado em relação ao imigrantismo e em relação ao fim da escravidão. Thomas Skidmore (2012, p. 55) reproduz um fragmento do manifesto de Joaquim Nabuco publicado pela recém-fundada Sociedade Contra a Escravidão, no trecho o abolicionista dizia que: “A escravidão fizera do Brasil um anacronismo vergonhoso no mundo moderno, fora de harmonia com o progresso do nosso século”.

Todavia, Nabuco via na imigração a melhor solução para o povoamento e a mão de obra nacional. Como parlamentar, Joaquim Nabuco tinha a preocupação com a extinção do sistema escravista por meio de vias legais para afastar qualquer outra forma de emancipação, principalmente, uma revolução, como aconteceu nos Estados Unidos. Segundo Santos (2002),

Nabuco construiu todo o seu argumento sobre as bases de uma teoria da ausência de preconceito racial entre brancos e negros. Para isso, foi necessário formular a noção de paraíso racial e distingui-la da ideia de conflito entre as classes de senhores e de escravos. Essa visão era compartilhada por outros teóricos do abolicionismo, naquele momento. Embora preocupados com o fator étnico, eles acreditavam, como grande parte da população Brasileira, que não existia preconceito racial em sua sociedade. E admitiam a viabilidade de uma sociedade liberal em que grande parte da população fosse não branca.

Essa era a concepção que reinava da elite: o Brasil escapara ao preconceito de cor. Como Nabuco escrevera em *O abolicionista*: “A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor, falando coletivamente, nem criou, entre as duas raças, o ódio recíproco que existia naturalmente entre opressores e oprimidos”. (SKIDMORE, 2012, p. 62)

Fazendo uma análise do pensamento abolicionista de Louis Couty e Joaquim Nabuco, Gislene Santos ressalta que mesmo defendendo uma mesma causa, a abolição, os dois pensadores não compartilhavam das mesmas ideias e princípios. Contudo,

ambos em um dado momento defendiam a imigração como forma de salvação para um Brasil povoado por uma raça inferior e propagandeavam a ausência de preconceito racial no Brasil e tudo isso apoiados nas teorias racistas do seu século. Seus argumentos contribuíram para a exclusão dos negros do processo abolicionista. (SANTOS, 2002, p. 107)

Ao investigar a constituição identitária do povo brasileiro e a sua relação com a mídia Muniz Sodré destaca que a situação do negro e o término da escravidão foram elementos essenciais no pensamento de Joaquim Nabuco, como forma de construção do “povo”, no sentido de uma comunidade de cidadãos. Entretanto, o modelo identitário vislumbrado por Joaquim Nabuco e outros teóricos emancipacionistas era cercado por uma visão elitista e eurocentrada.

Não se pode deixar de ver nessa profissão de fé uma espécie de modelo identitários das elites nacionais que, no século seguinte, mesmo valorizando afetivamente a “cordialidade” brasileira, olhavam com um certo desgosto para o território sul-americano, já que “as paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos não valem para mim um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno a Amlfi, um pedaço do cais do Sena à sombra, do velho Louve. A elite brasileira pensava em francês, donde o brasileiro não descendente do índio ou negro seria, “por inteligência e por espírito”, “puro europeu transplantado” (Lobato) ou um “parisiense desterrado” (Nabuco) (SODRÉ, 2015, P.37)

Segundo Sodré (2015), persiste ainda hoje uma utopia civilizatória europeia em parte da elite brasileira que se manifesta diretamente ou por meio de suas mediações, atualmente secundadas pelos meios de comunicação que continuam reproduzindo o discurso de enaltecimento de seu valor universalista, como garantia da colonialidade do poder (Idem, p.38).

Podemos verificar que é a partir dos acontecimentos ligados à abolição da escravidão e à proclamação da República que surgem reflexões mais aprofundadas sobre a situação do negro e da identidade brasileira. Como expõe Schwarcz (1987, p.22), o negro só aparecia de forma fragmentada e dispersa através da literatura da fugidia impressão dos viajantes estrangeiros ou mesmo dos polêmicos debates que, a partir de 1870, giravam em torno da questão do regime escravocrata. É neste momento que se inicia uma série de discussões sobre o negro e a identidade nacional com o suporte de teorias racistas advindas da Europa e da América do Norte, uma vez que a questão da constituição da identidade racial brasileira foi reforçada, primeiramente, pelas interpretações raciais de teóricos vindos de fora do país. Para Muniz Sodré (2015), a questão identitária tem sido um tema muito importante para a intelectualidade latino-americana desde a Independência. Essa excessiva preocupação, segundo o pesquisador é o sintoma mesmo de sua ausência ou, pelo menos, de sua formulação problemática por parte de um estrato oligárquico-patrimonialista dominante, sempre desejoso de manter uma unidade territorial caracterizada por relações de servidão entre o Estado (o senhor) e a nação (as massas, tendencialmente, excluídas).

A escravidão após décadas de debates e discussões que eram praticados sob um viés racista só foi finalizada em 1888, após uma série de processos legais que culminaram na Abolição. O primeiro passo legal, iniciado antes da formação do movimento abolicionista, foi realizado pelo ministério do visconde do Rio Branco (1871-5), com a aprovação em 28 de setembro de 1871 da Lei do Ventre Livre<sup>19</sup>, a qual dava a liberdade aos filhos nascidos de mães escravas. Após essa primeira legislação, segundo Skidmore (2012), somente em 1879 houve, por parte de um político brasileiro, um apelo em prol da abolição imediata e total, esta iniciativa partiu de Jerônimo Sodré. Neste mesmo ano, Joaquim Nabuco, tornou-se parlamentar, como deputado por Pernambuco, e veio a se tornar o líder do movimento abolicionista.

Após este primeiro momento, sociedades em prol da emancipação dos escravos surgiram nas cidades de maior porte. Já em 1883, os abolicionistas criaram uma campanha nacional em prol da liquidação da base legal da escravidão, e, ao mesmo tempo, mobilizaram doações para conseguir a alforria de escravos. Dois anos depois, em 1885, o segundo processo legislativo em prol da abolição acontece, o Parlamento aprovou a lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885, Lei Saraiva-Cotegipe, mais conhecida como Lei dos Sexagenários<sup>20</sup>, que declarava livres, incondicionalmente, todos os escravos com mais de 65 anos de idade. O terceiro e último

---

<sup>19</sup>[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm)

<sup>20</sup><http://linux.an.gov.br/mapa/?p=9141>

projeto de lei abolicionista, concedeu a emancipação imediata a todos os escravos em 13 de maio de 1888<sup>21</sup>.

Contudo, como destaca Muniz Sodré, o gesto de bondade por parte da elite visava interesses próprios como assinala o autor:

O liberalismo que levou segmentos da elite monárquica a reivindicar a abolição da escravatura não estava comprometido com a realidade social e humana da maioria populacional, que era constituída pelos africanos e seus descendentes, e sim com a adequação das ideias nacionais ao ideário culto da Europa. O abolicionismo da elite branca fazia o trânsito histórico do racismo de dominação para o de exclusão: o homem concreto, o povo, seria socialmente discriminado, excluído, mas formalmente realocado num padrão culto de inspiração europeia. (SODRÉ, 2015, p. 90)

Ainda nas palavras de Sodré (2015), desta abolição promovida e racionalizada pelas elites, depreende-se a funcionalidade política do racismo, decorrente do nexos histórico construído entre Estado nacional e raça.

Durante todo um século a partir da Independência, o estabelecimento da identidade nacional, a definição de brasilidade, apesar do discurso culturalista, tinha de fato grande importância política para uma classe dirigente destinada a perpetuar a nação como “negócio”, não mais do rei de Portugal, mas certamente das oligarquias rurais em coalizão com os burocratas que administravam o Estado agroexportador. Era preciso ter um perfil identitário com alguma valorização frente à Europa e, ao mesmo tempo, manter nos lugares dominados os negros e os índios, esses que efetivamente constituíam as possibilidades concretas do povo. (SODRÉ, 2015, p.91)

O pesquisador explica que inicialmente, a ideia de nação confundia-se com a de uma comunidade baseada em laços de sangue ou de território. Posteriormente, no século XIX, a comunidade “sanguínea” torna-se comunidade de raça, uma unidade política garantida tanto pelo ordenamento estatal quanto pela ideia de uma diferença biológica em nível humano. Deste modo, a manipulação das diferenças servia a propósitos coloniais: manter o outro, o colonizado, em posições subalternas. Por isso é que a exasperação do racismo no Ocidente coincide, a partir do século XVII, com o fortalecimento dos impérios coloniais. Para Sodré (2015), a partir da Independência, as representações manifestaram-se com maior veemência racista, como sistema de pensamento institucional. Essa institucionalização do racismo é verificada, por meio da ideologia pregada por Jose Bonifácio, conhecido como o “Patriarca da Independência”, que pregava a formação de um país “homogêneo e puro”, ou seja, com uma identidade Branca.

### **2.5.1 Teorias raciais à moda brasileira**

As teorias raciais começam a ser debatidas no Brasil pela elite intelectual e econômica com maior ênfase em meados do século XIX, em um contexto marcado por uma intensa

---

<sup>21</sup><https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2015/05/13-maio-1888-dia-abolicao-escravatura>

transformação social decorrente do processo da abolição da escravidão, da transição do modelo de governo, de império para república, e da necessidade de pensar o processo civilizatório e a identidade nacional do país (SCHWARCZ, 1987, 2012; SKIDMORE, 2012; SANTOS, 2002).

Segundo Thomas Skidmore, até o fim da escravatura, em 1888, a maior parte da elite brasileira dava pouco atenção ao problema da raça em si ou à relação entre características raciais do Brasil e seu desenvolvimento futuro. De acordo com o autor,

Embora preocupações sobre questão racial estivessem sob a superfície do intenso debate a respeito da abolição e de outras reformas depois de 1850, de modo geral os brasileiros não aludiam ao problema como um fenômeno social, preferindo falar em reformas das instituições e da legislação. É claro que essas mesmas inquietações aumentaram progressivamente o afã reformador, e a lentidão com que ocorriam essas reformas [...] reforçavam a disposição da elite de presumir que bastariam reformas institucionais para pôr o Brasil no caminho do rápido progresso histórico. (SKIDMORE, 2012, p. 30)

As elites brasileiras que desejavam mudanças deparavam-se com um duplo desafio: empreender as múltiplas etapas da modernização, que já acontecia na Europa e na América do Norte, e eliminar anacronismo como a escravidão e constituir modernas instituições com um amplo sistema de ensino. Nesse ínterim, a questão racial e o determinismo climático estavam sendo amplamente debatidas na Europa, sobretudo na França. Mas, o Brasil e países da América Latina eram considerados exemplos negativos de sociedades devido à mestiçagem e à influência das culturas africanas nessas regiões. O fator “raça” era compreendido como um elemento seminal no processo civilizatório do projeto de nação. O Brasil aparecia nesses relatos, como o primeiro grande exemplo de “degeneração num país tropical” de raças mistas. Essas ideias, principalmente, as teorias evolucionistas de Hebert Spencer e as análises de Arthur de Gobineu, Gustave LeBon, Georges Vacher de Lapouge, e vários outros darwinistas sociais eram lidas e apropriadas por diversos teóricos no país e tiveram grande importância na constituição do racismo científico à moda brasileira, principalmente, por defenderem a inferioridade negra, a degeneração mulata e a decadência tropical.

Foi só com a proximidade do fim da escravidão e da própria monarquia que a questão racial passou para a agenda do dia. Até então, como “propriedade”, o escravo era por definição o “não cidadão”. No Brasil, é com a entrada das teorias raciais, portanto, que as desigualdades sociais se transformam em matéria de natureza. Tendo por fundo a ciência positiva e determinista, pretendia explicar com objetividade – valendo-se da mensuração de cérebros e da aferição das características físicas – uma suposta diferença entre os grupos. A “raça” era introduzida, assim, como base nos dados da biologia da época e privilegiava a definição dos grupos segundo seu fenótipo, o que eliminava a possibilidade de pensar no indivíduo e no próprio exercício da cidadania e do arbítrio. (SCHWARCZ, 2012, p. 38)

Todavia, para Schwarcz (2012), essas teorias não foram apenas introduzidas e traduzidas no Brasil; houve uma apropriação ou uma releitura particular dessas ideias. Por um

lado, as ideias de raça e a essencialização foram absorvidas; porém, por outro lado, negou-se a noção de que a mestiçagem levava sempre a degeneração, conforme previa o modelo Europeu. Houve um casamento entre o modelo evolucionista e o darwinismo social no Brasil, esse novo modelo ajudou a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostou na miscigenação como fator positivo, de forma a promover um branqueamento da população brasileira.

A partir da libertação dos escravos o termo “raça”, que já era bastante debatido no período emancipatório, passa a se transformar em palavra chave para compreender o processo civilizatório no brasileiro, que se inicia no final do século XIX e início do XX. Nesse contexto, as teorias raciais que vigoravam na Europa, especialmente em Paris, tiveram um grande impacto no pensamento social brasileiro e nas instituições de ensino que se constituíam naquele período (SCHWARCZ, 1987; 1993; 2012).

O Brasil era visto pelos viajantes e pensadores estrangeiros como primeiro grande exemplo de “degeneração num país tropical” de raças mistas. A visão pessimista do potencial brasileiro por parte de doutrinas deterministas e dos teóricos do darwinismo social se disseminou no pensamento acadêmico e contaminou alguns dos principais pensadores da época, fazendo frutificar as teorias sobre a inferioridade negra, a degeneração mulata e a decadência dos trópicos.

Contudo, enquanto na Europa o determinismo social foi defendido, politicamente, devido à separação latente entre as raças que habitavam o velho continente, no Brasil a situação era diferente. O país sempre fora multirracial, o que impossibilitava a rígida segregação birracial existente em países como os Estados Unidos:

No Brasil, o histórico equilíbrio racial levava a uma ampla miscigenação, que chegava até as famílias mais antigas. No entanto, esse fato consumado de história social não impedia que pensadores brasileiros se preocupassem com os efeitos do caldeamento racial. O Brasil fora a maior colônia do Novo Mundo, e a porcentagem de negros excedera 50% durante muito tempo. (SKIDMORE, 2012, p.70)

Essa mistura entre as raças levou Arthur de Gobineau julgar o Brasil como um país culturalmente atrasado. Ele concluiu ainda que a corrupção no sangue negro levaria sem dúvida alguma à decadência dos povos mestiços, e declarou, como expõe Skidmore (2012, p.70), que “nem um só brasileiro tem sangue puro, porque os exemplos de casamentos entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuances de cor são ínfimas causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores”. Georges Vacher de Lapouge acreditava que o Brasil se constituiria, em um século, em um imenso “Estado Negro” e que retornaria, invariavelmente, à barbárie. Outro visitante estrangeiro que

teve forte recebimento no Brasil foi Louis Agassiz, que esteve no Brasil entre os anos de 1865 a 68, em uma expedição científica. Para ele os males da mistura racial poderiam ser vistos no Brasil, onde a deterioração decorrente da miscigenação entre as raças apagava as qualidades das raças puras, e gerava um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia e mentalmente. Assim como Louis Agassiz, Georges Vacher de Lapouge e Arthur de Gobineau, são vários os autores que adotaram esse tipo de perspectiva que naturalizava as diferenças, inferiorizava e essencializava os negros e fazia de questões políticas e históricas dados inquestionáveis da própria biologia.

É neste cenário, fortemente contaminado pelas obras desses intelectuais estrangeiros que pregavam a inferioridade do negro e os “danos” da miscigenação que tem origem um saber específico a respeito de nossa própria realidade, criada por autores brasileiros que viam na miscigenação a solução para os problemas nacionais. Nesse primeiro período, havia um extremo pessimismo nos estudos e ensaios que versavam sobre a raça negra e em relação à miscigenação.

A grande preocupação dos pensadores deste momento era a integração do negro, ex-cativo, à sociedade que se formava recém-saída da escravidão e sujeita ao arbítrio da República, sistema que surgia propugnando a igualdade cidadã (SCHWARCZ, 2012, p.22). Nesse contexto, autores como Nina Rodrigues, Tobias Barreto e Sílvio Romero, entre outros, procuram explicações para a compreensão dos fenômenos sociais.

Nina Rodrigues, era considerado o fundador da antropologia científica no Brasil, e foi um grande nome da medicina do final do século XIX até metade do século XX. Rodrigues era adepto do darwinismo social e dos modelos do poligenismo – que defendiam que as raças humanas tinham diferentes origens, fixas e essenciais, portanto não passíveis de cruzamentos entre elas. Para Santos (2002), Nina Rodrigues, vai abraçar, integralmente, a ideia de uma política positiva alicerçada em diferenças naturais entre os grupos/ classes que compunham a sociedade, como acentua Skidmore (2012).

Nina Rodrigues afirmava a seus leitores que a inferioridade do africano tinha sido determinada além de qualquer dúvida científica. Em 1984, rejeitou a ideia “sentimental” de que um “representante das raças inferiores” pudesse alcançar em inteligência “o elevado grau a que chegaram as raças superiores”, declarando que, essa “é uma concepção irremissivelmente condenada em face dos conhecimentos científicos modernos”. (Idem, 2012, p.103)

Em suas pesquisas na área de antropologia criminal, Nina Rodrigues entendia a sociedade como um corpo que podia ser conhecido, assim como o corpo humano. Ele utilizava sua teoria da inferioridade racial diretamente articulada com seu trabalho de medicina legal, e

expressava a tese de que características raciais intrínsecas afetavam a conduta social dos negros, as quais deveriam ser levadas em consideração pelos legisladores e pelas autoridades policiais.

A tese propunha a diferença de imputabilidade entre as raças, explicitando que a responsabilidade penal das “raças inferiores” não fosse igualada à das “raças brancas civilizadas”. Esse debate visava contestar a inviabilidade do próprio Código Penal, enganado pelo princípio voluntarista da Ilustração, por ele chamada de “falácia da igualdade”. (SCHWARCZ, 2012, p, 22-23). Todavia, sob esta argumentação, os mestiços transformavam-se em um problema, uma vez que alguns indivíduos mestiços eram exceções. Esse problema foi contornado dividindo os mestiços em três grupos: (a) o tipo superior (plenamente responsável); (b) os degenerados (parcialmente responsáveis); (c) os tipos socialmente instáveis que, como os “pretos e os índios”, teriam responsabilidade atenuada. Rodrigues produziu uma justificativa teórica completa para que os ex-escravos fossem considerados incapazes de conduta “civilizada”. A influência da raça negra para esse autor era considerada um fator fundamental para explicar a inferioridade do povo Brasileiro.

As proposições de Rodrigues eram demasiadamente radicais, o intelectual chegou a postular uma futura separação, de base racial no Brasil, entre o sul e o norte do país.

Ao brasileiro mais descuidado e imprevidente não pode deixar de impressionar a possibilidade da oposição futura, que já deixa entrever, entre uma não branca, forte e poderosa, provavelmente de origem teutônica, que se está constituindo nos estados do sul, donde o clima e a civilização eliminarão a raça negra, ou a submeterão, de um lado; e, do outro lado, os estados do norte, mestiços, vegetando na turbulência estéril de uma inteligência viva e pronta, mas associada à mais decidida inércia e indolência, ao desânimo e por vezes à subserviência, e assim, ameaçados de se converterem em pasto submisso de todas as explorações de régulos e pequenos ditadores [...] (RODRIGUES, 1977, p.8 apud MEDEIROS, 2004, p. 45).

Essas teorias foram muito aceitas na época, e como salienta ainda Medeiros (2004), muitos intelectuais respaldados por títulos acadêmicos continuam ainda a acreditar na existência de “patologias étnicas”, “raças inferiores” e outras noções que acreditávamos ter sido sepultado pelas assertivas igualitárias da biologia moderna.

Nina Rodrigues é apenas um exemplo dos pensadores e das teorias que se formavam na época em torno do negro. Outros nomes importantes são Euclides da Cunha e Silvio Romero. O primeiro em sua obra *Os Sertões*, de 1902, caracterizava o mestiço como um desequilibrado e julgava a mestiçagem extremada um retrocesso. Já Silvio Romero, que tinha a convicção da necessidade da incorporação das doutrinas científicas no Brasil, influenciado por Henry Thomas Buckle, preocupava-se com a questão do determinismo ambiental e considerava o *habitat* brasileiro seriamente debilitado. Esse intelectual também tinha uma forte preocupação

com a raça, e aceitava e pregava a ideia da existência de uma hierarquia racial entre raças inferiores e superiores.

A visão desses autores, como expõe Lilian Schwarcz (1987, p.24), baseando-se nas considerações de Mariza Corrêa, retoma o problema da definição do negro como pessoa ou como coisa, dilema retórico que retomava ao tempo da escravidão. No entanto, desta vez os debates eram recolocados sob a perspectiva do racismo científico que se disseminava entre os intelectuais brasileiros. Assim, o negro, segundo Schwarcz (1987), passava a ser considerado antes de tudo um “objeto de ciência”. E a solução para os problemas postos por essa nova racionalidade científica em torno da constituição do projeto nação era a perspectiva de um futuro branco que salvaria o país da degeneração.

### **2.5.2 O branqueamento como solução e a branquitude como privilégio**

Nesse mesmo período, onde vigoravam as ideias pessimistas em relação à nação brasileira, em decorrência da miscigenação e a presença do negro, outra perspectiva ganha força no Brasil, raramente enunciada como fórmula científica (SKIDMORE, 2012), e, conseqüentemente, não abraçada pelos teóricos Europeus e Norte Americanos: a tese do branqueamento das raças, a qual buscava traçar novos rumos para o já desacreditado cenário nacional. Porém, reconhecida no jargão popular como eugenia, tal tese era claramente vinculada às ideias deterministas europeias sobre a diferença e a hierarquia entre as raças. Tendo como pressuposto a superioridade da raça branca, que visava embranquecer o Brasil por meio da imigração de mão-de-obra europeia. Essa perspectiva de certa forma era ambígua, entendia a mestiçagem como um mal que deveria ser extirpado, e, ao mesmo tempo, como uma solução para a questão racial brasileira.

A intenção era eliminar o elemento negro e indígena por meio da mestiçagem, produzindo uma população de pele mais clara, devido aos genes brancos que “eram mais forte” do que os das outras raças. A conclusão otimista deste tipo de perspectiva advogada por intelectuais da época era a de que a miscigenação não produziria, necessariamente, indivíduos degenerados, e poderia, assim, constituir uma população mestiça “saudável”, que iria torna-se cada vez mais branca, tanto cultural como fisicamente.

Para Muniz Sodré (2015, p. 99), a aspiração ao embranquecimento, materializada em discursos doutrinários que perpassava a medicina, a antropologia, a educação, era no fundo uma tentativa de preservar-se a discriminação contra eventuais efeitos colaterais da Abolição da Escravatura. Essas teses ganharam respaldo da elite científica e acadêmica nacional, por meio de vários autores e pesquisadores vinculados aos museus etnográficos, institutos históricos e

faculdades de direito e medicina, que se constituíam na época como os principais centros acadêmicos e científicos do país.

Assim, se configuram as origens do racismo científico no Brasil. Segundo Van Dijk (2008), os grupos dominantes consideravam que as relações de dominação devem ser reproduzidas nos níveis macro e micro, tanto na ação como na mente. O pesquisador explica que o sistema de racismo é dividido em dois subsistemas, o social e o cognitivo. O subsistema social é estruturado por práticas sociais de discriminação no nível local (micro), e por relações de abuso de poder de grupos e organizações dominantes em nível macro. Como ilustração do processo de discriminação em nível macro, João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, chegou a apresentar no Primeiro Congresso Universal das Raças, realizado em Londres em 1911, pesquisa indicando que através da miscigenação era possível verificar que filhos de mestiços, apresentavam na terceira geração todas as características físicas da raça branca. As conclusões otimistas de Lacerda era que em um século os negros desapareceriam do Brasil. Este tipo de análise foi elaborado também em 1920 por Oliveira Viana que acreditava haver no Brasil uma arianização progressiva não só devido à imigração branca, como também por causa dos cruzamentos e mortalidades de negros e mestiços, uma vez que essa população foi entregue à própria sorte após abolição e os negros eram expostos a toda espécie de agentes de destruição e sem recursos financeiros para se manter.

Entretanto, como destaca Schwarcz (2012), se no final do século XIX e início do XX, o ambiente nacional era tomado por teorias pessimistas em relação a miscigenação, que previam a falência da nação, e a necessidade do branqueamento, a partir da década de 1930, uma nova interpretação sobre a nação e a sua composição étnica passa a vigorar, institui-se uma ordem social, política e econômica que altera a vida da sociedade brasileira e o espírito nacionalista. Neste cenário, o mestiço passa a ser retoricamente o centro das atenções nacionais, símbolo da nacionalidade e do sincretismo cultural brasileiro.

Estes novos estudos, segundo Medeiros (2004), eram influenciados pelas análises culturalistas do antropólogo Franz Boas, que enfatizava a importância da cultura na explicação das diferenças entre os grupos humanos. Para este antropólogo, os grupos humanos poderiam ser compreendidos a partir de seus respectivos ambientes culturais. As reflexões de Franz Boas foram a principal influência de intelectuais como Artur Ramos, que nas décadas de 1920 e 30 foi um crítico das antigas convicções que pairavam nos estudos sobre raça, procurando desenvolver uma nova base de estudos sobre o tema.

Artur Ramos buscou inspiração e recursos na antropologia cultural largamente praticada em centros científicos do exterior (principalmente nos Estados Unidos, com a escola de Franz Boas). Elaborou a partir da visão culturalista novas imagens a

respeito da questão negra, criticando ou trazendo saídas diversas às concepções “biologistas” que predominavam até a década de 1930. Ao conceito de raça, e agregado então o conceito de cultura, “libertando-se dessa maneira o destino da raça negra de seu aprisionamento biológico inevitável”. “Além disso, quebrava-se o consenso pessimista que pairava sobre nossa realidade étnica” e abriam-se perspectivas mais otimistas para o “futuro da nação”. Assim, o elemento negro passava de presença exclusivamente patológica e negativa a figurar como um fator de contribuição positiva para a cultura brasileira e para a constituição de nossa nacionalidade. (SCHWARCZ, 1987, p. 27)

Essas teorias também influenciaram Gilberto Freyre, um dos intelectuais mais importantes da época, e sua obra consagrada *Casa Grande & Senzala* (1933). Com uma visão otimista sobre a miscigenação, abandonando a antiga visão do racismo científico que até então vigorava nos estudos sobre relações raciais no Brasil, este reconhecido escritor brasileiro foi responsável por fomentar, através de uma perspectiva assimilacionista, a ideia de “democracia racial”. Ele consagrou a representação de uma situação racial amena, onde senhores e escravos conviviam harmoniosamente.

Para Santos (2002, p.149) a forma adotada por Gilberto Freyre, para analisar, sociologicamente, o Brasil, logrou romper com a tradição anterior que se baseava nos princípios darwinistas spencerianos, os quais estabeleciam uma diferenciação intelectual entre brancos e negros. Nesses estudos, o mestiço que outrora, era visto como degenerado, inclinado a todos os vícios e a toda forma de corrupção moral, passa a ser valorizado, assim como a cultura africana e sua relevância para a identidade nacional. Entretanto, embora, o trabalho de Gilberto Freyre tenha gerado novas interpretações com suas análises, o autor não pretendia promover um igualitarismo racial, até porque, em seus livros concepções evolucionistas e hierarquizações culturais entre as raças estavam presentes. Além disso, sua obra buscava reforçar o branqueamento e as qualidades da elite branca em contato com o africano e o indígena, como aponta Santos (2002):

Embora a contribuição africana seja avaliada fora da perspectiva racista de outrora, isso não significou a elevação do sujeito negro à mesma categoria do branco ele ainda é o outro, diferente e estranho, portador de uma cultura exótica. Mas agora é o estranho desejado por essas mesmas características. Em Freyre, o negro continua sendo objeto, complemento para o branco que se sobrepõe a ele do alto dos casarões, das casas-grandes e que olha, a distância, para as senzalas. Passa-se, então, para uma apologia da mestiçagem, não na prática, mas na teoria, na qual ela é reconhecida como elemento básico da composição do povo brasileiro. (Idem, 2002, p 150).

Essa valorização do negro e do mestiço, como expõe Gislene Santos, era muito mais retórica do que prática, uma vez que na realidade da vida social essa população continuava discriminada nas esferas sociais e econômicas. Muniz Sodré (2015) ressalta que o processo interétnico valorizado por Gilberto Freyre não aponta para nenhum igualitarismo entre negros

e brancos, pelo contrário, os brancos tornaram-se ainda mais superiores, graças ao contato com negros e índios. O trabalho de Gilberto Freyre foi um dos principais responsáveis pela construção do mito e da ideologia da democracia racial. Esse mito como salienta Santos (2015, p.17), constitui-se como, “um conjunto peculiar de percepções das relações raciais, e sua evolução, até hoje bastante consensual e eficaz”.

Para Liv Sovik (2009), mesmo com o desmascaramento da democracia racial e de sua imbricada premissa central, a argumentação de que a mistura e a convivência pacífica entre as raças se manifestam no Brasil não foi ainda substituída por outras leituras que levem em conta as hierarquias raciais no país. A partir dessa conjuntura a autora busca compreender que novas perspectivas emergem de uma leitura de elementos da tradição cultural brasileira, onde a branquitude e a mestiçagem são colocadas no centro das questões. O objetivo da pesquisadora é dar visibilidade à branquitude, mostrando que pensar esta questão é importante para se compreender as relações raciais no Brasil, uma vez em que a branquitude passa a ser extremamente valorizada a partir do ideal de branqueamento da sociedade e da Independência.

Sovik (2009) destaca que a invisibilidade do negro brasileiro no discurso público, assim como a valorização da mestiçagem, são as formas tradicionais de representar as relações raciais pelas quais o Brasil é conhecido internacionalmente. A pesquisadora explica que a branquitude se constitui como a supervalorização do branco, um fenômeno que se manifesta no mundo todo, com particular vigência em lugares que foram colonizados por europeus que implantaram a escravidão, como no Brasil:

a minoria dominante de origem europeia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. Afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. (RAMOS, 1995, 220)

A branquitude e a valorização do mestiço se constituem como um poder silencioso que atuam no cotidiano, agindo na manutenção e na fixação das hierarquias raciais e no convívio social. Segundo Liv Sovik, a valorização da mestiçagem é herança da resistência antropofágica e freyreana às exigências eurocêntricas, e permite que sob certas condições socioeconômicas, o papel social ideal associado a ser branco possa ser desempenhado por não brancos, mas com a manutenção e preservação das hierarquias sociais.

A autora define branquitude como:

é atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, sendo uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual um certa aparência é condição suficiente. A branquitude mantém uma relação complexa com a cor da pele, formato do nariz e tipo de cabeça. Complexa porque ser mais ou menos branco não depende simplesmente da genética, mas do

estatuto social. Brancos brasileiros são brancos nas relações cotidianas: é na prática – é a prática que conta – que são brancos. A branquitude é um ideal estético herdado do passado e faz patê do teatro de fantasias da cultura do entretenimento. (SOVIK, 2009, p. 50)

Essas perspectivas só ganham novas leituras e passam a ser rebatidas a partir da década de 1950, por meio de análises sociológicas da Escola Paulista de Sociologia e da forte participação do novo movimento negro que surge nos anos 1970, reivindicando uma identidade cultural própria em oposição ao padrão sincrético e único dominante. Esses movimentos, como veremos posteriormente, passam a agir ativamente contra o racismo e o preconceito travestido de “democracia racial” no Brasil. No capítulo seguinte, visamos compreender como as transformações sociais e a emergência de novos olhares sobre a negritude promovem uma espécie de reescrita da história do negro no Brasil. Essa resignificação é promovida pela emergência de novos atores sociais na produção de discursos sobre a negritude, pela ampliação dos debates sobre as relações raciais e pela consolidação e fortalecimento do ativismo negro na luta antirracista.

### 3. PRÁTICAS COMUNICACIONAIS: REESCRITAS DA HISTÓRIA E O RACISMO NA MÍDIA

A resignificação sobre o ser negro e as novas leituras sobre os modos de vida de escravos e homens de cor libertos se dá com maior ênfase a partir do século XX, com a emergência de pesquisadores brancos com olhares não preconceituosos e estereotipados sobre o negro, e, sobretudo, pela possibilidade de ocupação de lugares de fala de autores negros que buscavam recontar e resgatar a positividade da afrodescendência e a negritude no Brasil e no mundo. Essa nova literatura mostra que todo o período de escravidão no Brasil, que vai desde o início da colonização no século XVI até o século XIX, é marcado por revoltas e resistências dos escravos, tema que contradiz a passividade e a docilidade dos negros, como proposto por autores que adotam a perspectiva do racismo científico.

[...] no Brasil, acreditou-se que o africano escravizado sofreu de maneira passiva todos os maus-tratos praticados pelos senhores. Essa crença interferiu e interfere, ainda hoje, no imaginário construído em nossa sociedade a respeito dos nossos antepassados africanos e dos seus descendentes na atualidade: os negros e as negras brasileiros. (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 67)

De acordo com essa análise, a crença na passividade do africano escravizado no Brasil, na sua indolência e preguiça, bem como de seu conformismo diante da escravidão, trata-se de um equívoco histórico, desenvolvido e amparado por uma visão negativa, racista e estereotipada sobre o negro. Há um desconhecimento de grande parte da sociedade sobre os processos de luta e organização dos africanos escravizados que corrobora com essa falsa ideia. A verdade é que os negros ofereceram uma resistência ao poder do sistema opressor escravocrata, utilizando-se de táticas e estratégias de lutas cotidianas:

A esse processo de luta e organização negra existente desde a época da escravidão, podemos chamar de resistência negra. Várias foram as formas de resistência negra durante o regime escravocrata. Insubmissão às regras do trabalho nas roças ou plantações onde trabalhavam – os movimentos espontâneos de ocupação das terras disponíveis, revoltas, fugas, abandono das fazendas pelos escravos, assassinatos de senhores e de suas famílias, abortos, quilombos, organizações religiosas, entre outras, foram algumas estratégias utilizadas pelos negros na luta contra a escravidão. (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 67).

Nosso intuito, como propõe Certeau (2012), é dar evidência às práticas comuns, em nosso caso do cotidiano dos escravos e, posteriormente, dos negros libertos, e mostrar como através de suas maneiras de fazer e de suas lutas esses negros transformaram, paulatinamente, a organização da cultura ordinária e o espaço social onde viviam. Pretendemos mostrar que esses homens e mulheres submetidos ao poder disciplinador da sociedade escravocrata não

estavam totalmente entregues à passividade. Nesse sentido, procuramos examinar os modelos de ação dessa população até então dominada, e analisar como constitui-se, ao longo do processo histórico, uma resistência negra com o objetivo de fomentar uma identidade negra positiva e emponderada. Afinal, como propõe Certeau:

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede de vigilância, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismo da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los (...)(idem, 2012, p.40)

Para o historiador, as maneiras de fazer o cotidiano se constituem por práticas socioculturais variadas, por meio das quais grupos e indivíduos se reapropriam do espaço. No caso de nossa pesquisa, observamos que os escravos e negros libertos, utilizando-se de estratégias<sup>22</sup> e táticas<sup>23</sup> de lutas contra o sistema de dominação existente no período escravagista. Essas ações constituem o que Certeau (2012) chama de rede de antidisciplina. Diversas práticas cotidianas eram utilizadas pelos negros como forma de resistência ao sistema disciplinar, no qual estavam inseridos. Santos (2015) explica que o aprofundamento dos estudos históricos em décadas recentes possibilitou compreensão maior da rebeldia negra no período colonial e permitiu classificar estratégias e táticas utilizadas pelos negros durante a escravidão.

#### I – Estratégias:

1. Enfrentamento individual ou coletivo, sem formação de comunidade alternativa;
2. Fuga coletiva, com a formação de comunidade alternativa (Quilombo);
3. Participação em rebeliões de outrem;
4. Rebeliões pela tomada do poder;

#### II – Táticas:

1. Ações criminosas;
2. Guerra de movimentos;
3. Guerrilhas;
4. Conjuração;
5. Insurreição.

---

<sup>22</sup>O autor considera como “estratégia” (Idem, p. 45) o cálculo das relações de forças que se torna possível, a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável no “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.

<sup>23</sup>O autor ainda denomina a “tática” como um cálculo que não pode contar com um próprio, nem com uma fronteira que distingue o outro como totalidade invisível. Assim, o “próprio” é compreendido como a vitória do lugar sobre o tempo. O que o historiador quer dizer é que pelo fator de seu não lugar, a tática depende do tempo, ela está sempre jogando com os acontecimentos para transformá-lo em ocasiões. As táticas em nosso caso resultam das astúcias dos escravos e de suas capacidades inventivas, que possibilitavam a esses agentes escaparem ao controle e domínio do sistema escravocrata.

Entre as práticas mais recorrentes de combate e resistência dos negros ao modelo escravocrata estava a quilombagem. Moura (1992), explica que a quilombagem foi o movimento de rebeldia organizado e dirigido pelos próprios escravos durante todo o período escravocrata em território nacional. Para o historiador, este foi um movimento de mudança social que provocou desgastes constantes ao sistema escravista, ajudando a solapar as suas bases nos níveis econômico, social e militar e contribuindo muito para que esse tipo de exploração entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre:

A quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem caráter radical, sem nenhum elemento de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Somente a violência, por isso, poderá consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos rebeldes; de outro os senhores e o aparelho de repressão a essa rebeldia. (Moura, 1992, p.22)

Ainda segundo o historiador, nos quilombos não se incluíam apenas negros fugitivos, mas também índios, mulatos, pessoas perseguidas pela polícia, bandoleiros, fugitivos do serviço militares entre outros. Munanga e Gomes (2016) elucidam que o termo quilombo precisa ser compreendido não só como refúgio de escravos como se coloca na historiografia brasileira, mas sim como uma associação de homens, um tipo de instituição inspirada na tradição africana, reconstruída pelos escravos no Brasil, para se opor a uma estrutura escravocrata e construída para a implantação de outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os tipos de oprimidos.

Nesse sentido, quilombo não significa refúgio de escravos fugidos. Tratava-se de uma reunião fraterna e livre, com laços de solidariedade e convivência resultante dos esforços dos negros escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativeiro e da organização de uma sociedade livre. Os quilombolas eram homens e mulheres que se recusavam viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema. (MUNANGA, GOMES, 2016, p. 72)

A rebeldia negra manifestada pelos quilombos e também por outras revoltas, como a dos Malês, em 1835, e o surgimento de outros movimentos de resistência com a presença negra em diferentes regiões como, a revoltas dos Alfaites (Bahia, 1798), a Cabanagem (Pará, 1835 a 1840), a Sabinada (Bahia, 1837 a 1838) e a Balaiada (Maranhão, 1838-1841), foram fundamentais para o desmantelamento do sistema escravista. Entretanto, para Joel Rufino dos Santos, o papel das resistências negras ainda hoje tende a ser subestimado.

Há uma suposição vulgar e didática de jovens estudantes e jornalistas liberais conquistaram a abolição para negros e o país. Há, no outro extremo aparente, uma historiografia, das contradições que explica a liquidação do escravismo brasileiro como uma reacomodação de camadas internas de correntes de mudanças básicas da economia do mundo ocidental a que sempre estivemos presos; e há, ainda, uma variante dessa, que define a abolição como episódio natural, evolutivo, da ascensão burguesa no Brasil, mas que é, também, uma historiografia das contradições. Em

qualquer desses esquemas, o papel da rebeldia negra tende a ser subestimado. (SANTOS, 2015, p. 96)

Contudo, o pesquisador ressalta que análises recentes têm demonstrado a importância da resistência negra para a concretização da Abolição, principalmente, por meio da debandada em massa dos escravos da região Sudeste do país e da formação de comunidades alternativas como os quilombos. Para Joel Rufino dos Santos, a resistência negra havia permanecido oculta por uma dupla conjugação de dogmatismo conceitual – a “doença infantil” das ciências sociais – e o preconceito étnico, inclinada a perceber a história brasileira como exclusivo condomínio de brancos.

A resistência negra também se manifestava por meio de práticas socioculturais no período colonial. Marialva Barbosa (2016) desvenda os modos de comunicação dos escravos brasileiros do século XIX, de suas competências orais às suas práticas escritas. Na obra, a pesquisadora evidencia como através das práticas comunicacionais os escravos, maior contingente populacional das cidades, procuravam fazer valer sua voz e sua existência, ganhando autonomia em relação aos valores impostos pelos valores senhoriais. Os modos de comunicação que se manifestava através dos atos de oralidade, leitura e escrita, tinham como função promover uma partilha e unidade entre os homens de cor, e os tornavam atores sociais de seu tempo, uma vez em que seus gestos, suas escritas, suas imagens, os discursos deles e sobre eles são provas de sua existência, do mundo em que estavam inseridos, o que permite a interpretação desses signos esparsos e de seus modos de vida (BARBOSA, 2016). Ao conhecer os modos de comunicação dos escravos assim como nos é apresentado pela pesquisadora, podemos compreendê-los como sujeitos de sua própria história.

Entretanto, por muito tempo essas práticas comunicativas foram silenciadas. Para Barbosa (2016) este silenciamento decorreu de duas ordens vigentes à época. A primeira se refere ao significado que possuía a escrita numa sociedade dependente dos ideais europeus, os quais pressupunham que somente era possível atribuir valor aos códigos letrados pelos que ocupavam posição superior. Dessa forma, o domínio da leitura e da escrita significava fazer parte do processo civilizatório imposto, uma vez que a leitura e a escrita eram símbolos de distinção social. Assim, é preciso silenciar esse lugar simbólico dos escravos, produzindo uma dupla exclusão social, inclusive das suas possibilidades de lidar com tecnologias de um mundo que se transforma naquele período (BARBOSA, 2016. 34).

A outra razão para este silenciamento histórico é o mito da permanência de valores originais. Essa ideologia atribuía valor positivo àqueles que porventura se mantivessem ligados às suas origens e aos seus conhecimentos também originais. Para a pesquisadora, nessa forma

de pensar, conhecer algo novo pode ser visto como uma espécie de contaminação que leva o grupo a se descaracterizar. Esse mito contribui com a exclusão do negro do processo de mudança social. Em sua obra, Marialva Barbosa traz vários exemplos de como ações cotidianas como a capoeira, as danças, os cânticos, os gestos, além dos domínios da leitura e da palavra escrita serviram como forma de transformação dos múltiplos espaços onde habitavam os negros. A música é um exemplo:

possibilita, enfim, a vivência em comum nas mais diversas situações e com os mais diferentes sentidos. Velhos, jovens, mulheres e homens, não importa a idade, grupo étnico ou procedência, estabelecem situações de comunicação duradouras, permitindo a exploração narrativa dos corpos nos espaços públicos. Com ela, a permissão da própria imaginação para construir outros significados para a vida cotidiana. (BARBOSA, 2016, p. 61)

O domínio da escrita e da leitura possibilitava o desenvolvimento profissional, trabalhar em atividades menos árduas, ter ganhos mais rentáveis que permitia muitas vezes a compra da carta de auferia, e tornava possível conhecer as ideias e informações, principalmente, sobre o movimento abolicionista que circulavam na imprensa da época. Para Marialva Barbosa, o domínio do código linguístico permitia ao escravo dizer que ele era liberto e fazer essa informação ser acreditada como verdadeira. Intitular-se forro é astúcia frequente nos modos enunciativos dos escravos do século XIX. E a prova da sua condição livre é apresentada com um papel repleto de signos escritos (BARBOSA, 2016, p.96)

Como podemos verificar são muitas as formas de resistência e luta dos escravos, a formação de comunidades alternativas e as práticas cotidianas foram formas que os negros encontraram de habitar os espaços das cidades. Assim, eles criaram modos de combater e promover o término do sistema escravista. A partir da abolição da escravatura em 1888 e do início da República em 1889, novas formas de organização e resistência emergem no início do século XX, como discutimos a seguir.

### 3.1 O ATIVISMO NEGRO E A LUTA ANTIRRACISTA

Após a concretização da abolição e a libertação dos cativos o processo de resistência negra tomou outros contornos. Infelizmente, as transformações histórico-sociais, que promoveram a libertação dos escravos não promoveram alterações na estrutura e no funcionamento da sociedade e não tiveram impacto na ordenação das relações raciais herdadas do antigo regime. Como explica Munanga e Gomes

Durante um bom tempo o Brasil ainda viveu o ranço escravagista, e a relação entre os antigos senhores e ex-escravizados continuou pautada pelas relações que se estabeleciam no regime de escravidão. A nova situação dos negros, de escravizados

para libertos, não foi aceita pela sociedade brasileira (MUNANGA; GOMES, 2016, p.107).

A liberdade por meio da lei, não foi suficiente para garantir aos negros os mesmos direitos e oportunidades oferecidas aos brancos. A maior parte dos ex-escravos vivia em situação de miséria, de desorganização e de abandono (FERNANDES, 2014, p. 7). Para combater esta situação os negros brasileiros tiveram que implementar, por meio da luta em movimentos sociais, um difícil processo de construção de igualdade e de acesso aos diversos setores sociais. Surge daí o “Protesto Negro”, uma forma de reação societária à sociedade excludente do início do século XX. O objetivo desse protesto, articulado em forma de movimentos sociais era exterminar as anomalias sociais que excluía o negro da sociedade de classes que se formava, e edificar de forma gradual uma ordem racial compatível à nova conjuntura social, econômica e política. No início da década de 1930, surgiram vários movimentos que promoveram a tomada de consciência e fizeram críticas à situação do homem de cor. Para Florestan Fernandes, autor de uma das principais análises sobre o nascimento dos movimentos negros,

Em virtude da própria situação histórica do negro e do mulato, a rebelião que se ensaiava não possuía o caráter de uma revolução contra a ordem social estabelecida. Tratava-se de uma insubordinação surda e insufocável contra as debilidades mais profundas do sistema de relações raciais, as quais se prendiam antes à persistência camuflada do antigo regime que às injustiças flagrantes dessa ordem social. (FERNANDES, 2014, p.9)

Como enfatiza o sociólogo, os objetivos dos negros não eram transformar radicalmente a sociedade, mas sim conseguir formas de se integrar. Os movimentos que se constituíram nesse momento em prol da luta por integração foram as primeiras tentativas coletivas de correção das contradições existentes, do substrato legal e da realidade social resultantes do abolicionismo e do republicanismo.

o negro e o mulato surgiam como os campeões da “revolução dentro da ordem”. Exigiam a concretização e a plena vigência dos princípios e dos valores em que se fundava, legalmente, o equilíbrio da ordem social estabelecida. Por essa razão, eles se converteram em agentes históricos e evidenciam como as camadas populares, mantidas à margem do processo político na sociedade estamental e de castas, emergem nas pugnas ligadas à instauração e à consolidação do estilo democrático de vida. Em busca de uma situação de classe, ou seja, de um status dotado de certa autonomia social, eles passam a contar como elementos ativos no desenvolvimento da sociedade de classes. (FERNANDES, 2014, p. 12)

Esta nova racionalidade e conscientização do negro frente aos problemas sociais, considerada como o início de uma Segunda Abolição, tiveram três resultados exitosos (FERNANDES, 2014):

1. Suscitaram um novo estado de espírito, que polarizou as aspirações integracionistas e assimilacionistas em reivindicações com objetivos igualitários;
2. Despertaram o interesse pelo conhecimento objetivo da “realidade racial brasileira”, como condição de esclarecimento da “população de cor” e de sua atuação consciente na cena histórica;
3. E mobilizaram o “elemento negro”, tentando inseri-lo, diretamente, no debate e na solução dos “problemas raciais brasileiros”.

Dois dos mais importantes movimentos que contribuíram para essa efervescência discursiva de luta social e de conscientização do povo negro foram a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN). A fundação da Frente Negra em 1931 foi uma resposta as condições históricas e ao mito da democracia racial, e teve o objetivo de preparar o negro para enfrentar e se opor, pessoal e diretamente contra os efeitos do “preconceito de cor”. A proposta principal da FNB, como releva Munanga e Gomes (2016), fundamentava-se em uma filosofia educacional, acreditando que o negro seria, efetivamente, reconhecido, à medida que conseguisse firmar-se nos diversos níveis da ciência, das artes e da literatura. Segundo Pereira (2013), a FNB tinha o objetivo de promover ações que viabilizassem a organização de uma “minoridade racial integrada” na ordem vigente pela população negra. Em uma análise sobre o livro *Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, Antônio Sergio Guimarães destaca:

a Frente Negra foi, até certo ponto, (...) uma reação à permeabilidade da estrutura social brasileira a [principalmente a italianos, portugueses, espanhóis e sírio-libaneses], e a sua rápida integração na nacionalidade, através do domínio da cultura luso-brasileira. O fato é que, um pouco mais de 40 anos depois da abolição e quase 100 anos depois da Independência, os afrodescendentes continuavam, em sua maioria, nas camadas subalternas e marginais da sociedade paulista, onde estavam também de início, os imigrantes europeus. A impermeabilidade da estrutura social brasileira à mobilidade dos afrodescendentes de traços negroides (mas não dos claros, que podiam se classificar como “brancos”) foi, certamente, se não o estímulo maior, ao menos a grande justificativa para que se formasse um movimento social negro com o objetivo de educar socialmente os negros. (GUIMARÃES, 2002, p. 90-91)

Para a consolidação da Frente Negra foi fundamental a existência de dois tipos de organização criados por negros antes mesmo do final do século XIX: a imprensa negra e os grêmios, clubes ou associações de negros.

A luta organizada contra o racismo nasce às vésperas da Revolução de Trinta – semi-intelectuais e subproletários se juntam em São Paulo (então caminhando rapidamente no sentido de se tornar a maior cidade do país), numa “imprensa negra”. Jornais como *O Clarim da Alvorada* e *O Getulino*, de Campinas – ainda hoje motivo de orgulho dos movimentos negros – denunciavam as discriminações raciais mais chocantes do nosso quadro urbano no emprego, na moradia, na educação, nos locais de lazer. Foi essa imprensa o embrião da primeira instituição de luta contra o racismo brasileiro –

apresentado então eufemisticamente, como discriminação racial --, a Frente Negra Brasileira (1931 - 1937) (SANTOS, 2015, p. 16).

Os meios de comunicação eram importantes uma vez que ofereciam visibilidade e davam continuidade ao esforço de conscientização e de crítica à realidade racial brasileira. Já os grêmios e associações recreativas culturais e beneficentes eram espaços de lazer, encontro e partilha dos negros. Os três principais objetivos destas associações eram: 1. Promover a ressocialização do “homem de cor” e o alargamento de ambientes onde os negros atuavam; 2. Difundir e consolidar novos padrões de vida, o que contribuía para fomentar o autorespeito do negro por si mesmo, seus laços de solidariedade e 3. Contribuir para a superação da insatisfação da população negra de ser posta à margem da sociedade (FERNANDES, 2007). A Frente Negra Brasileira foi a grande responsável pelo surgimento de outros movimentos e entidades que ingressaram na luta e na resistência negra, promovendo a emergência gradual de identificações psicossociais e socioculturais inimagináveis até aquele momento, as quais serviram como quadros de referência para a resistência negra organizada e mostraram que o negro não era inferior ao branco e que seu lugar na sociedade dependeria dos modos que soubessem tirar proveito e de suas aptidões.

A partir de 1944, após o movimento de redemocratização, emerge a segunda fase do ativismo do movimento negro desse período na cidade do Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado por Abdias do Nascimento, e, posteriormente, em 1936, o Teatro Popular Brasileiro, instituído por Solano Trindade. Estes grupos, em especial o TEN, tinham como objetivo abrir as portas das artes cênicas brasileiros para os atores negros, que até então eram marginalizados e excluídos deste espaço, “apenas um objeto animado, quase mudo, sem história, sem desejos, sem família, sem “eu”, numa palavra (SANTOS, 2014, p. 35).

Munanga e Gomes (2016) salientam ainda que o Teatro Experimental do Negro não era apenas um local onde atores negros podiam representar, mas sim uma frente de luta e um polo de cultura que tinha como objetivo a liberação cultural e artística do negro, onde seria possível oferecer uma leitura do olhar do próprio negro e da herança africana à cultura produzida no país. Em uma ampla pesquisa sobre o negro no teatro Brasileiro, Joel Rufino do Santo explica as principais aspirações do TEN:

Um dos objetivos declarados do Teatro Experimental do Negro era recuperar e dar visibilidade ao legado africano no Brasil. Esse objetivo, como é frequente nos movimentos e nas ações antissistêmicas, parecem excessivos, vistos com o olhar de hoje. Mas, no caso do TEM, deixou um legado ideológico e estético, que se estende até agora. (SANTOS, 2014, p.133)

O Teatro Experimental do Negro foi o grande responsável pela inserção de negros no teatro, constituindo-se como um divisor de águas entre um teatro semiclandestino, cujos espetáculos produzidos e regidos por negros eram confinados a espaços institucionais, e um teatro público, de palco e profissional. O TEN desenvolveu também o Jornal o Quilombo, o qual retratava o ambiente político e cultural de mobilização antirracista no Brasil.

O jornal o Quilombo, publicado pelos militantes negros do TEM, foi uma produção muito diferente dos outros jornais militantes que o antecederam. Segundo o sociólogo Sérgio Guimarães, talvez o mais importante motivo dessa diferença tenha sido a sua inserção e sintonia com o mundo cultural brasileiro e internacional. Da mesma forma que os melhores jornais americanos e franceses da época, o Quilombo congregava, num mesmo espaço cultural, intelectuais negros e brancos, que possuíam uma visão crítica sobre o racismo e a situação do negro brasileiro [...] Um pensamento produzido por pessoas negras na cor e negras enquanto compromisso político com a afirmação da identidade e da cultura negra. (MUNANGA, GOMES, 2016, p.122)

As iniciativas do Teatro Experimental do Negro contemplavam ainda seminários e congressos, como a I e a II Convenção Nacional do Negro, em 1945 e 1946, e o I Congresso do Negro Brasileiro em 1950. Nesses encontros eram realizados debates sobre a discriminação racial e a situação do negro no país, os participantes almejavam que a discriminação fosse considerada crime e visavam a necessidade de implantação de políticas públicas para a população negra, entre outras propostas discutidas nesses encontros.

Após estes dois grandes períodos de mobilizações, iniciado na década de 1930 com a Frente Negra Brasileira e na década de 1940 com o Teatro Experimental do Negro, um grande número de organizações que ingressaram no ativismo negro. Mas foi na década de 1970, que o movimento negro contemporâneo fincou suas bases, oferecendo outros contornos e perspectivas à luta contra o racismo no Brasil.

A denúncia ao “mito da democracia racial” constituiu-se como elemento fundamental do movimento negro a partir de então. O marco dessa nova fase da militância se dá em 1978, com a formação do Movimento Negro Unificado (MNU), um movimento popular democrático que visava à edificação de uma autêntica democracia racial no país. Ao analisar a articulação entre raça e pobreza no Brasil, Antônio Sergio Guimarães afirma:

O Movimento Negro Unificado, assim como as demais organizações negras, priorizava em sua luta a desmistificação do credo da democracia racial, negando o caráter cordial das relações raciais e afirmando que, no Brasil, o racismo está entranhado nas relações sociais. O movimento aprofundou, por outro lado, sua política de construção de identidade racial, chamando de “negros” todos aqueles com alguma ascendência africana, e não apenas os “pretos”. (GUIMARÃES, 2002, p.56)

Outra característica singular deste movimento era a reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. Diferentemente dos primeiros movimentos na década de

1930, os quais tinham caráter integrativo e assimilacionista, os movimentos sociais dos negros no século XX buscavam o reconhecimento da importância do negro para a formação da sociedade brasileira. Em busca dessa reconstrução da identidade cultural do negro, que organizações como o Grupo Palmares, juntamente com outros militantes, propuseram a comemoração do dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, como uma data a ser celebrada pela população negra, em substituição ao dia 13 de maio, dia da abolição da Escravidão. Como explica Amilca Pereira, este fato traz uma nova representação e forma de posicionamento do movimento negro:

[...] fato que engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidades negra, e provoca objetivamente uma revisão sobre o papel das populações negras na formação da sociedade brasileira, na medida em que desloca propositalmente o protagonismo em relação ao processo da abolição para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência), recusando a imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos. O “13 de Maio” passou então a ser considerado pelo movimento negro como um dia nacional de denúncia da existência de racismo e discriminação em nossa sociedade. (PEREIRA, 2013, p. 134).

Além de promover uma nova dimensão da luta contra o racismo, com características mais políticas do que culturais, com ações de denúncia e enfrentamento, o Movimento Negro Unificado (MNU) também trouxe contribuições no que diz respeito à própria formulação teórica e à visão da luta realizada a partir de então pelos ativistas negros, que passaram a associar os temas raças e classe em suas proposições, propiciando uma vinculação desses movimentos à ideologia de esquerda no país. Os eventos e ações desenvolvidos pelas novas organizações do movimento negro contemporâneo influenciaram diretamente ações políticas e a legislação no Brasil, um exemplo foi a importante determinação da Constituição de 1988 que passa a criminalizar o racismo no país, constituindo-se a prática de racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Antônio Sergio Guimarães explica que a Carta de 1988, ao introduzir no país os “direitos coletivos” e os “direitos difusos”, reconheceu, como sujeito de direito, um amplo setor da sociedade brasileira organizada por meio de ONGs e instituiu o Ministério Público como o guardião desses direitos.

a criminalização do preconceito e da discriminação raciais, prevista na Constituição de 1988, ensejou, em São Paulo e Rio de Janeiro, a formação de programas como o SOS Racismo e a criação de Delegacias Especializadas; enquanto, em outros lugares, como Salvador, ofereceu ao Ministério Público a oportunidade de criar seções especializadas no combate a crimes raciais. Do mesmo modo, a nova ordem constitucional abriu espaço para a elaboração de políticas compensatórias, que defendem os direitos sociais de populações marginalizadas, e que garantam o cumprimento de acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. (GUIMARÃES, 2002, p. 59)

Os movimentos negros com seu ativismo, as novas perspectivas científicas que surgem a partir da década de XX desmistificando a existência de diferentes raças humanas, e as concepções socioculturais que emergem, principalmente, na década de 1960 com teóricos da diáspora negra e dos movimentos de descolonização trazem novas perspectivas identitárias à população negra. O movimento negro representa a luta dos negros na perspectiva de resolver problemas e conflitos sociais, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam diante de diversas situações sociais. Para o movimento negro, a “raça”<sup>24</sup>, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas.

### 3.2 RACISMO MIDIÁTICO UM DESAFIO A SER COMBATIDO

A relação entre a população negra e os discursos midiáticos se manifesta de diversas maneiras. A invisibilidade dos negros nos telejornais e representações estereotipadas da negritude em telenovelas e minisséries são fatores negativos. Por outro lado, observa-se a emergência de um protagonismo negro em algumas produções ficcionais contemporâneas e na apropriação das tecnologias digitais e redes sociais como forma de combater o racismo no Brasil. Nosso objetivo aqui é expor como o racismo e as relações raciais também se constituem como um problema de comunicação, assim, pretendemos associar e debater os imbricamentos entre racismo e discursos das mídias.

Para Douglas Kellner (2001), a chamada cultura da mídia oferece referências, por meio das quais as pessoas constroem não apenas repertórios culturais, mas sentidos de classe, raça e etnia, nacionalidade e sexualidade. Segundo o autor, a cultura das mídias, ajuda a entrelaçar o tecido da vida cotidiana, auxilia a constituição de identidades e influencia a percepção sobre o “outro”, o diferente. Para Luiz Mauro Sá Martino, as identidades contemporâneas passam pela mídia, se articulam com as pessoas e se transformam em novos modelos de compreensão, uma vez que comunicam uma representação de nós mesmos (MARTINO, 2010, p. 16). Contudo, como argumenta Kellner (2001), ao mesmo tempo em que as narrativas midiáticas criam e sustentam formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder, estas também fornecem instrumental para a construção de diferentes identidades e para o

---

<sup>110</sup> conceito de raça é definido como uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica. A raça é importante porque as pessoas classificam e tratam o “outro” de acordo com as idéias socialmente aceitas. Referenda-se, aqui, a posição de Edward Telles: “o uso do termo raça fortalece distinções sociais que não possuem qualquer valor biológico, mas a raça continua a ser imensamente importante nas interações sociológicas e, portanto, deve ser levada em conta nas análises sociológicas [e históricas]”. Cf. Edward Telles, *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*, Rio de Janeiro, Relume Dumará-Fundação Ford, 2003, p. 38.

fortalecimento de movimentos de resistência e de luta sociais. Os textos da cultura contemporânea da mídia moldam a vida diária e influenciam comportamentos e construções dos sujeitos, mas também são agentes relevantes nas lutas políticas e sociais.

Afirmamos que a cultura da mídia é um terreno de disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam essas lutas por meio de imagens, discurso, mitos e espetáculo veículos pela mídia. (KELLNER, 2001, p. 10).

A cultura da mídia e os meios de comunicação exercem um impacto significativo sobre a sociedade contemporânea e as interações entre os indivíduos. Mas nas disputas de sentido na mídia alguns grupos são mais privilegiados que outros e a relação de poder que se estabelece não é simétrica, principalmente, quando se trata da exposição e representação de negros e brancos. Na atualidade, os negros são reconhecidos como grandes artistas e atletas, personalidades da moda e protagonistas de comerciais, filmes, ficções-seriadas e telenovelas na atualidade. A aceitação e a presença da população negra na cultura popular é hoje bem mais expressiva do que nas décadas passadas e, no Brasil, esta presença, resulta, em parte, de um conjunto de esforços de movimentos sociais contra o racismo nos meios de comunicação e de políticas públicas, como o Estatuto da Igualdade Racial<sup>25</sup>, sancionado em 2010, visando a garantir aos negros a igualdade de oportunidades, a defesa de direitos étnicos individuais e coletivos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância. Mas se a visibilidade dos negros cresce na mídia e eles podem se tornar celebridades, antigos padrões de representação cristalizados e formas antigas de discriminação permanecem, como a contínua demonização da juventude negra na cobertura sobre crimes e desordens em coberturas jornalísticas. Mesmo que os negros tenham conquistado legitimidade na cultura popular, eles estão bem menos presentes ou visíveis no mundo do poder corporativo, e ainda existem limites marcados de suas participações em centros de decisões políticas e econômicas (BECKER; SILVA, 2018). No século XXI, os negros ainda não superaram injustiças e desigualdades resultantes do regime escravagista, após 130 anos da Abolição da Escravatura no Brasil. Como bem evidenciou Muniz Sodré (2015), a aspiração ao embranquecimento, materializada em discursos doutrinários que perpassava áreas de conhecimento distintas, era uma tentativa de se preservar a discriminação contra efeitos colaterais da Abolição da Escravatura. Hoje, sob a argumentação de que a mistura e a convivência pacífica entre as raças se manifestam no país, a branquitude e a valorização do mestiço são poderes silenciosos que agem no convívio social na manutenção de preconceitos e de hierarquias raciais (SOVICK, 2009).

---

<sup>25</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm)>. Acesso em: 5 de mai, 2018.

Segundo Van Dijk (2008), a problemática do racismo está situada no campo do discurso, uma vez que a maioria das pessoas não estabelece associações entre a noção de racismo e a de discurso. Entretanto, segundo o autor, a escrita e a fala desempenham papéis vitais na reprodução do racismo contemporâneo. Para o pesquisador uma das formas mais danosas de racismo na atualidade é o racismo implicado em práticas discursivas das elites:

As elites exercem esse controle em grande parte falando ou escrevendo, por exemplo, em reuniões de gabinete e debates parlamentares, em entrevistas de emprego, em notícias jornalísticas, em filmes ou talk shows, entre muitas outras formas de discurso da elite (idem, p. 133).

As elites profissionais e empresariais, conhecidas como “analistas simbólicos”, e, principalmente, as “logotécnicas”, que atuam nos meios de comunicação (SODRÉ, 2015), possuem um papel especial na reprodução do sistema de racismo que mantém o grupo dominante branco no poder. Uma análise dos discursos dessas elites, portanto, oferecerá uma perspectiva relevante sobre o modo como o racismo é reproduzido na sociedade (VAN DIJK, 2008, p. 139). Sodré salienta que:

Falar em elite é designar os grupos e as instituições com acesso diferenciado a mecanismos geradores de poder, tais como renda, emprego, educação e força repressiva. São as elites que ocupam, em cada Estado nacional, sejam as posições de controle direto da mídia, seja as possibilidades de moldar o seu discurso. No Brasil, essas elites têm basicamente uma natureza familiar. (SODRE, 2015, p. 276-277).

As elites logotécnicas, por deterem o poder de fala e representação, são em grande parte responsáveis pela manutenção de um regime racializado de representação dos afrodescendentes. Ajudam a construir um imaginário racista veiculado pela mídia, que reverbera muitas vezes de modo sutil e eficaz. O racismo midiático promove uma estereotipagem que reduz, essencializa, naturaliza e fixa a diferença em oposições binárias, divide o normal do anormal, o aceitável do inaceitável, o pertencente e o que não pertence, e categoriza o outro como um ser incompleto ou deficiente (HALL, 2016). Essas práticas discursivas tendem a ocorrer onde existe uma enorme desigualdade de poder, gerando exclusões e estereótipos<sup>26</sup> (BECKER, SILVA, 2018). Este tipo de racismo promovido pelas mídias promove, segundo Sodré (2015), a seguinte ordem de questões:

---

<sup>26</sup> Determinados preconceitos socializados, crenças fundamentadas em informações parciais e precárias que dão lugar à escrita e à leitura seletiva da realidade se tornam estereótipos, conjunto estável de ideias pré-concebidas que os membros de um determinado grupo compartilham sobre as características de outros, gerando julgamentos e reproduzindo uma certa ordem social (BECKER, SILVA, 2018; ALSINA, 2009).

- 1) **Negação** da existência **do racismo** que só aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrante desse ou daquele dispositivo antirracista ou a episódicos conflitos raciais.
- 2) O **recalcamento** de aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra nas pautas jornalísticas e nas diferentes produções da indústria cultural.
- 3) A **estigmatização** por meio da desqualificação da diferença, considerado pelo autor como o ponto de partida para todo tipo de discriminação, consciente ou não, do outro.
- 4) E, por último, a **indiferença profissional**, a forma como a mídia organiza-se empresarialmente, com motivações que visam ao lucro e poder, fazem com que temas como racismo, minorias e as relações étnico-raciais sejam temas de pouco interesse da mídia capitalista.

Os fatores elencados acima foram analisados com maior profundidade em obras como “A história do Negro no Teatro”, de Rufino dos Santos; “A negação do Brasil” e “O negro na TV Pública”, ambos os livros de autoria de Joel Zito Araújo, e ainda “Espelho Infiel: o Negro no Jornalismo Brasileiro”, coletânea de textos organizada por Flávio Carrança e Rosane da Silva Borges. Uma ampla revisão de literatura sobre os lugares dos negros na mídia também foi realizada por Silva e Rosemberg (2015), os quais utilizaram 24 bases de dados bibliográficos produzidos entre 1987 e 2002. Este levantamento permitiu a localização de 187 trabalhos sobre relações raciais e/ou sobre racismo. Os resultados da pesquisa de Silva e Rosemberg (2015) se aproximam dos apontamentos de Muniz Sodré referentes aos discursos sobre negros e brancos na mídia:

- 1) A **subrepresentação do negro** nos diversos meios é tônica.
- 2) O **silenciamento** das mídias sobre as desigualdades raciais é constante, esse silêncio nega o processo de discriminação racial e, ao mesmo tempo, visa propor uma homogeneidade cultural ao brasileiro.
- 3) O **branco** é tratado nos diversos meios discursivos como representante **natural da espécie**, suas características são apresentadas como padrões de humanidade.
- 4) A **estereotipia na representação** do homem e da mulher negra.

Joel Zito Araújo (2000) demonstra que na década de 1960, nos primórdios da teledramaturgia, a participação do negro na teledramaturgia era marcado pela presença de

estereótipos de *mammie*<sup>27</sup>; de *Tom* (pai Tomás);<sup>28</sup> e de tia *Jemima*<sup>29</sup>. Esses estereótipos foram apropriados das produções cinematográficas e televisivas norte americanas, bem como as representações da mulata sedutora e do malandro carioca na produção áudio-verbo-visual brasileira. Na década de 1970, as telenovelas no país tinham como foco a ascensão profissional e social e refletiam esse contexto social por meio da representação de lutas e conflitos sociais, entretanto, como mostra Araújo (2000) nenhuma história levada ao ar nesse período se propôs a contar os conflitos sociais e os dramas da luta pela ascensão social e econômica da população negra, ou seja, existia uma invisibilidade na representação de negros brasileiros de classe média. A partir dos anos 1970, segundo Lima (2000), as telenovelas passaram a apresentar personagens negros de certa projeção social, interpretados por bons atores, mas ainda sem a inscrição de suas próprias histórias, de suas famílias ou de seus núcleos sociais na trama. As representações da negritude nessas histórias ficcionais correspondiam às performances de padres, juízes, promotores e donos de estabelecimentos comerciais. Já em 1980, período do ciclo abolicionista nas telenovelas, imperava a representação do negro como escravo. Somente nos anos de 1990, temas como democracia racial e racismo “cordial” passaram a ganhar maior presença na ficção seriada, coincidindo com o início de novas representações dos negros na teledramaturgia.

A pesquisa de Grijó e Souza (2011) sobre a presença do negro na teledramaturgia revela que no período entre 2000 e 2010 foram exibidas 53 novelas. Segundo os autores,

(...) as produções com maior número de personagens negros estão aqueles referentes a períodos históricos distantes, na maioria das vezes, se passam no Brasil escravocrata, sendo o negro retratado como um cativo à espera do senhor que os livrasse daquela situação. O outro grupo de telenovelas com maior participação de personagens negros diz respeito às produções de caráter contemporâneo, com o cenário no Rio de Janeiro, estado, inclusive, onde se concentra uma das maiores populações negra do país. (GRIJÓ; SOUZA, 2011, p. 6).

Entretanto, Grijó e Souza (2011) ressaltam que as novelas com o menor percentual de negros são as tramas que foram exibidas nos horários da 18h e 19h, cujas histórias se passavam nos ambientes urbanos das grandes cidades, com grande população de afrodescendentes. Segundo os pesquisadores estas telenovelas apresentavam uma a imagem de Brasil embranquecido, pois negavam a presença do negro nesses ambientes.

as produções nos dois horários mencionados levam para o cotidiano da audiência um Brasil mais fenotipicamente claro, negando a grande participação da negritude como sujeito na sociedade. Ressaltamos ainda que essas telenovelas foram exibidas, principalmente, na primeira metade da década, quando o discurso de inclusão das

<sup>27</sup> Mulher negra típica, representada por uma atriz grande e gorda, capaz de caracterizar uma negra orgulhosa, dominadora, irritável, e principalmente, intensa na maternalidade

<sup>28</sup> Representava o negro como serviçal, inferiorizado e dedicados à famílias brancas.

<sup>29</sup> Diferenciava-se da *mammie* pelo aspecto físico sendo representada geralmente por atrizes magras, sempre caracterizada por doméstica generosa, preocupada e generosa

classes subalternas – assim como os negros - nas produções televisivas ainda não era tão forte como foi mais evidente nos últimos anos. (GRIJÓ; SOUZA, 2011, p. 7)

Para Araújo (2000, p. 40), o processo de criação e produção da telenovela sempre foi abastecido por um reservatório de estereótipos negativos sobre o negro, esses clichês amparados nos resíduos da memória coletiva são também, segundo o autor, reflexo de situações sociais reais que discriminam, racialmente, negros e mulatos. Assim como na produção ficcional o racismo midiático também se manifesta em outras produções como na literatura, no cinema, e na publicidade.

Na produção literária e cinematográfica Silva e Rosemberg (2015), evidenciam que as personagens negras apresentam menores índices de relações familiares ou amorosas, e tem papéis estereotipados como o de mulheres e homens hiper-sensualizados, imagem esta vinculada ao passado escravista, de corpo-procriação e de corpo objetificado para o prazer de seu dono. Na literatura o negro é cristalizado nos estereótipos de “escravo fiel”, “mãe preta”, “preto velho”, “escravo nobre” e “escravo revoltado”, violento e cruel. No cinema destacam-se os estereótipos de malandro, sambista, e representações dos negros vinculados à criminalidade, já no jornalismo o negro é cristalizado e enquadrado em editoriais como: policial, esporte, principalmente futebol e atletismo, e cultura. Entretanto, as representações não são estáticas, e vem se transformando com o tempo, uma vez que as práticas socioculturais também são atravessadas por contra estratégias ou novos padrões emergentes que tentam intervir na representação, transcodificando novos significados para imagens negativas (BECKER, SILVA, 2018). A partir de 1980, a mobilização do ativismo negro em torno das representações positivas da população afrodescendentes cresceu. O movimento negro compreendeu que além de ações vinculadas a justiça social pautadas em seu projeto político e simbólico, por meio da distribuição de recursos produtivos e de renda, era preciso apropriar-se e ganhar visibilidade midiática, ou seja, ganhar espaços de representação e promover ações de reconhecimento das contribuições dos negros para a sociedade brasileira. Estas ações têm corroborado com transformações no cenário brasileiro referentes à valorização da negritude.

### 3.3 AFROATIVISMO E A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DE SENTIDOS SOBRE A NEGRITUDE

Entre as múltiplas frentes de batalha em prol de uma verdadeira democracia racial, o ativismo negro conseguiu uma grande vitória no Brasil com a Constituição de 1988 no âmbito político-legislativo. A Carta foi um marco histórico na luta contra o racismo, explicitando repúdio ao racismo nas relações internacionais do país em seu artigo 4º e que prática do racismo

constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, em acordo com o artigo 5º. Outro avanço foi a promulgação da lei 7716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor, criminalizando, definitivamente, a prática de racismo. A Lei 1390 de 1951, conhecida como Lei Afonso Arinos, já existia naquele momento e previa como contravenção penal a discriminação decorrente de raça e de cor, mas a natureza da punição não foi suficiente para promover melhorias significativas na eliminação das discriminações.

Nos anos 1990, a efervescência e fortalecimento do ativismo negro na esfera política resultaram em diferentes reivindicações ao poder público, as quais geraram evoluções, particularmente, nas atuações do poder legislativo nas esferas municipais, estaduais e federal (SILVA, SANTOS, ROCHA, 2012). Em 1993, foram apresentados na Câmara Federal os Projetos de Lei 3808/93 e 3809/93, o primeiro tratava da participação de negros nas programações televisivas e peças publicitárias veiculadas nos meios de comunicação, estabelecendo percentual mínimo de representação para toda a programação e toda a publicidade, que deveria ser seguida pelas produtoras.

O Projeto de lei 3809/93 dispunha sobre a participação de artistas e modelos “da raça negra” nos filmes e peças publicitárias encomendadas e/ou realizados pelo governo federal. Ambos os projetos não foram aprovados, e foram arquivados. Entretanto, na esfera municipal, diversos municípios aprovaram proposta que visavam o combate ao racismo. Um exemplo é a lei 7.207/93 promulgada em Goiânia, que definia em seu parágrafo 1º “a criação e divulgação nos meios de comunicação de cujo espaço se utilize a administração pública, de programas de valorização da participação do negro na formação histórica e cultural brasileira e de combate a ideias e práticas racistas”. No município de Vitória, em 1995, foi estabelecido que as peças publicitárias contratadas pelas prefeituras deveriam assegurar a pluralidade étnica incluindo artistas e modelos negros. No contexto estadual, a Constituição da Bahia estabeleceu que em peças publicitárias no estado com a presença de mais de duas pessoas, seria assegurada a inclusão de uma de raça negra (SILVA, SANTOS, ROCHA, 2012).

Outra reivindicação do movimento negro apontada por Silva, Santos, Rocha (2012) foi realizada em 1995, à época da “Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo, pela cidadania e a vida”. A marcha ocorreu na celebração dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e durante o evento os membros do movimento negro entregaram ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um documento com as suas principais reivindicações, denunciando o racismo, defendendo a inclusão dos negros na sociedade brasileira e apresentando propostas concretas de políticas públicas. Entre as propostas contidas no programa estavam aquelas voltadas para a cultura e comunicação, os ativistas cobravam do estado ações capazes de

promover a visibilidade da cultura negra e representações proporcionais dos grupos étnicos/raciais em campanhas de comunicação governamentais.

No âmbito legislativo, a maior vitória do ativismo negro nos últimos anos relacionada à representação negra na mídia foi a aprovação da Lei 12.288/2010, o Estatuto da Igualdade Racial. Esta Lei destina-se a garantir à população negra a efetivação de igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais e coletivos, bem como o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. O Estatuto estabelece iniciativas que visam a promoção da igualdade racial e ações afirmativas nas áreas de educação, saúde, lazer, esporte, cultura, e meios de comunicação de massa.

A aprovação do Estatuto da Igualdade, certamente, representou avanços no combate à discriminação e ao racismo no Brasil, mas a sua imposição legal é limitada, uma vez que a maioria das normas estabelecidas não é obrigatória e não há previsão de penas para o seu descumprimento. Outra fragilidade do Estatuto é que não há previsão de recursos para as políticas afirmativas e para o monitoramento delas, o que torna difícil a avaliação dos avanços e também dos gargalos. Contudo, a lei representa um avanço muito positivo, pois o documento estabeleceu princípios e inspirou iniciativas importantes, como as leis que criaram cotas nas universidades federais em 2012 e no funcionalismo público federal 2014.

De fato, o projeto político e simbólico de lutas e ativismo do movimento negro só pode ser concretizado de forma plena na atualidade com a promoção da justiça social, por meio da distribuição de recursos produtivos e de renda; do reconhecimento das contribuições de diferentes grupos sociais para as sociedades; e da diversidade de representações simbólicas (FRASER, 2006a), como sinalizamos em nossa hipótese na Introdução deste trabalho. Entretanto, a superação do racismo também está associada aos modos como os negros são representados na mídia e aos modos como a negritude é ou não valorizada.

Conceição (2012) relata que até a década de 1980 temas atrelados à afirmação da identidade negra obtinham pouca repercussão nos meios de comunicação, principalmente em relação à denúncia sobre a existência do racismo. Segundo o pesquisador, a cobertura feita pelo jornal Folha de São Paulo sobre a comemoração dos 300 anos de Zumbi, em 1995, simbolizou uma transformação nas coberturas jornalísticas de temas vinculados às relações étnico-raciais. Até então, a imagem do negro refletida pelos meios de comunicação traduzia-se, em geral, pela negatividade.

A partir de 1995, os meios de comunicação deixaram-se influenciar pela agenda do movimento negro, assim como pela agenda governamental das comemorações pelos trezentos anos da morte do herói e líder negro. Essa inversão da conotação negativa dos negros

evidenciou a força dos movimentos sociais e seu poder de quebrar as barreiras, muitas vezes, invisíveis das discriminações e desigualdades raciais. Em 1996, a criação da revista *Raça Brasil* também significou um passo importante na luta antirracista, principalmente na desconstrução de estereótipos negativos. A revista, desde sua origem buscou ressaltar o orgulho de ser negro tendo como missão afirmar a autoestima e a identidade negras. A revista é a mais importante publicação comercial etnicamente segmentada no Brasil, em virtude de sua expressiva circulação. A publicação se insere no movimento negro brasileiro abrindo caminho para a via política do *Black is beautiful*, um movimento apropriado da política racial norte-americana e sul-africana que visa mudanças na representação do negro na sociedade e nos meios de comunicação de massa.

Nas produções ficcionais da TV brasileira, como novelas e minisséries, desde a década de 1990 os negros têm ganhado mais espaço. O aumento da presença dos negros nas narrativas ficcionais também resulta de iniciativas que visam a formação de atores negros, como o Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN), fundado pela atriz Zezé Motta ainda na década de oitenta. O CIDAN funciona como uma vitrine para atores negros e promove a inserção do artista negro no mercado de trabalho. O centro realiza cursos preparatórios nas áreas técnicas e artísticas, com foco em atores afrodescendentes, atuando assim na promoção da autoestima do negro. Ações como o CIDAN, somadas a outras estratégias de formação de atores negros, são responsáveis, em parte, pela emergência de um protagonismo negro na teledramaturgia brasileira. Para Ferreira e Silva (2017):

A constatação final, é que entre cristalizações, retrocessos e avanços, a ficção televisiva tem mostrado novas perspectivas para a representação da identidade negra na teledramaturgia. Séries e telenovelas têm introduzido um maior número de atores negros, constituindo núcleos familiares, e dando visibilidades a questões que envolvem a negritude e as relações étnico-raciais. Contudo, uma maior presença não significa ser protagonista de sua própria história, ainda mais por que o ideal de branquitude, e a cristalização de velhos estereótipos sobre o negro ainda prevalecem no mundo ficcional. Assim como no mundo real, lutas e batalhas precisam ser travadas na busca por uma igualdade racial nos diversos contextos sociais, principalmente na mídia (FERREIRA; SILVA, 2017, p. 12-13)

Além das ações já mencionadas, na contemporaneidade, outros fatores têm sido fundamentais na luta e combate ao racismo, um deles é o efeito positivo das ações afirmativas que tem promovido um maior acesso dos negros ao ensino superior, ao serviço público, e em áreas onde o negro não tinha acesso. Outro fator que tem contribuído para a visibilidade e o respeito da negritude é o afroativismo na internet, principalmente com a atuação de

influenciadores digitais negros nas redes sociais. Eles têm se apropriado de dispositivos tecnológicos e criado canais que contribuem para o empoderamento da população negra.

O acesso à internet tem possibilitado a formação de uma nova maneira de mobilizar pessoas em torno de uma causa. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de Tecnologia da Informação e Comunicação (PNAD-TIC) de 2016, cerca de 70% dos domicílios brasileiros têm acesso à Internet<sup>30</sup>. Para os movimentos sociais negros o acesso a rede de computadores significou a abertura de uma série de debates e ações que ficavam muitas vezes relegados aos espaços físicos do movimento social, uma vez que as pautas da negritude, muitas vezes, não ganham espaço em outros lugares. Nesse sentido, a internet tornou-se uma importante ferramenta para o movimento negro por viabilizar uma divulgação mais ampla das ações antirracistas.

A internet possibilita trocas e compartilhamentos de experiências entre os membros do movimento que atuam em localidades geográficas distantes, essa partilha de vivências, experiências e informações aumenta o potencial transformador das articulações da negritude tanto no território brasileiro quanto internacionalmente. São muitas as manifestações do movimento negro presentes na rede, entre elas destacamos aqui as páginas do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT<sup>31</sup>; O Mundo Negro<sup>32</sup>; o Instituto da Mulher Negra (Geledés)<sup>33</sup>; e o Portal Áfricas<sup>34</sup>. Segundo a Fundação Palmares<sup>35</sup>, o estado de São Paulo é, atualmente, o principal polo de produção de informação negra para a web, pois concentra o maior número de veículos com essa característica.

A utilização da internet e a apropriação tecnológica também têm fomentado a criação de blogs, canais no *YouTube* e páginas em plataformas como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*. Esses espaços virtuais têm promovido uma nova ambiência e formas de articulação e interação na sociedade, principalmente entre os jovens que, por meio de redes sociais, aparelhos tecnológicos e dispositivos móveis<sup>36</sup>, como *smartphones*, *Ip hones*, *Ipads*, e de suas capacidades

---

<sup>30</sup><https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens.html>

<sup>31</sup><https://www.ceert.org.br/> (organização não-governamental que produz conhecimento, desenvolve e executa projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero).

<sup>32</sup><https://mundonegro.inf.br/> (um dos primeiros portais feito para negros no Brasil. No ar desde 2001 ele é um dos principais sites com conteúdo exclusivo para negros).

<sup>33</sup><https://www.geledes.org.br/> (organização da sociedade civil fundada em 1988, e que atua desde então em prol da mulher e do negro)

<sup>34</sup><http://www.africas.com.br/> (uma agência de notícias com foco na população negra)

<sup>35</sup><http://www.palmares.gov.br/archives/30684>

<sup>36</sup>O número de *smartphones*, *tablets*, *laptops* e telefones com conexão a Internet será maior do que o número de pessoas no mundo até o final deste ano, segundo relatório [liberado](#) pela Cisco na última semana. Ou seja, ainda em 2013, a quantidade de dispositivos móveis irá ultrapassar os 7 bilhões, e até 2017 teremos aproximadamente de 1,4 dispositivo por habitante, segundo a Cisco. Disponível em:

de ubiquidade, desenvolvem uma nova cultura comunicativa onde os movimentos sociais negros cada vez mais se inserem. Os jovens negros tornam-se influenciadores digitais neste novo meios e manifestam-se cada vez mais, usando as tecnologias digitais para se organizarem e promoverem a visibilidade do debate racial. Através de contatos em redes, a população negra passa a se posicionar, cobrar, debater e combater o racismo estrutural. Como destaca Recueiro (2009) as redes sociais na internet, são constituídas de representações dos atores sociais e de suas conexões. Essas representações são, geralmente, individualizadas e personalizadas. Podem ser constituídas, por exemplo, de um perfil em uma mídia social, como no *Facebook* ou *Twitter*. As conexões, por outro lado, são os elementos que vão criar a estrutura, na qual as representações formam as redes sociais. Essas conexões no ambiente convergente podem ser de tipos variados e construídas pelos atores através da interação, mas são mantidas pelos sistemas online (idem, 2009, p.2). Essa capacidade de relacionar-se em rede no ciberespaço<sup>37</sup> gerou a expressão "sociedade em rede" ou "*network society*", cunhada por Manuel Castells, a qual sintetiza a morfologia da sociedade que vivemos. Na atualidade, grande parte das informações são sistêmicas e interconectadas, o que proporciona uma nova forma de acesso e troca de conteúdos e dados entre diversos sujeitos individuais e coletivos e favorece o desenvolvimento de fenômenos comunicativos complexos. Nesse sentido, o desenvolvimento e os usos das redes sociais têm proporcionado a inserção de vozes que passam a participar do debate público, a partir de movimentos iniciados em territórios do ambiente sociotécnico (LOPES; ALVES, 2013).

Em 2016, uma pesquisa realizada no Brasil e fomentada pelo projeto Negros Digitais<sup>38</sup>, em parceria com o site Mundo Negro e a consultoria Zero 54, mapeou o comportamento e os hábitos dos negros nas mídias sociais. A pesquisa intitulada “Novembro negro *Black Millennials of Brazil*” mostrou que 64% dos negros têm o *Facebook* como sua principal rede de relacionamento e comunicação. Esses números mostram que o *Facebook* é a principal plataforma para o início de discussões e polêmicas pautadas pelo movimento negro. Há muitas iniciativas que visam o aumento da representatividade negra na internet, blogues, canais e páginas em redes sociais.

---

<http://idgnow.uol.com.br/mobilidade/2013/02/11/aparelhos-moveis-conectados-vaio-superar-numero-de-pessoas-em-2013-diz-estudo/>. Acesso: 11 de ago. 2013

<sup>37</sup> O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. O neologismo “cibercultura”, significa o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 2000, p. 17)

<sup>38</sup><https://mundonegro.inf.br/negrxos-digitais/>

Entre essas ações destacamos o Blogueiras Negras<sup>39</sup>, os influenciadores digitais Spartakus Santiago<sup>40</sup>, com 488.147 seguidores; e AD Júnior<sup>41</sup>, com 75.543 seguidores. Os canais no *YouTube* Papo de Preta<sup>42</sup>, com quase 50 mil inscritos, feito por Maristela Rosa e Nathalia Romualdo, duas estudantes do curso de jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e o canal de Ph Côrtes<sup>43</sup>, que criou o quadro “Meus Heróis Negros Brasileiros”, dedicado à personalidades negras da história do Brasil, também merecem ser evidenciados. O site Huffpostbrasil criou uma lista com 33 jovens youtubers<sup>44</sup> que atuam ativamente pelas redes sociais e a quantidade de influenciadores digitais negros é bastante expressiva.

Esses novos espaços digitais, além de denunciar as mazelas do racismo estrutural e sua manifestação em nosso cotidiano, assim como em outras fases do movimento negro, adotam estratégias e ações que os permitem ir além do que já fora feito na luta antirracista. Os afroativistas e influenciadores digitais negros através das novas tecnologias da comunicação além de conseguir impactar um público negro mais jovem possuem as ferramentas para contestar e intervir no regime de visibilidade e representação dominante sobre a população negra, permitindo o que Hall (2016) chama de transcodificação de significados. Para o intelectual anglocaribenho, as representações não são fixas e as mudanças de sentido auxiliam a construção de diferentes significações para as palavras e imagens. Essa volatibilidade da língua e dos sentidos é que permite a transcodificação do racismo simbólico, uma estratégia que não nasceu com o afroativismo, uma vez que já estava presente nas reivindicações dos movimentos sociais negros na década de 1960. As questões de representação e poder referentes às relações étnico raciais adquiriram centralidade na política naquele momento, mas ganham força e potencialidades na atualidade. Além do afroativismo é importante salientar o papel dos pesquisadores negros brasileiros que vêm, nos últimos anos, desenvolvendo projetos de monitoramento das mídias sobre eventos ou temas relacionados ao combate ao racismo, como, por exemplo, o grupo de Estudos em Mídia e Etnicidade da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Etnomídia/UFBA)<sup>45</sup>; o Grupo de Estudos Sobre Relações Raciais no Brasil vinculado ao Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária

---

<sup>39</sup><http://blogueirasnegras.org> (um site colaborativo, coordenado por mulheres, cujo foco de interesse é ser uma plataforma de publicação para o aumento de visibilidade da produção de autoras negras, o site aborda temas como identidade, resistência, saúde, beleza e estilo de vida de mulheres negras)

<sup>40</sup><https://www.facebook.com/spartakusvlog/>

<sup>41</sup><https://www.facebook.com/iamadjunior/>

<sup>42</sup><https://www.youtube.com/channel/UCvu2MvWjNozGxCdRIY1034Q>

<sup>43</sup><https://www.youtube.com/playlist?list=PLGolmRbZ3SNh6PPhos3A8MSBwUrd0yfUC>

<sup>44</sup>[https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/05/33-youtubers-negros-que-voce-precisa-conhecer-segundo-murilo-araujo\\_a\\_23475708/?ncid=tweetlnkbrhpmg00000002](https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/05/33-youtubers-negros-que-voce-precisa-conhecer-segundo-murilo-araujo_a_23475708/?ncid=tweetlnkbrhpmg00000002) Acesso em: 5 de jul. 2018

<sup>45</sup><http://www.etnomidia.ufba.br/home/> Acesso em: 5 de jul. 2018

(LECC)<sup>46</sup> da Escola de Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Programa Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre outros. Recentemente a Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) publicou um dossiê temático sobre intelectuais negros e negras, séculos XIX-XXI<sup>47</sup> que nos permite conhecer um pouco da obra e os principais desafios apontados por esses intelectuais na luta contemporânea sobre o racismo.

Mesmo com a emergência de novos espaços de lutas e resistência para o ativismo negro, como a internet e a academia, a luta por reconhecimento e representação nos meios de comunicação tradicionais são fundamentais na luta antirracista pela centralidade que este meio exerce na vida cotidiana. Nesta tese, refletimos sobre as representações da população negra no telejornalismo, uma vez que a televisão é o principal meio de informação para a maioria da população brasileira, como revela a “Pesquisa Brasileira de Mídia 2016”, da Presidência da República<sup>48</sup>. Antes, porém, consideramos importante compreender como a área da Comunicação e os estudos de telejornalismo, articulam as relações étnico-raciais na produção acadêmica e científica. Para alcançar este objetivo, nos inspiramos no percurso metodológico proposta por Becker (2015) no mapeamento do estado da arte de Telejornalismo. Foram analisadas informações apuradas em 11 bases de dados: as da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES); da Associação Nacional do Programas de Pós-Graduação (COMPÓS); da Associação Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor); da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e as de sete periódicos científicos classificados com Qualis A2 no quadriênio 2013 a 2016, identificadas por meio do Qualis Periódico da Plataforma Sucupira. Os resultados são sistematizados em seguida.

### 3.4 O NEGRO E AS RELAÇÕES RACIAIS NOS ESTUDOS DE TELEJORNALISMO: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA DE 2012 A 2016

Primeiramente, buscamos no Banco de Teses da CAPES os resumos dos trabalhos apresentados nos últimos cinco anos de 2012 a 2016<sup>49</sup>; bem como nos Anais da COMPÓS<sup>50</sup>;

---

<sup>46</sup>[http://www.pos.eco.ufrj.br/site/nucleos\\_de\\_pesquisa.php?id=7](http://www.pos.eco.ufrj.br/site/nucleos_de_pesquisa.php?id=7) Acesso em: 5 de jul. 2018

<sup>47</sup><http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/issue/view/28> Acesso em: 5 de jul. 2018

<sup>48</sup>Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/arquivos-capacitacao/apresentacao-pesquisa-brasileira-de-midia-2016.pdf/view>; <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghtml>>. Acessado em: 12 maio 2018.

<sup>49</sup><http://bancodeteses.capes.gov.br/> Acesso de: dezembro de 2017 a outubro de 2018

<sup>50</sup>(<http://www.compos.org.br/>) Acesso de: dezembro de 2017 a outubro de 2018

da SBPJor<sup>51</sup>; da Intercom<sup>52</sup>; e ainda os artigos publicados nos sete periódicos científicos nacionais da área de Comunicação classificados com Qualis A2 no quadriênio de 2013 a 2016, indicados no Qualis Periódico da Plataforma Sucupira<sup>53</sup>. Estas bases de dados reuniram com regularidade o maior número de trabalhos sobre o jornalismo televisivo no Brasil. Este estudo foi feito em duas etapas no período entre dezembro de 2017 a outubro de 2018. A primeira fase do levantamento correspondeu à busca no banco de teses da Capes. Utilizamos conjunto de filtros e palavras-chaves para investigar as produções acadêmicas na área da Comunicação. Nesta etapa, nossa intenção era identificar a produção acadêmica associada à temática das relações étnico-raciais, mediante a aplicação das palavras-chave negro(a); racismo; racial; negritude e afro e articular os resultados encontrados aos estudos de Telejornalismo. Desse modo, poderíamos aferir a relevância e a possível contribuição do objeto de estudo proposto.

Na base de dados da CAPES, os filtros utilizados foram: tipo (mestrado e doutorado); ano (2012 a 2016); Grande Área de Conhecimento (Ciências Sociais Aplicadas); e Área de Conhecimento (Comunicação). Após a inserção dos filtros e das referidas palavras-chaves chegamos aos dados quantitativos sistematizados na tabela 2 abaixo. Nos cinco anos analisados, tivemos um total de 320.391 teses e dissertações produzidas em todas as áreas de conhecimento no país, deste total 4.291 foram produzidas na área da Comunicação. Já os estudos de telejornalismo corresponderam a 123 pesquisas, o que representa apenas 2,8% dos trabalhos de conclusão de mestrado e doutorado na área da Comunicação no Brasil. A aplicação da palavra-chave negro gerou 29 resultados. A busca pelas palavras-chave negra indicou 22 trabalhos. O mesmo número de pesquisas foi verificado mediante o uso das palavras-chave racismo e racial, um conjunto de 20 investigações. O uso das palavras-chave negritude e afro indicaram, respectivamente, 4 e 16 trabalhos. Contudo, ao fazermos um cruzamento das palavras-chave e avaliarmos os títulos das pesquisas, verificamos redundâncias no retorno de parte das informações, ou seja, a aplicação de palavras-chaves diferentes apontava para as mesmas pesquisas.

---

<sup>51</sup>([http:// sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/](http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/)) Acesso de: dezembro de 2017 a outubro de 2018

<sup>52</sup>(<http://www.portalintercom.org.br/>) Acesso de: dezembro de 2017 a outubro de 2018

<sup>53</sup><https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf> Acesso de: dezembro de 2017 a outubro de 2018

**Tabela 2:** Mapeamento das teses e dissertações na área de concentração em comunicação (2012-2016)

MAPEAMENTO DAS TESES E DISSERTAÇÕES NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM COMUNICAÇÃO NO BANCO DE TESES DA CAPES ENTRE OS ANOS DE 2012 A 2016 UTILIZANDO PALAVRAS CHAVES									
ANO	TOTAL DE TESES E DISSERTAÇÕES POR ANO	TOTAL ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DA COMUNICAÇÃO	PALAVRA-CHAVE: TELEJORNALISMO	PALAVRA- CHAVE: NEGRO	PALAVRA- CHAVE: NEGRA	PALAVRA- CHAVE: RACISMO	PALAVRA- CHAVE: RACIAL	PALAVRA- CHAVE: NEGRITUDE	PALAVRA- CHAVE: AFRO
2016	70318	971	30	7	8	6	7	0	3
2015	67340	864	28	3	5	5	5	0	4
2014	64035	863	28	9	5	4	3	2	4
2013	61905	838	21	6	2	3	3	2	3
2012	56793	755	16	4	2	2	2	0	2
Total	320391	4291	123	29	22	20	20	4	16

Fonte: autoria própria

Assim, a partir do cruzamento destas informações chegamos aos primeiros resultados e aferimos um total de 48 trabalhos produzidos sobre relações étnico-raciais na área da Comunicação entre as 4.291 pesquisas realizadas no período estudado, número pouco expressivo. Entretanto, na segunda etapa deste mapeamento, ao fazermos a articulação entre esses resultados obtidos mediante a busca pelas palavras-chave negro; negra; racismo; racial; negritude e afro com os trabalhos sobre telejornalismo não encontramos nenhuma tese e dissertação sobre a relação entre telejornalismo e relações étnico raciais no campo da comunicação. A maior parte das 48 teses e dissertações que encontramos sobre negritude e representação do negro corresponde a estudos sobre telenovela; cinema; música, eventos e manifestações culturais, quadrinhos, animes, internet, comunicação comunitária e publicidade. Apenas seis destas 48 pesquisas tomaram como objeto de estudo o jornalismo, campo de conhecimento que mais se aproxima de nossa investigação. Estas pesquisas refletiam sobre racismo, cotas, ações afirmativas e a representação negra na mídia e nos veículos de comunicação, porém focalizavam o jornalismo impresso, especialmente jornais e revistas de grande circulação<sup>54</sup>.

Na terceira fase de nosso estudo, após o levantamento das teses e dissertações na base de dados da Capes, investigamos os anais dos congressos da Intercom; da SBPJor e da Compós. No site da Intercom e da Compós, utilizamos o mesmo procedimento de análise, primeiramente usamos as palavras-chave negro; negra; racismo; racial; negritude e afro e, posteriormente, fizemos o cruzamento com os resultados obtidos com a inserção da palavra-chave telejornalismo<sup>55</sup>. O mapeamento dos trabalhos sobre telejornalismo e relações étnico-raciais apresentados na Intercom está sistematizado na tabela 3.

---

<sup>54</sup>Bibiana Hegele Bolson, da PUC-RS, escreveu a dissertação “A Folha de São Paulo e o racismo no futebol brasileiro: análise das coberturas jornalísticas nos casos Desábato/Grafite e Patrícia Moreira/Aranha”. Rubens Aparecido Campos, da UNIP, defendeu a dissertação “A Mulher Negra na Revista Claudia Edição de Setembro de 2009”. As ações afirmativas foram o objeto de pesquisa da tese de Zilda Martins Barbosa, da UFRJ, “Cotas Raciais: para reatualizar o discurso da imprensa e inverter a abolição da escravatura”. A imagem do negro no fotojornalismo foi analisada na dissertação “Mídia e Etnia: A Produção Fotojornalística da Folha de S Paulo e o Sentido da Imagem do Negro”, de Su Georgios Stathopoulos, (UNIP). Danúbia de Andrade Fernandes defendeu, na (UFRJ), a tese “Mulher, mulata e migrante: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa”. E o último trabalho em jornalismo encontrado foi a tese defendida na (UNB) por Isabel Cristina C. Da Rosa, sobre “Parresia e hermenêutica de profundidade nas trilhas de Hermes: raça e gênero em formas simbólicas sobre o jornalismo como profissão no Brasil”.

<sup>55</sup>Nos Anais da Compós não tivemos problemas com o sistema de busca, mas nos Anais de 2014 e 2016 da Intercom o sistema não estava funcionando. Assim, tivemos que verificar as pesquisas em todas as divisões temáticas e no Intercom Júnior nesses dois anos, o que tornou a apuração de dados muito vagarosa naquele momento. Já no site da SBPJor, não existe um sistema de busca como nos Anais dos outros eventos pesquisados. Assim, foi preciso conferir e ler os títulos, resumos e as palavras-chaves de cada um dos trabalhos. O site apresentou ainda problema nos dados de 2014 nos anais do Encontro de Jovens Pesquisadores.

**Tabela 3:** Artigos sobre telejornalismo apresentados na Intercom (2012-2016)

PALAVRA CHAVE TELEJORNALISMO				
ANO	NÚMERO TOTAL DE ARTIGOS APRESENTADOS NOS IJ + DT'S DA INTERCOM	NÚMERO TOTAL DE ARTIGOS DE TELEJORNALISMO NOS IJ + DT'S DA INTERCOM	NÚMERO DE ARTIGOS SOBRE NEGRITUDE NO TELEJORNALISMO NOS IJ +DT'S DA INTERCOM	NÚMERO DE ARTIGOS SOBRE NEGRITUDE EM TODOS IJ + DT'S DA INTERCOM
2016	1487	59	2	29
2015	972	77	3	17
2014	1402	50	0	5
2013	2210	39	0	3
2012	1980	50	0	10
<b>Total</b>	8051	275	5	64

Fonte: autoria própria

Nos congressos nacionais da Intercom no período dos cinco anos estudado, foram apresentados 8.051 artigos, somando os trabalhos apresentados nos trinta e quatro Grupos de Pesquisa reunidos em 8 Divisões Temáticas (DT's) e na Intercom Júnior (IJ), deste total 275 foram sobre telejornalismo. Porém, apenas seis deles, de forma direta ou indireta, estavam associados a reflexões sobre a relação entre telejornalismo e relações étnico-raciais, objeto de estudo deste trabalho. No entanto, encontramos outros 64 artigos sobre representação do negro e negritude em Grupos de Pesquisa sobre cinema, televisão, publicidade, entre outros, o que indicou um crescimento das pesquisas sobre esta temática em outros campos de saber. Ou seja, identificamos um número muito reduzido de trabalhos sobre relações étnico-raciais e telejornalismo, mas verificamos que houve um salto no número de trabalhos apresentados dedicados às representações do negro e da negritude na mídia em diferentes Grupos de Pesquisa da Intercom. De 2012 a 2104, encontramos um total de 18 trabalhos, em 2015 identificamos quase o mesmo número, um total de 17 artigos e, em 2016, observamos que 29 trabalhos sobre esta temática foram apresentados nesses congressos. Este aumento se deve em grande parte às

pesquisas apresentadas no Intercom Júnior, o que demonstra que há jovens pesquisadores interessados em discutir essas questões<sup>56</sup>.

Na Compós, são apresentados apenas 10 trabalhos em cada GT, as pesquisas devem ser produzidas por doutores ou mestres em coautoria com doutores. Os trabalhos na Compós eram reunidos em 15 GTs até 2014. Em 2015, mais dois Grupos de Trabalho passaram a integrar os Encontros Nacionais da Associação, totalizando 17 GTs. Entre 2012 e 2016, foram apresentados 784 artigos em seus Grupos de Trabalho (GTs) e 19 sobre telejornalismo, ou seja, apenas 2,4% desse total. No levantamento realizado também encontramos 12 pesquisas sobre negritude, mas nenhuma delas articulada com os estudos de telejornalismo.

**Tabela 4:** Artigos sobre telejornalismo apresentados na Compós (2012-2016)

PALAVRA CHAVE TELEJORNALISMO				
ANO	NÚMERO TOTAL DE ARTIGOS APRESENTADOS NOS GT's DA COMPÓS	NÚMERO TOTAL DE ARTIGOS DE TELEJORNALISMO NOS GT's DA COMPÓS	NÚMERO DE ARTIGOS SOBRE NEGRITUDE NO TELEJORNALISMO NOS GT's DA COMPÓS	NÚMERO DE ARTIGOS SOBRE NEGRITUDE EM TODOS GT's DA COMPÓS
2016	170	3	0	2
2015	168	3	0	2
2014	149	3	0	5
2013	150	7	0	3
2012	147	3	0	0
<b>Total</b>	<b>784</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>12</b>

Fonte: autoria própria

Na SBPJor, evento de entidade científica com foco em pesquisas sobre jornalismo, tivemos a apresentação de 1074 artigos no período analisado, 94 deles sobre telejornalismo, o

<sup>56</sup>Os trabalhos sobre telejornalismo e negritude em 2016 foram: “O lugar da população negra no telejornalismo capixaba”, apresentado por Gabriela Vasconcelos Soares Costa e Rafael da Silva Pães Henrique, estudantes de graduação da UFES; “A influência dos *haters* na pauta jornalística: caso de racismo com a jornalista brasileira Maju”, dos graduandos Letícia Eloi Pinto e Marislei Ribeiro, da UFPel; e “A Cor da Mídia Televisiva: A (in) visibilidade da jornalista negra na televisão paraense”, artigo de Sara Raquel Pinheiro Portal, graduada em Comunicação social pela FEAPA. Em 2015, os trabalhos apresentados foram: “Representações Sociais: A (in) visibilidade da População Negra na Mídia Televisiva Brasileira”, da estudante de graduação Rebeca Karen de Souza, da Unipampa, em coautoria com os doutores Juliana de Souza Mavoungou Yade e Marcelo da Silva Rocha; “Entregues pela contradição: preconceito racial, discurso politicamente correto e manipulação midiática”, dos mestres Fabiano Ormanze e Duílio Fabbri Jr, da PUC-Campinas; e por fim, o trabalho “A cobertura das cotas raciais de acesso à universidade pública na Empresa Brasil De Comunicação” apresentado pela mestranda Natália Oliveira Teles da Silva e sua orientadora Elen Gerales, da UNB.

que representa 8,7% do total de trabalhos. Entretanto, assim como na Compós, não encontramos pesquisas sobre relações raciais nos estudos de telejornalismo. O número de investigações sobre negritude em outras áreas do jornalismo, como no impresso, nas revistas, nas rádios e na internet, foi quase inexistente, do total apenas três trabalhos discutiram esta temática.

**Tabela 5:** Artigos sobre telejornalismo apresentados na SBPJor (2012-2016)

ANO	NÚMERO TOTAL DE ARTIGOS APRESENTADOS NOS NA SBPJor	NÚMERO TOTAL DE ARTIGOS DE TELEJORNALISMO NA SBPJor	NÚMERO DE ARTIGOS SOBRE NEGRITUDE NO TELEJORNALISMO NA SBPJor	NÚMERO DE ARTIGOS SOBRE NEGRITUDE NA SBPJor
2016	209	19	0	1
2015	192	22	0	1
2014	155	15	0	0
2013	246	18	0	1
2012	272	20	0	0
<b>Total</b>	1074	94	0	3

Fonte: autoria própria

A falta de pesquisas que refletem sobre a presença e a representação dos negros no telejornalismo também se evidenciou no mapeamento dos artigos publicados nas revistas nacionais com Qualis A2 na área da Comunicação. O Webqualis, no quadriênio 2013 a 2016 indicou sete revistas com a classificação proposta, são elas: as revistas Comunicação Mídia e Consumo; E-Compós; Famecos; Galáxia; Intercom; Matrizes; e Em Questão.

A revista Comunicação, Mídia e Consumo, publicada na versão digital pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM-SP publicou em 15 edições 135 artigos, dois deles sobre telejornalismo, oito sobre temas diversificados sobre negritude e nenhum deles sobre telejornalismo e representação negra. A revista E-Compós publicação científica quadrimestral da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós também publicou 15 edições com 167 artigos, cinco deles sobre telejornalismo e outros três sobre a questão racial e a negritude. O periódico Famecos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS produziu 17 edições, reunindo resultados de 252 pesquisas, oito delas sobre telejornalismo, e dez sobre a negritude relações

raciais. A revista Galáxia do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP disponibilizou 11 edições com 181 artigos no quadriênio de 2013 a 2016, dois sobre telejornalismo e quatro sobre temas relacionados à negritude. A revista da Intercom editada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) também em 11 edições publicou 154 artigos no período investigado, desses apenas um artigo sobre telejornalismo e outros quatro sobre a temática étnico-racial. O baixo número de pesquisas sobre telejornalismo nas revistas acadêmicas também se manifesta nas publicações Em Questão, periódico científico da área de Ciência da Informação publicado pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que em 14 edições apresentou 193 artigos, sendo dois sobre telejornalismo e outros cinco sobre negritude. Já a revista Matrizes da Universidade de São Paulo – USP, publicou 146 trabalhos e somente três sobre em telejornalismo, por outro lado, a revista apresentou 17 artigos sobre negritude, esse número elevado se deu em virtude do Dossiê Temático sobre a contribuição do pensador negro Stuart Hall para os estudos em Comunicação. Foi possível identificar, por meio desse mapeamento, que esses reconhecidos periódicos científicos publicaram um total de 1228 artigos em cinco anos, destes estudos apenas 23 (1,8%) são sobre telejornalismo e outros 52 (4,2%) sobre temas ligados à negritude e as relações raciais.

Como foi possível verificar, apenas nos anais da Intercom encontramos artigos que articulam questões referentes à negritude e ao telejornalismo, o que indica a necessidade de investigações sobre esta temática específica nas pesquisas acadêmicas na área da Comunicação e no campo do jornalismo, principalmente, nos trabalhos de pós-graduação. Por outro lado, se faltam pesquisas sobre a negritude nos estudos de telejornalismo, em outros campos da Comunicação como ficção seriada, cinema e publicidade, o número de estudos sobre esta temática tem aumentado, e isso se deve em parte a jovens pesquisadores que participam da Intercom Junior, uma vez que dos 64 trabalhos produzidos sobre representações dos negros e relações raciais na Intercom, 47 deles foram produzidos por estudantes de graduação, ou seja, 73,4% do total das pesquisas apresentadas. O levantamento mostra que esta temática tem despertado interesse por parte dos pesquisadores em eventos acadêmicos, em 2012 foram publicados apenas dez artigos sobre negritude, em 2016 esse número triplicou e passou para 32 trabalhos.

Entendemos que o aumento das publicações pode estar vinculado ao crescimento do número de estudantes negros cursando o ensino superior em decorrência da Lei nº 12.711 de

29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas, que reserva 50% das vagas em todos os cursos nas instituições federais de ensino superior levando em conta critérios sociorraciais. Segundo dados da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SERPIR) entre 2013 e 2015, a política afirmativa de reserva de cotas garantiu o acesso a aproximadamente 150 mil estudantes negros em instituições de ensino superior em todo o país. Segundo dados do Ministério da Educação, em 1997 o percentual de jovens negros, entre 18 e 24 anos, que cursavam ou haviam concluído o ensino superior era de 1,8% e o de pardos, 2,2%. Em 2013 esses percentuais já haviam subido para 8,8% e 11%, respectivamente. A quantidade de jovens negros que ingressam no ensino superior também cresceu em proporção semelhante: em 2013 50.937 vagas foram preenchidas por negros, e em 2014, 60.731<sup>57</sup>

Esse mapeamento também permitiu identificar os principais campos de pesquisa que focalizam o negro e as relações raciais: cinema; publicidade, televisão (telenovela e seriados); música, histórias em quadrinhos. No campo do jornalismo os trabalhos sobre esta temática se debruçam, mais especificamente, sobre os jornais e as revistas impressas. Essas investigações refletem sobre a questão da (in)visibilidade e a representação dos negros formatos midiáticos distintos; a mulher negra e o feminismo negro e práticas socioculturais associadas à música, à religiosidade, a aspectos identitários, a ações contra o racismo nas mídias e de redistribuição e reconhecimento como as cotas raciais e a apropriações e usos das tecnologias como forma de combate ao racismo e o empoderamento negro. Na tabela 6 abaixo é possível observar os números de trabalhos publicados nas edições das revistas acadêmicas sobre telejornalismo.

**Tabela 6:** Artigos sobre telejornalismo nas Revistas Científicas com Qualis A2 (2012-2016)

ANO	REVISTA COMUNICAÇÃO MÍDIA E CONSUMO	REVISTA E-COMPÓS	REVISTA FAMECOS	NREVISTA GALAXIA	REVISTA INTERCOM	REVISTA MATRIZES	REVISTA EM QUESTÃO
2016	0	1	1	0	0	1	0
2015	2	1	2	0	1	0	0
2014	0	2	0	1	0	0	0
2013	0	1	1	0	0	0	1
2012	0	0	4	1	0	2	1
<b>Total</b>	2	5	8	2	1	3	2

Fonte: Própria

<sup>57</sup><http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas>

Na tabela 7, temos apresentado o número de artigos que articulam as relações étnico-raciais ao telejornalismo.

**Tabela 7:** Artigos sobre telejornalismo e negritude nas Revistas Científicas com Qualis A2 (2012-2016)

ANO	REVISTA COMUNICAÇÃO MÍDIA E CONSUMO	REVISTA E-COMPÓS	REVISTA FAMECOS	NREVISTA GALAXIA	REVISTA INTERCOM	REVISTA MATRIZES	REVISTA EM QUESTÃO
2016	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0

Fonte própria

Os resultados evidenciam que existem poucas investigações e pesquisas que articulem os temas das relações raciais, representações do negro e outros temas vinculados à negritude nos estudos de telejornalismo feitos na pós-graduação. Nosso objetivo é destrinchar através dos cinco trabalhos encontrados como essa relação se manifesta. Dos artigos apresentados na Intercom Junior, dois deles, “Representações Sociais: A (in) visibilidade da População Negra na Mídia Televisiva Brasileira”; e “O Lugar da População Negra no Telejornalismo Capixaba”, buscam refletir sobre a invisibilidade e subrepresentação dos negros no telejornalismo brasileiro.

No primeiro trabalho, essa realidade é confirmada pelo estudo “Representações Sociais: A (in) visibilidade da População Negra na Mídia Televisiva Brasileira”, de Rebeca Souza, Juliana Yade e Marcelo Rocha, que analisam a representatividade do negro em telejornais da rede Globo (São Paulo – Capital e região metropolitana) e da filial RBS (Rio Grande do Sul- região dos Pampas). Esta análise recai sobre a figura dos apresentadores e de sua identidade étnica. Para os autores, a invisibilidade da diversa composição étnico-cultural brasileira nas mídias, reverbera para todos os espaços de sociabilidade, e possibilita a leitura do lugar social permitido ou não aos cidadãos brasileiros, de acordo com sua descendência. No caso dos negros, os autores argumentam que a imagem depreciada desta população tem sido construída ao longo do tempo (SOUZA, YADE e ROCHA, 2015), o que se deve em grande parte a ideologia de supremacia racial da população eurodescendente que dá sustentação à invisibilidade da população negra nos mais diversos meios de comunicação. Em sua pesquisa os autores também perceberam que na programação da televisão gaúcha RBS TV filial da Rede Globo há uma pequena representação dos afrodescendentes nos telejornais, bem como na

programação TV Globo São Paulo e a falta de apresentadores negros nos noticiários televisivos dessas emissoras torna este fato ainda mais evidente:

Notadamente, há uma baixa representatividade da população negra nos telejornais da referida rede de TV, fato que vem atestar que existe um processo de exclusão da população negra em todo contexto social brasileiro. Valoriza-se um padrão hegemônico que não representa a população como um todo. Dennis Oliveira diz que o que existe é uma “tolerância opressiva” que se torna um mecanismo de opressão que ganha corpo em uma sociedade marcada pela cultura da mídia que se expressa pela demarcação de espaços permitidos ou proibidos para a população negra (SOUZA, YADE e ROCHA, 2015, p. 9)<sup>58</sup>

O estudo mostra que embora a população negra correspondesse à quase metade da população brasileira em 2016, ela não se via representada na figura do âncora e na mídia televisiva de forma geral, promovendo um processo de invisibilidade dos afrodescendentes. No trabalho “O Lugar da População Negra no Telejornalismo Capixaba”, de Gabriela Costa e Rafael Henriques, a falta de representatividade e a exclusão do negro também é a tônica. Por meio de uma pesquisa quantitativa e qualitativa foram analisadas 145 edições de nove (9) telejornais de três (3) emissoras capixabas durante três semanas, entre os dias 13/03/2016 e 03/04/2016. Esses nove noticiários estudados foram: Balanço Geral, Jornal da TV Vitória e ES no Ar, da TV Vitória; ESTV 1ª e 2ª edição e Bom Dia ES da TV Gazeta e Tribuna Notícias 1ª e 2ª edição e Ronda Geral da TV Tribuna. Os autores constataram, por exemplo, que enquanto o branco aparece doze vezes mais como fonte confiável de informação científica, o negro aparece três vezes mais como suspeito de crimes, o que revela, segundo Costa e Henriques (2016), uma desqualificação e sub-representação do negro no telejornalismo capixaba. O artigo mostra ainda ao analisar a categoria fonte de informação que há uma diferença entre fontes que atuam como especialista em relação a sua identidade cultural. A pesquisa mostra que foram entrevistados 12 vezes mais especialistas brancos do que negros ou pardos. Ou seja, o número de especialistas brancos entrevistados supera o de negros em 1.240%. O estudo também indica que foram entrevistadas 5 vezes mais autoridades brancas (69%) do que negras. Essa disparidade e os dados de desigualdades verificados nas reportagens policiais reflete os lugares sociais destinados a negros e brancos na sociedade. Nas reportagens policiais, os negros e pardos têm mais destaque, eles aparecem três vezes mais do que os brancos nesta categoria, e geralmente são representados como suspeitos de crimes. Os pesquisadores concluem que falta

---

<sup>58</sup> Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1048-1.pdf> Acesso em: 22/out/2018

de representatividade ou representatividade ruim dos negros no telejornalismo é reflexo do racismo que ainda está enraizado na sociedade de diversas formas.

Em dois dos outros três trabalhos, o tema central é a questão do racismo e do preconceito racial. Nos artigos “Entregues pela contradição: preconceito racial, discurso politicamente correto e manipulação midiática”, escrito por Fabiano Omaneze e Duílio Fabri Jr, e “A Influência dos *haters* na pauta jornalística: Caso de racismo com a jornalista brasileira Maju”, de Letícia Pinto e Marislei Ribeiro, o racismo é a principal questão discutida. No primeiro texto é feito uma análise comparativa entre dois casos de racismo, um sofrido pela jornalista Maria Júlia Coutinho, da equipe do Jornal Nacional, e o outro caso é a representação do negro no “Notícia Já”, jornal impresso popular que circula na cidade de Campinas (SP). O trabalho tem interface com os estudos de educomunicação e o seu objetivo é, segundo os autores, não apenas descrever a discussão sobre o racismo, promovida em grupos de discussão em projetos de extensão, mas relacionar o discurso politicamente correto com as noções de inclusão e de manipulação. Assim a intenção dos autores é relacionada à representação de grupos minoritários na grande mídia a criação de sentidos sobre o mesmo.

No segundo trabalho, as autoras Letícia Pinto e Marislei Ribeiro, explicam que do ponto de vista histórico, a entrada de Maju Coutinho no Jornal Nacional coincide com uma política de reafirmação das políticas de inclusão racial na sociedade brasileira, marcado também pelas políticas de ações afirmativas e a lei de cotas nas universidades. Para os pesquisadores, ao mesmo tempo em que essas ações são promovidas, fatos relacionados à programas da *Rede Globo* evidenciam práticas sociais discriminatórias e um discurso sobre o negro que não é exclusivo da emissora, mas social e historicamente construído. As pesquisadoras destacam que a entrada de negros à frente das câmeras dos telejornais é um processo bastante lento na história do telejornalismo brasileiro e, por conseguinte, da *Rede Globo*. Durante mais de uma década, a partir de 1971, quando foi contratada, a jornalista Glória Maria foi a única repórter negra da emissora. Heraldo Pereira só se tornaria o primeiro negro a apresentar o *Jornal Nacional* em 2002 e Zileide Silva seria a primeira correspondente internacional negra da emissora somente em 2001, quando cobriu os atentados às torres gêmeas, em Nova York, em 11 de setembro<sup>7</sup>. O outro caso de racismo analisado neste trabalho é uma notícia do jornal Notícia Já, como mencionado acima, veiculada no dia 15 de abril de 2015. Nessa edição do jornal, os negros apareceram apenas em duas fotos de duas páginas dedicadas ao noticiário policial. Na análise feita pelos adolescentes que participaram do projeto de extensão ficou nítida a falta de relação

entre o que viram no jornal e o modo como o próprio veículo expressa seu posicionamento referente ao racismo. Para os pesquisadores,

O veículo esbarra-se, portanto, nas contradições próprias do “politicamente correto”: ao mesmo tempo em que surge para ser um veículo para as classes menos favorecidas economicamente, o participante da oficina identificou, na edição visualizada, o lapso de relegar lugares para cada ator social e representá-los a partir de uma historicidade e de uma ideologia que corrompe a ilusão do domínio do que se divulga e como se divulga. Constitui-se, assim, um choque entre o que se compreende como inclusão e as práticas e os hábitos sociais (PINTO; RIBEIRO, 2015, p. 9).<sup>59</sup>

Este estudo conclui que o uso dos meios de comunicação pode ser um instrumento de libertação ou de dominação na sociedade, dependendo de como se recebe a informação transmitida pela mídia, de como ela gera sentidos a partir de uma postura crítica e dos interesses em jogo.

No segundo artigo, “A Influência dos *haters* na pauta jornalística: Caso de racismo com a jornalista brasileira Maju”, observa-se que as reflexões propostas complementam aquelas sistematizadas no primeiro, uma vez que também utiliza a ocorrência do caso de racismo e a repórter Maria Júlia Coutinho como tema de análise. Entretanto neste trabalho a temática é vinculada ao estudo da disseminação de ódio racial por meio da internet e redes sociais. Após fazer uma análise de estudo de caso, por meio do *Facebook*, os pesquisadores concluem que a disseminação de ódio nos sites de redes sociais e a influência dos *haters* nas pautas jornalísticas é um assunto ainda novo, decorrente da inclusão das tecnologias na vida cotidiana, e que precisa ser debatido para entender o comportamento social relacionado à violência simbólica.

O último artigo analisa “A cobertura das cotas raciais de acesso à universidade pública na Empresa Brasil De Comunicação”, de autoria de Natália Oliveira Teles da Silva e Elen Geraldes. O tema pesquisado é o tratamento dado pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), por meio da sua emissora, a TV Brasil, às cotas raciais para ingresso nas universidades públicas. Após fazer uma análise da cobertura do julgamento das cotas raciais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), as pesquisadoras concluem que a televisão pública pode e assume um papel fundamental na promoção, visibilidade e abordagem desse tema. À medida que pluraliza os temas abordados na sua programação, com uma tentativa de aprofundamento, ela cumpre seu papel intrínseco que é estar a serviço do interesse público.

Neste capítulo, iniciamos mostrando como as formas de resistência negra no período escravocrata, as práticas comunicacionais dos escravos e posteriormente o ativismo negro

---

<sup>59</sup> Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2478-1.pdf> Acesso em: 22/out/2018

balizado pela emergência de pesquisadores e intelectuais preocupados com o tema constroem novas narrativas e significados sobre o ser negro oferecendo assim uma reescrita da história e a ruptura ou deslizamento de antigos significados. Contudo, como também vimos os meios de comunicação tradicionais, principalmente a televisão, ainda funcionam como espaço de reprodução e cristalização de antigos estereótipos e preconceitos em suas produções culturais. Como forma de combater esse racismo midiático cada vez mais a apropriação tecnológica e a utilização das redes sociais funcionam como locais alternativos ao discurso da grade mídia. Por meio dessas redes, jovens afroativistas têm atuado fortemente na luta antirracista promovendo novos sentidos e visibilidades sobre a negritude na mídia. Neste embate, existem avanços e retrocessos, uma vez que a própria mídia tradicional oferece cada vez mais espaço para a população negra, mas ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas inclusive nas universidades. Como podemos perceber, por meio do mapeamento da produção científica sobre o negro e as relações raciais nos estudos de telejornalismo, ainda existem poucos estudos e articulações sobre essa temática na área de Comunicação e no campo do jornalismo. Assim, a principal finalidade deste trabalho é investigar as representações da negritude nos telejornais e refletir sobre os modos como as relações étnico-raciais são construídas nos noticiários televisivos, uma vez que são formas de conhecimento relevante da realidade cotidiana nas sociedades democráticas. No capítulo 4, nos aprofundamos nos estudos de televisão e de telejornalismo e, no capítulo seguinte, apresentamos a Análise Televisual do *corpus* desta pesquisa, formado por conteúdos e formatos noticiosos de dois telejornais de ampla visibilidade no Brasil.

#### 4. A TELEVISÃO E O TELEJORNALISMO NA VIDA COTIDIANA

A busca por uma melhor compreensão do papel das mídias no cotidiano das sociedades modernas tem sido um dos principais objetivos da área da Comunicação e de diversos saberes das ciências humanas e sociais em diferentes linhas de pensamento. Entretanto, Muniz Sodré aponta que a ciência da Comunicação consiste em um olhar mais complexo para as práticas comunicacionais cotidianas, as quais atravessam e abrangem distintas dimensões humanas na contemporaneidade, os afetos, as emoções, as mídias e a política. O pesquisador argumenta que tais práticas são uma forma de organização simbólica do comum, do laço intersubjetivo inerente à coesão comunitária às relações sociais regidas pelos efeitos das mídias. Sodré (2014) ainda ressalta que estamos imersos em um “*bios* midiático”, uma ambiência resultante do processo de mediação que rearticula os sentidos, gera sentimentos e emoções e a remodela valores de forma cada vez mais rápida. Tanto o processo de mediação quanto as mediações de novos e velhos meios de comunicação são fenômenos basilares nos processos de atribuição de sentidos à experiência social, uma vez que a mídia está presente em todos os aspectos da vida cotidiana e desempenha papel relevantes na tessitura da realidade social (SILVERSTONE, 2005). Por essa razão, como já mencionado anteriormente, refletimos sobre a televisão e o telejornalismo, como práticas socioculturais capazes de produzir visibilidades e invisibilidades às relações étnico-raciais no Brasil. Assim, neste capítulo, buscamos compreender a importância da tevê e dos telejornais no país, etapa necessária para posterior análise do objeto de estudo desta Tese. Afinal, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM)<sup>60</sup> 2016, desenvolvida pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), a televisão é o meio de comunicação mais utilizado pelas pessoas para se informar no país. Praticamente nove em cada dez entrevistados pela pesquisa fizeram menção em primeiro ou segundo lugar à TV como o veículo preferido para ter acesso a notícias sobre o Brasil e o mundo.

Nas últimas sete décadas, a TV tem levado imagens e sons de diferentes comunidades, países e continentes para dentro dos lares da população brasileira e para uma variabilidade de espaços sociais no território nacional. Desde 1950, a televisão tem se tornado um dos artefatos tecnológicos e sociais mais importantes e impactantes do país. A TV é um objeto de estudo “colossal, caótico e complexo” (HARTLEY, 2006, p. 18). Esse aparato tecnológico é composto

---

<sup>60</sup> Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view> Acesso: em 23,set, 2019

por um sistema sógnico e discursivo abundante, no qual circulam vários gêneros e formatos de programas, constituindo-se dessa forma num objeto de estudo fragmentado e com perspectivas distintas (GADRET, 2015, p. 68). A televisão faz parte do cotidiano de diferentes grupos sociais como fonte de entretenimento e de informações de interesse público, sobretudo, por meio dos telejornais.

#### 4.1 TELEVISÃO: OLHARES E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

A televisão exerce um papel central na produção, apresentação e representação da realidade oferecendo significados e percepções sobre o mundo social e por isso é um singular objeto de análise que pode ser observado por diversas abordagens de estudos, ângulos e matizes. Para França (2006), pode se identificar, pelo menos, três grandes tendências nos estudos de televisão: a primeira vertente faz a relação entre televisão e sociedade, seu papel, funções e efeitos; um segundo enfoque diz respeito às características técnicas do meio e de sua linguagem; e a terceira abordagem diz respeito a análise de programas específicos. Além dessas tendências, a TV desperta o interesse de campos diversos da comunicação. Em trabalho anterior (SILVA, 2018), levando-se em conta somente pesquisas sobre televisão no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura da Intercom entre 2010 a 2016<sup>61</sup>, foi possível verificar a relevância de olhares críticos sobre o sistema de radiodifusão no Brasil. Observou-se, por meio de uma análise histórica da televisão no Brasil, que a implantação e o desenvolvimento da TV no Brasil, constituiu-se de forma concentrada, nas mãos de poucos conglomerados midiáticos, entre eles o Diários Associados, pertencente a Assis Chateaubriand. Hoje, a Rede Record, o Grupo Bandeirantes, e a Rede Globo, formam o mais poderoso e influente conglomerado midiático nacional. Como expõe Cabral:

E, como a Rede Globo, outros grupos veem a TV como um negócio interessante. Rede Globo, Bandeirantes e SBT destacam-se entre os principais conglomerados nacionais, chegando a quase todos os lares. A EBC (Empresa Brasileira de Comunicação – instituição pública de comunicação), Record e Rede TV também vêm trilhando o mesmo caminho. No caso dos grupos regionais, evidenciam-se: a Rede Brasil Sul (no Sul do país), atingindo quase todos os domicílios dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; as Organizações Jaime Câmara (no Centro-Oeste), com a TV Anhanguera; a Rede Amazônica de Rádio e Televisão que atua em cinco dos sete Estados da Região Norte; o Grupo Zahran, nos Estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Grupo Verdes Mares (Nordeste), no Estado do Ceará. (CABRAL, 2014, p. 5)

O cenário brasileiro é representado pela concentração dos meios de comunicação tradicionais nas mãos de poucos grupos. A Rede Globo é o principal oligopólio midiático

---

<sup>61</sup> O artigo está disponível em: <https://www.alaic.org/site/wp-content/uploads/2019/04/GT-6-ALAIC-2018.pdf>

brasileiro, e os mais estudados entre as pesquisas analisadas. Esses conglomerados, por meio de seu poderio, investem em estratégias globais, regionais e locais. Além de se associarem a grupos internacionais, se unem aos regionais, uma vez que estes se associam a emissoras locais, atingindo de forma mais rápida cidades e até povoados (CABRAL, 2014, p. 6). O objetivo é diversificar suas atividades, a estratégia é investir no conhecimento de públicos-alvo locais, identificando suas necessidades e atendendo-as com conteúdo que interessa às audiências, a partir da veiculação da chamada “programação de qualidade”. Outro fator que corrobora com o domínio desses conglomerados é o padrão tecnoestético, ao se entender, por esse conceito, “uma configuração de técnicas, de formas estéticas, de estratégias, de determinações estruturais, que definem as normas de produção cultural historicamente determinadas de uma empresa ou de um produtor cultural particular” (BOLAÑO, 2000, p.234 *apud* PREVEDELLO, 2010, p.4).

De acordo com Sérgio Capparelli, na década de 80 essa realidade já vinha sendo construída. A concentração das indústrias de informação se dava de três formas: horizontal - a empresa tinha vários empreendimentos dentro de um mesmo tipo de produção; diagonal - o grupo controlava outros ramos industriais, além da comunicação; e vertical - um empresário era, ao mesmo tempo, proprietário de emissoras de rádio, televisão, jornais e revistas. Esses grupos por meio de seu poderio promovem intervenções políticas de modo a engessar as políticas de comunicação no Brasil, e influenciar as decisões governamentais por meio de lobby. Essas estratégias permitem o crescimento e a manutenção do modelo de propriedade cruzada dos meios no país. Essas práticas de monopólio e concentração dos meios de comunicação se articulam ao que Suzy dos Santos (2006) denominam de coronelismo eletrônico. Ou seja, uma forma sistêmica e organizacional do sistema brasileiro de comunicação, sobretudo de televisão, baseada no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local. Tal fenômeno configura uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado regional de proprietários de meios de comunicação.

Esta configuração política tem vital importância no cenário das comunicações dada a posição estratégica da televisão aberta, como principal meio de informação do país e por ser um meio de recepção gratuita. Através dela os antigos coronéis políticos transformaram-se em coronéis eletrônicos que, em lugar da propriedade rural, usam agora a propriedade de estações geradoras e retransmissoras como forma de extensão dos seus poderes. (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p. 77-78)

Na visão dos pesquisadores, o coronelismo eletrônico deve ser entendido como um sistema que é perpassado por uma rede de relações entre poderes locais e federais que visa a manutenção de determinados privilégios. Assim, a propriedade dos meios de comunicação se constitui como um potente instrumento de força eleitoral e se mantém, por meio de relações de barganha clientelística. Entretanto, Suzy dos Santos ressalta que:

A oferta de novas tecnologias de comunicação, a globalização e a democratização da sociedade podem desarticular o coronelismo eletrônico, por isso, o coronel se aferra à posse da radiodifusão. Ao mesmo tempo, busca alianças com os empresários nacionais para receber conteúdo de qualidade oferecendo uma barreira aos grupos internacionais. O isolamento dos municípios em relação aos grandes centros representa aqui uma última herança do coronelismo relevante para a compreensão do coronelismo eletrônico. (SANTOS, 2006. p. 21).

Pesquisadores de Economia Política da Comunicação mostram que a diversificação e o investimento em conhecimento local são promovidos por mercados regionais. Os estudos de Marques e Dourado (2014), Cabral (2013); Brittos, Simões (2010) e Mota (2014) dão conta da realidade de diferentes mercados, como o sergipano, piauiense, amazonense e sul-rio-Grandense. Esses trabalhos expõem a influência das cabeças de rede sobre o conteúdo local, assim como analisam as formas pelas quais as identidades e paisagens regionais são representadas.

No tocante, o que se observa na regionalização da televisão e nas geradoras é a continuidade da lógica produtiva e comercial das grandes redes. Peruzzo (2006) afirma que a mídia local, nas suas várias formas de veiculação, tende a reproduzir a lógica dos grandes meios de comunicação, principalmente no que se refere ao sistema de gestão e aos interesses em jogo. O que vem como diferencial são as pautas que se voltam a prestar mais atenção às especificidades de cada região, mas a participação dos cidadãos nessa mídia que está sujeita ao controle dos dirigentes técnicos. (MARQUES; DOURADO, 2014, p.5).

Para esses pesquisadores a bibliografia sobre a regionalização da televisão revela que este termo tem sido utilizado em discursos de defesa da cultura, mas em decorrência dos interesses econômicos dos operadores dos meios de comunicação de massa. Assim, a referência à regionalização do meio surge em momentos distintos, de acordo com cada cenário histórico político-econômico. Os grupos regionais de comunicação são afiliados de grandes grupos nacionais e internacionais, e exercem influência política nas localidades onde estão inseridos.

A regionalização, bem como os novos canais gerados pela possibilidade da TV Digital, se insere em um contexto de multiplicidade da oferta, caracterizado por mudanças tecnológicas que envolvem a digitalização televisão, refletindo o domínio de mercados locais por parte dos grandes conglomerados de comunicação. A segmentação de conteúdo promovida pela TV por assinatura é outra estratégia empresarial que tem logrado êxito:

[...]o modelo comunicacional da Fase da Multiplicidade da Oferta destaca os aspectos como: a prioridade da lógica da demanda em vez da lógica da oferta o que permite aos consumidores finais do produto midiático a escolherem o seu *mix* de programação impactando na produção e programação do conteúdo comunicacional; aumento do gasto por pessoa no consumo de informação e entretenimento e uma customização do consumo (ALENCAR, 2011, p. 2)

Para Alencar (2011), as organizações do setor de TV paga nos últimos anos vêm utilizando a estratégia da fusão empresarial ou compra de participações acionárias entre si como

forma de aumentar suas ações no setor. Esta atuação pode resultar em uma concentração ainda maior de poder das organizações que desenvolvem atividades de produção e distribuição de recursos comunicacionais no mercado de televisão paga no Brasil.

Como evidencia Lopes (2013, p. 4):

Os altos investimentos em publicidade e propagandas nos meios audiovisuais e a emergência de uma sociedade baseada no consumo de “estilos de vida” provocou alterações no modo de produção televisivo. Tendo em vista essas novas condições de mercado, a TV por assinatura, a cabo ou satélite, passou a ser vista como um dos mais fortes meios para oferta de produtos diferenciados para públicos segmentados. Com a segmentação do consumo, surgem novos produtores e programadores de conteúdo, que necessitam de operadores de transmissão, horizontalizando a cadeia e abrindo espaço para novos atores interessados nesse mercado mais segmentado (BECERRA, 2011; BOLAÑO e BRITTOS, 2007; DANTAS, 2009, 2011; GALPERIN, 2004).

A implementação do formato segmentado no mercado televisivo alterou o modo de consumo do meio, fazendo com que parte da audiência da TV aberta migrasse para a TV por Assinatura, especialmente a classe A. Em 2013, observou-se a ocorrência desse fenômeno em todas as classes sociais devido à queda nos preços dos pacotes e à uma elevação do poder aquisitivo das classes C e D (LOPES, 2013).

Em relação à implantação da TV digital, o que se percebe é que não houve alterações substanciais na oferta de mais canais, e a melhoria do som e da imagem dependem, na maioria das vezes, da utilização de equipamentos com alta resolução, o que promove a aquisição de novos aparelhos de TV.

O processo de transição tecnológica do modelo analógico para o digital, também se constitui como uma questão que permeia diversos dos textos analisados neste levantamento. Para Cabral e Filho (2010), a digitalização é o resultado de um avanço tecnológico que se evidencia no final do século XX e que busca acelerar e expandir ainda mais os processos de comunicação midiáticos.

Apesar das tecnologias digitais intervirem em diferentes setores produtivos e alterarem o modo de se ver o planeta, como verificou Armand Mattelart (2000, p.120), a saída de um sistema para entrar em outro não necessita apenas de boa vontade e investimentos, é preciso levar em consideração questões e aspectos das áreas social, econômica e política. O processo de digitalização tem se mostrado “errático” no Brasil devido a vários aspectos, entre eles a dimensão espacial do país e os processos político-legislativos e econômicos, como o marco regulatório e a questão financiamento. Além disso, houve influência dos *lobbies* televisivos ao longo da implantação da digitalização dos meios e as posições da população não foram consideradas.

Assim, a TV Digital tem sido motivo de a frustração, ainda que possua diversas potencialidades: as possibilidades de múltiplos sinais de transmissão, a formatação de novos conteúdos, a interatividade e a inclusão digital. Como salienta Fonseca (2013) é preciso reconhecer que a “era digital” não funda outra lógica que regula e normatiza as comunicações, mas mantém e até fortalece as arquiteturas institucionais (políticas, econômicas e até jurídicas) de cada país e os interesses das indústrias do setor no mercado global.

A implantação da TV digital aberta no Brasil começou em 2003 no governo Lula, e é resultado, segundo diversos estudos, da troca de interesses entre o Estado e os grupos de mídia. A investigação de Bolaño e Britto (2007), evidencia que no Brasil, [o Ministério das Comunicações] estabeleceu um modelo de negócios flexível, que permite, por exemplo, existir em uma localidade um sistema de alta definição e em outro não, sugerindo que a ausência de possibilidades técnicas poderia ser compensada com maior quantidade de canais. Esta composição privilegiou uma das principais reivindicações das grandes redes de televisão. Assim, segundo Cabral e Filho (2010), a maneira como os serviços de TV Digital foram implementados ficaram destituída de critérios públicos e passaram a ser definidos mediante interesses privados

Esse processo de digitalização, como constata Juliana Marques de Carvalho, trouxe à pauta discussões sobre o papel desempenhado pela TV Pública no país. Segundo a autora, a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTD) evidenciou que o Brasil passava por um momento de transição e adaptação na sua estrutura capitalista e no modo de fazer tevê e, naquele momento, a televisão pública poderia sair da condição marginal a que foi submetida por tantos anos (CARVALHO, 2012, p.1).

A TV pública, segundo Scorsim (2000 apud MELO, 2012, p.5), é uma modalidade de radiodifusão não privativa do Estado, com autonomia editorial e administrativa, devendo o seu gerenciamento ser implantado de forma independente do Governo, o qual não deve interferir na nomeação dos dirigentes, nem na programação. Segundo o autor, a TV pública se diferencia do sistema da TV estatal, que presta um serviço privativo do Estado para oferecer ao cidadão conteúdos informativos, culturais e educativos. Cabendo ao governo a função de financiar esse sistema, nomear seus titulares e exercer controle sobre sua programação. O segmento das emissoras de televisão públicas no Brasil, por sua vez, é constituído por uma diversidade de modelos de estruturação e transmissão com finalidades e regulamentações variáveis. Existem diferentes tipos de emissoras públicas de televisão, como as TVs Educativas, TVs Universitárias, e os canais dos poderes Legislativo, Judiciário e do executivo, e há formas diferenciadas de concessão, de regulação, de financiamento e de conceituação da TV Pública:

As TVs públicas no Brasil configuram um campo complexo e instigante. Apesar de ter em comum uma “aura pública”, são canais com características bem distintas, processos próprios de construção e consolidação. Apresentam origens, práticas e objetivos distintos. São produzidas em condições políticas, administrativas e técnicas próprias, além de sofrerem diferentes regulamentações. (TORRES, 2009, p.29 apud PREVEDELLO, 2010, p.1)

Entretanto, no Brasil existe uma diversidade de tipos de emissoras de TV, como os canais legislativos das esferas municipal, estadual e federal, que operam sem uma legislação que estabeleça as suas condições de utilização, gestão e financiamento. As Tvs Universitárias sofrem com o mesmo problema: a falta de um marco regulatório para seu funcionamento e financiamento, bem como para obtenção de suporte tecnológico para a produção e veiculação de conteúdo. O mesmo ocorre com o segmento de Tvs Educativas, as quais são obrigadas a terceirizarem sua produção e a vender espaços publicitários para manter seu funcionamento (LOPES, 2010), o que caracteriza um desvio de finalidade de suas funções.

Parte das concessões educativas, além de atuarem com o desvio de função com uso comercial, político ou religioso, aproveitam da ausência de regras para criar suas próprias redes a partir da estrutura das educativas. É neste cenário marcado pela debilidade da legislação, ausência de controle social em que os concessionários constituem as próprias regras que a TV Brasil busca consolidar a rede nacional de comunicação pública (LOPES, 2015, p. 4)

Segundo Melo (2012) este fenômeno é preocupante, visto que dificulta a elaboração detalhada de um mapa da mídia eletrônica legislativa no Brasil e o acompanhamento da sociedade sobre o cumprimento dos objetivos destas emissoras.

A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), a TV Brasil, foi implantada para atender à antiga aspiração da sociedade brasileira por uma televisão pública nacional, independente e democrática. A finalidade da TV Brasil seria complementar e ampliar a oferta de conteúdo, oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania<sup>62</sup>. Entretanto, em 2007, o estudo de viabilidade de implantação da TV Pública, realizado pela Câmara Legislativa<sup>63</sup> já havia demonstrado falta de definições expressas em lei dos conceitos de televisão estatal, comercial e pública.

Nazareno (2007) ressalta que na legislação brasileira existente há apenas a definição de radiodifusão e da radiodifusão para fins educativos. Assim como a diferenciação entre emissoras comerciais e estatais. Entre as radio-difusoras existe também a denominação de canais públicos, atribuída de forma errônea aos canais estatais, ou seja, aqueles explorados por

---

<sup>62</sup> Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/tv-publica-ebc/tv-brasil-sua-tv-p%C3%BAblica>

<sup>63</sup> Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema4/2007\\_4317.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema4/2007_4317.pdf)

entidades com origem em alguma esfera da Administração Pública. Essa confusão de definição de conceitos decorre do artigo 223 da Constituição Federal, posterior à legislação sobre radiodifusão, e que previu a complementaridade do sistema em três esferas, privado, público e estatal. A legislação da radiodifusão está prevista na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, no Código Brasileiro de Telecomunicações. No período de formatação destas leis não havia a hipótese de uma TV pública independente do Estado e com controle social. E, ainda hoje, não há uma definição legislativa precisa para esse sistema. Pesquisas acadêmicas têm contribuído para o entendimento da TV Pública como um veículo de comunicação que representa os interesses plurais da sociedade, com independência administrativa e política, e que se diferencia dos veículos estatais, pois esses estariam alinhados com os interesses do Governo.

No entanto, em 2019, a medida que consta na Portaria nº 216, acentuou o caráter estatal da EBC/TV Brasil, violando o princípio constitucional da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal de comunicação, expresso no artigo 223 da Carta Magna. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), sob coação do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, promoveu a unificação da TV Brasil, principal canal público de televisão do país, com a emissora estatal NBR, que veicula atos e informações do Governo Federal<sup>64</sup>.

Hoje, os debates em torno da regulação e funcionamento das TVs Públicas são muito importantes, pois esses canais se constituem como alternativas ao sistema de televisão aberta, sob controle de grandes empresas e ancorados na comercialização da programação, podem oferecer pluralidade de vozes e de representações de diferentes segmentos sociais e corroborar para a democratização dos meios de comunicação.

O Canal da Cidadania, por exemplo, desponta como uma alternativa aos conteúdos veiculados pelas emissoras comerciais e com grande potencial de programação mais diversa. Para Oliveira (2015), com a regulação do Canal da Cidadania e a transmissão de canais comunitários através de sinal aberto digital, abrem-se novas perspectivas. Segundo o autor, o Canal da Cidadania poderá contribuir para a revitalização da vida cotidiana ao proporcionar espaço para o debate, o desenvolvimento da cidade, o fortalecimento da justiça social e a construção da cidadania, em acordo com práticas constitucionais que contribuem para a democracia (OLIVEIRA, 2015).

---

<sup>64</sup> Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/04/ebc-unifica-canais-publico-e-estatal-e-viola-constituicao/>

Os trabalhos apresentados no Grupo de Pesquisa de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura da Intercom entre os anos de 2012 e 2016<sup>65</sup> lançam luzes sobre diferentes questões relacionadas aos diferentes sistemas de televisão no país, as suas formas de produção e de consumo. Santos (2013), por exemplo, analisa “A PluriTV e as novas formas de produzir, distribuir e consumir audiovisual”; Marques e Dourado (2011) e Soares e Dourado (2016), por sua vez, investigam o Jornal Nacional; já Baptista (2010), examina a “Economia do Desejo e da Felicidade em Narrativas Televisivas Contemporâneas”. Além de promover uma discussão diversificada sobre a articulação entre televisão e Economia política, estes estudos se destacam pelo empirismo das pesquisas realizadas, apropriando-se de outras metodologias e técnicas de investigação para compreender questões políticas, econômicas e ideológicas imbricadas nas práticas televisivas. Para Santos (2008), os pesquisadores que se debruçam sobre a Economia Política da Comunicação participam ativamente no processo social de construção dos seus objetos de estudo, pois em suas formulações teóricas e análises empíricas estão embutidas práticas de militância política na defesa da democratização da comunicação:

É imprescindível adotar um olhar crítico para retratar empiricamente os objetos das comunicações, sob a luz de um propósito também crítico, o da necessidade emergencial de participação ativa da pesquisa científica no processo de construção de um ambiente de comunicações efetivamente democrático. (SANTOS, 2008, p. 15)

Não obstante, além das perspectivas apontadas por pesquisadores da Economia Política da Comunicação, há outras abordagens pertinentes à análise da televisão, como destacamos em seguida.

#### 4.2 DA TV EM FORMAÇÃO À TV EM TRANSIÇÃO

A televisão é um meio que se recria desde que foi implantada no país (França, 2006). As atuais reconfigurações de linguagens e de formatos, os usos sociais e os aparatos tecnológicos imbricados na produção e no consumo da TV revelam que o meio continua em transição no ambiente convergente (Becker, 2016). Hoje, a televisão está em todos lugares, é um objeto quase onipresente, que disponibiliza informação e entretenimento e pode ser acessado por meio de *tablets* e *smartphones*. Porém, quando a primeira transmissão televisiva foi ao ar, em setembro de 1950, a TV era uma incógnita. Anos depois, passou a ocupar um espaço nobre na casa dos brasileiros, no centro da sala, e por diversas transformações até se firmar

---

<sup>65</sup> Disponível em: [https://www.alaic.org/site/wp-content/uploads/2018/06/GT\\_6.pdf](https://www.alaic.org/site/wp-content/uploads/2018/06/GT_6.pdf)

como a mídia de maior impacto na sociedade brasileira (RIBEIRO, SACRAMENTO, ROXO, 2010).

Historicamente, a estruturação da TV no país ocorreu na década de 1950, a partir das primeiras experiências e transmissões realizadas pelas precursoras TV Tupi, Tv Paulista, TV Record e TV Rio. A implantação da televisão no Brasil resultou em grande parte da iniciativa do empresário Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, proprietário dos Diários Associados, o qual trouxe esse grande empreendimento para o país. Mas, a televisão em seus primórdios também incorporou e integrou a estética popular do circo, as tradições do teatro de variedade, bem como temas e autores da dramaturgia universal (BELCAVELLO, 2010; MATTOS, 2010), bem como a experiência do rádio. Nesse período, começou a nascer um público televisivo que se constitui a partir de um imaginário tecnológico sobre a televisão (BARBOSA, 2010), um meio capaz de tornar os acontecimentos do mundo ainda mais próximo, ou seja, transformando o planeta através da medição televisiva em uma “Aldeia Global”. A televisão torna-se uma tecnologia que:

insere, definitivamente, o país na modernidade; possibilidade decorrente da capacidade inventiva do homem; ampliação da reprodução sobre a forma de imagens do mundo; meio mais completo do que a radiotelegrafia, que permitiu a eclosão das ondas sonoras nos espaços domésticos (BARBOSA, 2010, p. 16)

Após adentrar os lares e salas de visitas, os televisores se multiplicaram por espaços sociais, como bares, restaurantes e vitrines, promovendo o hábito da ação compartilhada de ver a experiência social. Porém, os primeiros anos da TV foram marcados pela improvisação, pela gênese de um discurso televisivo e pela consolidação de uma audiência. Neste período, nasceram as primeiras produções teleficcionais e a estética televisiva brasileira. No entanto, a TV torna-se instrumento relevante para a construção de um projeto de nação pautado pelo governo militar (BECKER, 2016). A partir de um forte investimento na estrutura de telecomunicações do país, a televisão se moderniza e se populariza na década de 1970, devido também a consolidação de certas práticas de “como fazer televisão”, e também por se tornar mais acessível a um maior número de pessoas (BERGAMO, 2010, p. 59). A administração, a produção, a programação e o quadro de profissionais televisivos sofrem muitas mudanças para oferecer uma programação que despertasse o interesse e a fidelidade de grandes audiências nesse período. Essas transformações no fazer televisivo de diferentes gêneros continuaram a ocorrer nas décadas seguintes, e a TV ganha centralidade na mídia e no cenário cultural e político nacional como meio de fomento a comportamentos e debates, ainda que sob regras determinadas pelas organizações. Ao analisar o desenvolvimento da televisão brasileira,

Mattos (2002; 2010) explica que este meio de comunicação passou por seis fases que levam em conta o contexto sócio-econômico-político e cultural, assim como seu modelo de financiamento e administração.

A primeira fase da televisão brasileira é chamada pelo autor de “elitista”, correspondente ao período de 1950 a 1964. Nessa época, os televisores eram tidos como bens de luxo e de difícil acesso à maioria das pessoas, fazendo parte do cotidiano apenas das famílias ricas. Esse quadro mudará apenas com o início da produção dos aparelhos televisores no país em escala industrial. O período entre 1964 a 1975 é nomeada pelo autor de “populista”. Nesta segunda fase, a TV passou a representar um modelo de modernidade para o imaginário social, houve a regionalização de emissoras seguida da instalação de canais em cidade do interior e o barateamento dos aparelhos possibilitou a sua aquisição por famílias de classes trabalhadoras. A etapa seguinte”, de 1975 a 1985, é intitulada por Mattos (2002; 2010) de “desenvolvimento tecnológico. Nesse período, ocorre o desenvolvimento e a implementação das redes de TV nacionais, a Rede Globo de televisão começa a se constituir como a principal emissora do país, com a produção de suas telenovelas e a edificação de seu padrão de qualidade, tornando-se referência no modo de fazer televisão no Brasil. Outras três fases são indicadas pelo pesquisador. Na etapa “da transição e da expansão internacional”, de 1985 a 1990, é intensificada a exportação de programas. De 1990 a 2000, inicia-se a fase da “globalização e da Tv paga”, e, a partir dos anos 2000, a televisão entra nas fases da “convergência” e da “qualidade digital”, caracterizada pelas relações entre TV e internet e por tentativas de estabelecer uma maior interatividade com o telespectador.

Atualmente, as discussões sobre televisão refletem sobre a inserção do meio na cultura digital, sobre a sua expansão por diferentes plataformas e as formas de participação das audiências. Esses debates, atrelados a queda de audiência da televisão e a rápida ascensão da internet, apontam um processo de mudança social, cultural, tecnológica e econômica do meio, que levam alguns autores a pensar sobre o fim da *broadcast* televisão (CARLON, FECHINE, 2014), ancorada em uma grade de programação fixa e vertical, direcionada a grandes audiências. A crise deste modelo de televisão do século XX, deve-se ao desenvolvimento e aos usos de novos dispositivos midiáticos e a emergência de plataformas e redes sociais, que modificam práticas de produção e de recepção de conteúdos audiovisuais, o que resulta em formas mais individualizadas de assistir e customizar o conteúdo televisivo através de múltiplos canais. Assim, a habilidade e o poder de representar o mundo em áudio e vídeo deixaram de ser ações exclusivas das mídias tradicionais, sobretudo da TV, especialmente a partir do uso dos smartphones e da experiência da segunda tela (BLAKE, 2017, BECKER, 2018).

Hoje, a televisão ainda perdura como um dos principais meios de informação e oferece programas e conteúdo importantes para a sociabilidade. Mas, a TV não pode mais ser compreendido apenas como um meio, exclusivamente, massivo, uma vez que se expande em diferentes plataformas e dispositivos com diferentes linguagens e há distintas formas de consumo e apropriação de seus conteúdos e formatos audiovisuais. (BECKER, 2016). Já é possível observar, inclusive, que a televisão apresenta experiências de transmídiação. Fecchine (2014), define a TV transmídia como um modelo de produção orientado pela distribuição em distintas mídias e plataformas tecnológicas de conteúdos associados entre si, cuja articulação está ancorada em estratégias e práticas interacionais propiciadas pela cultura participativa estimulada pelos meios digitais. Nesse novo cenário, a televisão sobrevive e continua sendo um dos principais e mais importantes meios de comunicação social, capaz de entreter, informar e agendar a pauta social, dando visibilidade a determinados temas e acontecimentos do Brasil e do mundo. Como considera Orozco (2014, p.103), temos uma TV em transição, que está deixando de ser uma tela dominante para ser uma tela a mais entre muitas outras que, rotineiramente, atingem amplos setores da audiência. Entretanto,

a TV continua a ser o meio dominante de divulgação e de acesso a notícias em áudio e vídeo em diferentes partes do mundo e também no Brasil, reunindo os maiores investimentos publicitários e constituindo um grande negócio para empresários e anunciantes. (BECKER, 2016, p. 12)

De fato, a televisão ainda exerce centralidade no ambiente convergente e, segundo Orozco (2014), continua a ser a rainha da mídia. Para este pesquisador e também para Miller (2012), enquanto não existir outra tela como a da TV, que ofereça ao seu público as gratificações procuradas sem pedir quase nada em troca, a televisão seguirá existindo. Isso porque, a televisão, mais que qualquer outro meio, é responsável pela disseminação e partilhamento de códigos, referências, representações e pelo estabelecimento de uma pauta ou roteiro de atenção (FRANÇA, 2006). A partir da relevância e da importância da televisão na vida social, que passamos na próxima seção a pensar o telejornalismo na construção da realidade, uma fonte de mediação entre o mundo real e o simbólico que nos auxilia a viver, a compreender e analisar a experiência cotidiana.

#### 4.3. AS NOTÍCIAS NA TV: UMA FORMA DE CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO

Um dos mais importantes gêneros televisivos é o telejornalismo que se constitui a partir do imbricamento de práticas profissionais seculares do jornalismo e das características intrínsecas ao meio televisivo. Os gêneros televisivos contemplam processos complexos de

produção e recepção de produtos midiáticos (NEGRINI, 2018). Estes gêneros, de acordo com Silva (2010), são formas culturais que estão sujeitas a alterações de fundo histórico-cultural. Gomes (2007), ao estudar os gêneros televisivos a partir das considerações de Raymond Williams, evidencia que a reflexão sobre gêneros, é uma forma de pensar determinado programa e situar a audiência da televisão em relação aos assuntos e aos modos como este organiza e destina os conteúdos ao público. Nesse sentido os gêneros televisivos emergem como uma estratégia de comunicabilidade (GOMES, 2007), que engloba os momentos de produção e recepção televisiva. Para Negrini (2018), é o gênero televisivo que proporciona ao telespectador a oportunidade de posicionamento diante da escolha de sua programação; é através dele que o público vai decidir se quer assistir a um telejornal, uma telenovela, uma série.

Os gêneros permitiriam entender o processo comunicativo não a partir das mensagens, mas a partir da interação. Os gêneros são formas reconhecidas socialmente a partir das quais se classifica um produto dos media. Em geral, os programas individualmente pertencem a um gênero particular, como o melodrama ou o programa jornalístico, na TV e é a partir desse gênero que ele é socialmente reconhecido. Colocar a atenção nos gêneros implica reconhecer que o receptor orienta sua interação com o programa e com o meio de comunicação de acordo com as expectativas geradas pelo próprio reconhecimento do gênero. Os gêneros funcionam como uma espécie de manual de uso. (GOMES, 2002, p. 182).

Os programas telejornalístico, um dos mais importantes gêneros televisivos, são considerados por Itania Gomes (2007) como uma variação específica na programação da televisão, compondo um gênero. O programa jornalístico televisivo, está impregnado de regras discursivas do campo jornalístico e, também, da TV. O telejornal propriamente dito, dentro da caracterização estabelecida pela pesquisadora e também por Duarte (2007), se constituiria como um subgênero do programa jornalístico televisivo, assim como os programas de entrevistas e os documentários veiculados na TV. Duarte (2007a) explicita como o gênero e subgênero televisivos podem ser entendidos:

Por gênero televisivo, compreende-se uma macroarticulação de categorias semânticas capazes de abrigar um conjunto amplo de produtos televisuais que partilham umas poucas categorias comuns. Os gêneros seriam modelizações virtuais, modelos de expectativa, constituindo-se em uma primeira mediação entre produção e recepção; referem-se ao tipo de realidade que um produto televisual constrói, ao tipo e forma de real a que está ligado e ao regime de crença que propõe ao telespectador. Os subgêneros são atualizações de um gênero, que podem se manifestar sob diferentes tipos de produtos televisuais. O subgênero diz muito mais que o gênero de um determinado produto televisual. Assim, qualquer telespectador distingue um telejornal de um programa de entrevista, da mesma forma como identifica, até mesmo pelos horários, se se trata de um ou outro (Idem, p. 15).

Segundo pesquisadores do Obitel<sup>66</sup>, entretanto, as discussões feitas sobre os gêneros televisivos sempre estiveram atreladas a rótulos que servem para identificar os programas dentro da programação. Porém, tais gêneros têm características singulares, como aponta Fechine (2001):

Os gêneros televisuais podem ser definidos, portanto, como unidades da programação definidas por particularidades organizativas que surgem do modo como se coloca em relação ao apelo a determinadas matrizes culturais (o que inclui toda a “tradição dos gêneros” das mídias anteriores), a exploração dos recursos técnico-expressivos do meio (dos códigos próprios à imagem videográfica) e a sua própria inserção na grade da programação em função de um conjunto de expectativas do e sobre o público (Idem, p. 18).

Para a pesquisadora, os gêneros se adaptam a uma contínua transformação de discursos que se replicam e se renovam e não deveríamos rotular cada programa, pois há um hibridismo nas mídias contemporâneas e uma infinidade de possibilidades de categorização. Assim, a autora propõe enquadrar os programas não mais em “gêneros institucionalizados”, mas a partir da forma como se organizam a partir de determinados formatos. A noção de formato remete à toda dinâmica de produção e recepção da televisão, a partir daquilo que lhe parece mais característico como princípio de organização, corresponde a uma fragmentação tanto das formas quanto dos modos de consumo.

Contudo, Frazão (2013) destaca que é por meio dos gêneros e subgêneros que os telespectadores conseguem reconhecer a proposta do programa, mesmo desconhecendo a forma como este produto é produzido. Portanto, para que possamos estudar o telejornal como gênero televisivo, é necessário, primeiramente, contextualizar o jornalismo como um sistema, uma atividade profissional e uma instituição que sacia nosso desejo por notícias, novidades e informações, bem como nos auxilia a vivenciar experiências sociais e a compreender e interpretar os acontecimentos e fatos sociais do Brasil e do mundo.

Em acordo com Kovach e Rosenstiel (2003), precisamos das notícias para viver nossas vidas, para nos proteger, nos ligarmos uns aos outros e identificarmos amigos e inimigos. A informação jornalística é um elemento que influencia a qualidade de vida, nosso pensamento e até mesmo a cultural. Franciscato (2005) também enaltece o caráter singular das notícias:

Além de oferecer relatos periódicos sobre os pequenos movimentos da vida urbana local e das nações, o jornalismo cria hábitos culturais e sociais que têm, em si, um componente temporal: a notícia estimula a interação entre as pessoas, seja na simultaneidade dos procedimentos de leitura quando no debate direto dos conteúdos

---

<sup>66</sup> A discussão sobre gêneros e formatos televisivos está presente em: (Re)invenção de gêneros e formatos da ficção televisiva: anuário Obitel 2016. Disponível em: <http://obitel.net/wp-content/uploads/2016/09/obitel-portugues-2016-1.pdf>

noticiosos, conduzindo para uma tomada de decisões visando a produzir uma ação pública. (Idem, p .63)

As notícias se constituem como uma construção sobre acontecimentos do mundo social (ALSINA, 2009), formam parte de uma realidade simbólica, pública e cotidiana veiculada pelos meios de comunicação e legitimada pelos profissionais do jornalismo. A construção social da realidade a partir do jornalismo é um processo, segundo Alsina (Idem) e Berger e Luckmann (1979), de institucionalização das práticas e dos papéis na vida cotidiana. Esse processo é, ao mesmo tempo, socialmente determinado e subjetivamente construído. Essa construção se manifesta na visão dos autores através das mediações sociais do jornalismo e dos meios de comunicação que se autolegitimam como enunciadores da realidade, por meio da produção das notícias. Alsina (idem, p. 46) ainda assevera que a mídia é quem cria a realidade social. Os acontecimentos chegam a nós através da mídia e são elaborados mediante construções discursivas nas rotinas produtivas. Mas, estas estratégias são reconhecidas pelo público, o qual confere credibilidade a essas enunciações e reconhece a legitimidade das organizações jornalísticas para decidir o que são as notícias. Assim, identificar a centralidade do jornalismo e dos meios de comunicação na produção da realidade simbólica, a partir da produção de acontecimentos midiáticos, não implica desconsiderar a audiência como ator relevante nos processos de significação da experiência cotidiana. A relação entre jornalistas e audiência se firma por meio de um contrato social historicamente definido.

Os jornalistas têm a incumbência de recopilar os acontecimentos e os temas importantes e dar-lhes sentido. Esse contrato baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade social de importância pública. (ALSINA, 2009, p. 47).

A cultura profissional jornalística edificou ao longo dos séculos complexos procedimentos e critérios de noticiabilidade<sup>67</sup> que subsidiam os jornalistas no processo de seleção dos fatos sociais e sua transformação em notícias. Esse método e essa forma de agir fortalecem a manutenção do contrato social e o espaço de mediação social dos jornalistas e dos meios de comunicação.

Na televisão, a informação jornalística ganha mais força e verossimilhança com os acontecimentos do mundo real em decorrência das imagens veiculadas pelos telejornais, produções simbólicas que aproximam os indivíduos da realidade de uma forma muito especial.

A representação feita pela mídia da realidade vai muito além da própria realidade que se pode perceber. Isto é, o olho eletrônico chega aonde o olho humano não chega. Um

---

<sup>67</sup> Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. (TRAQUINA, 2008, p.63)

caso paradigmático é o uso de diversas tecnologias nos programas esportivos da televisão. É o olho eletrônico que nos permitirá descobrir o que não vimos na realidade. É assim que a mídia nos aproxima dos acontecimentos, de uma forma absolutamente diferente para o indivíduo. (ALSINA, 2009, p. 129).

No jornalismo a mediação da realidade física e social gera representações de acontecimentos diversos, como terremotos, enchentes e eleições, que fazem parte de uma segunda realidade, a realidade midiática. Esta deve ser entendida como uma representação simbólica de uma realidade primária. Nesse sentido, a condição de produzir uma realidade secundária, segundo Liriam Sponholz (2009), advinda do papel de mediação do jornalismo, não pode ser anulada. Ou seja, é preciso compreender que o noticiário sobre um comício eleitoral jamais será o mesmo que o comício em si. Contudo, a realidade midiática não é apenas uma representação da realidade física, uma vez que ela engloba aspectos dessa primeira realidade vinculada à produção simbólico dos meios de comunicação. Em síntese, a realidade midiática constitui-se como uma nova existência capaz de gerar efeitos e significados no ambiente social, como a experiência cotidiana construída pelos telejornais.

As notícias dos telejornais são o resultado de um complexo processo de planejamento, elaboração e execução das atividades jornalísticas e de técnicas, da captação, elaboração, redação e edição das notícias à performance presumida das audiências (VIZEU, 2008). As notícias são fruto de enquadramentos, ou seja, de ideias organizadoras que utilizam imagens, planos, sons e palavras que dão sentido aos acontecimentos. São uma mescla de informação/desinformação e muitas vezes de entretenimento que nos permitem vivenciar, processar, estruturar e conhecer o mundo (BECKER, 2016).

As notícias, veiculadas nos telejornais, possuem características e modos de organização discursiva específicos e reconhecidos como importantes fontes de conhecimento sobre o mundo.

é preciso deixar claro que o formato telejornal é um tipo específico de produção de informação para a tevê que prima pela apresentação de notícias, sem, contudo, preocupar-se em emitir, diretamente, opiniões e/ou interpretações sobre os fatos narrados. Conta com regras de produção objetivas e costuma repetir a estrutura interna do programa tanto em cenários, apresentadores fixos e divisão em blocos (...). Para o telejornalismo ou os programas jornalísticos na televisão, a informação que é repassada sofre processos de configuração discursiva, pois seguem alguns critérios de noticiabilidade específicos da mídia tevê e, também, rotinas que são da produção do jornalismo. (EMERIM & CAVENAGHI, 2012, p. 3).

No campo da comunicação e do jornalismo diversos autores como (BECKER, 2005, 2016; COUTINHO, 2012, 2013; EMERIM, 2018; VIZEU 2008, PORCELO, 2015; GUTMANN 2014) entre outros pesquisadores, têm identificado as estratégias discursivas do telejornal, suas mediações e relevância para as sociedades complexas. Para Vizeu (2008), os

telejornais são a grande praça pública do Brasil e exercem uma função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade, contribuindo dessa forma para a organização do mundo circundante. Segundo o pesquisador, o telejornalismo é um lugar de construção simbólicas e de fundamental importância para a compreensão da produção, circulação e consumo de sentidos na sociedade. Ele defende que o telejornal se constitui como lugar de referência para os brasileiros, lugar este tão importante quando a família, os amigos, a escola, a religião e o consumo.

Becker (2005) aponta ainda que os noticiários da TV aberta funcionam como experiências únicas, cotidianas e coletivas de representação e construção da realidade, refletindo e interferindo na expressão das identidades nacionais. Segundo a pesquisadora, os telejornais são os produtos de informação de maior impacto na sociedade contemporânea e as principais fontes de informações para a maioria da população brasileira, oferecem uma forma familiar de entender o mundo e contam a história cotidiana por meio de uma tessitura singular de imagens e palavras e da combinação de outros códigos audiovisuais (BECKER, 2016, p.14).

A autora destaca que:

Objetivamente, a função do telejornal é narrar, dar conta dos principais fatos sociais de diferentes países em todo o mundo. Ao mesmo tempo ordena, ou melhor, reordena a experiência social do cidadão nas comunidades e em diferentes cidades. Tem, por isso, uma função política e, ao mesmo tempo, pretende ser uma abertura para o mundo. Utiliza linguagem e discurso complexos, regularidades e estratégias enunciativas singulares, que devem ser reveladas para que possamos compreendê-lo como um gênero. (BECKER, 2005, p.22)

De fato, o telejornal constitui-se como uma forma específica de conhecimento e de compreensão da realidade (EKSTRÖM, 2002). Vizeu (2005) ressalta que um dos primeiros pesquisadores a trabalhar essa perspectiva foi Park (1972), alicerçado nos preceitos de William James, um dos principais representantes do pragmatismo, movimento filosófico que exerceu profunda influência no pensamento norte-americano durante parte do século XX. Segundo este pensador, existem dois tipos fundamentais de conhecimento: *o conhecimento de e o conhecimento acerca de*. No primeiro caso, teríamos uma espécie de conhecimento que adquirimos em nossos encontros pessoais e de “primeira mão” do mundo que nos rodeia. Já o conhecimento acerca de é formal, é o conhecimento que atinge certo grau de precisão e exatidão, substituindo a realidade concreta por ideias e as coisas por palavras (VIZEU, 2005).

O jornalismo, assim como outras formas de conhecimento não consegue espelhar a realidade tal como ela, uma vez que esse processo é sempre perspectivo, seletivo e construtivo.

A realidade midiática é seletiva. Ela segue as mesmas regras que um ser humano obedece para entrar em contato com a realidade. Só alguns aspectos do mundo exterior são absorvidos. A realidade midiática apresenta a realidade primária através de uma extrema redução de complexidade. (SPONHOLZ, 2009, p. 105)

Entretanto, não é por constituírem uma redução da realidade objetiva que as notícias são uma forma de conhecimento menos importante, já que essa forma de narrativa jornalística é capaz de produzir novos sentidos e conhecimentos. As notícias servem para orientar as pessoas no mundo, uma vez que a complexidade e amplitude do mundo real não nos permite experimentar e vivenciar por nós mesmo todos os aspectos, fenômenos e acontecimentos do mundo físico e social.

Adelmo Genro Filho também defende a tese do jornalismo como uma fonte de conhecimento, para este pesquisador, como explica Pontes (2015), o jornalismo informativo realiza uma forma de apreensão da realidade que difere de outras modalidades de conhecimento, como a arte e a ciência. No entender de Genro Filho (1977), o conhecimento jornalístico constitui um gênero e não apenas um grau de abstração. O autor explica que o aspecto central desse gênero de conhecimento é a apropriação do real pela via da singularidade, ou seja, pela reconstrução possível da integridade de sua dimensão fenomênica. Nesse sentido, não se trata simplesmente de um conhecimento que faz as pessoas sentirem-se à vontade no mundo que escolheram, mas que abre perspectivas de entender e refletir sobre a realidade social.

Assim, compreendemos o jornalismo como importante forma de conhecimento e o telejornalismo como lugar de construção realidade social, discussão que retomaremos adiante no capítulo 5 e que ampara a análise do objeto de estudo desta Tese. Sob essa perspectiva, pretendemos analisar as produções de dois telejornais brasileiros, um de uma emissora comercial, a Rede Globo, e outro de uma emissora pública, a TV Brasil, para conhecer como são atribuídos sentidos às relações étnico-raciais e à representação da negritude. Consideramos que uma emissora pública deve trabalhar temas que são importantes à sociedade de forma diferenciada das emissoras estatais e da TV comercial. Coutinho (2013), ressalta, inclusive, que uma emissora pública poderia possibilitar a difusão de diferentes vozes, imagens e sons e abrir espaço para a pluralidade de opiniões e perspectivas, permitindo, assim, o exercício do direito à comunicação, o que vai além do direito à informação de qualidade. Dessa forma, concordamos com a pesquisadora ao indicar que a prática de um telejornalismo público liberto de perspectivas mercadológica e das pressões do estado, deve avançar para além da distinção forma-conteúdo, convencionalizada pelos padrões normativos do telejornalismo brasileiro, que impede a oferta de informação de qualidade nas emissoras comerciais e estatais. Para que o jornalismo público avance e produza o tipo de notícias de real interesse público ele deveria ser aferido, seguindo padrões de excelência específicos: a) a busca pelo contraditório, como elemento constitutivo das narrativas das reportagens, promovendo a incorporação de diferentes pontos de vistas e olhares sobre os temas considerados relevantes; b) a incorporação da questão da diferença; que

deveria ser construída em uma relação de alteridade com o modelo veiculado nas emissoras comerciais, principalmente em relação à participação e diálogo com o público e c) a promoção de novos discursos e representações dos brasileiros, por meios de seus noticiários.

Coutinho (2013) também salienta que os telejornais atuam como forma de ordenamento do mundo social e de reconhecimento dos indivíduos na sociedade brasileira. A pesquisadora defende que os telejornais de uma emissora pública, como a TV Brasil, deveriam propiciar espaço para a representação de diferentes grupos identitários.

Essa perspectiva ou orientação reclamaria especial atenção para a incorporação e representação das chamadas minorias não apenas via a realização de pautas específicas, mas na cobertura cotidiana, na representação da população de um modo geral. Isso se justifica na medida em que não haveria um único brasileiro, uma identidade padrão, mas diferentes públicos que os telejornais deveriam narrar em suas edições com os quais eles deveriam representar. (COUTINHO, 2013, p. 33)

É com esse objetivo de debater sobre a visibilidade e a invisibilidade da população negra na produção noticiosa, verificando as vozes e constando as temáticas sobre a negritude pela perspectiva do reconhecimento e das representações sociais desse grupo identitário que analisamos o Repórter Brasil e o Jornal Nacional. Acreditamos que a maior pluralidade de vozes, discursos e representações sobre a população negra nas reportagens televisivas pode colaborar para a qualidade das produções telejornalísticas e para ampliar os debates sobre relações raciais no país, fomentando novos discursos e visibilidades sobre a negritude.

## **5. PLURALISMO E ALTERIDADE: A NEGRITUDE NO JORNAL NACIONAL E NO REPÓRTER BRASIL**

Os discursos sociais produzidos sobre o jornalismo pela academia, pelos meios de comunicações e pelos jornalistas, o apresentam como instituição fundamental para a democracia, uma vez que uma imprensa livre está, historicamente, vinculada à construção de regimes democráticos (LAGO, 2010; NEVEU, 2005). A reprodução de tais discursos não deixa de conferir ao jornalismo prestígio e relevância social, mas há um contrato social firmado entre a imprensa e o público leitor que rege o compromisso com o fornecimento de informações de qualidade à sociedade (CHARAUDEAU, 2010). Ou seja, “a informação deve manter uma relação específica com a realidade, de modo a não favorecer este ou aquele agente (ou grupo social) [...] e o produto jornalístico deve, de alguma forma, oferecer um quadro amplo e não distorcido sobre o que acontece” (LAGO, 2010, p.164). Essa perspectiva está associada às responsabilidades sociais do jornalismo, ao seu vínculo com o interesse público e às obrigações inerentes ao exercício do jornalismo conformadas em seus ideais de exatidão, imparcialidade, objetividade e capacidade de assegurar a informação à sociedade com credibilidade e isenção. Porém, os discursos jornalísticos tendem a privilegiar os interesses políticos e econômicos das empresas e organizações midiáticas e o bom jornalismo exige compromisso em fornecer informações não tendenciosas sobre os fatos sociais transformados em acontecimentos midiáticos.

Em um período de presença marcante da cultura das mídias na formação das identidades coletivas e individuais, entretanto, mais do que o empenho em produzir informações que visem o interesse público para o fortalecimento do ideal democrático, o jornalismo precisa se abrir espaço para a multiplicidade de opiniões (LAGO, p.166-167), às “várias experiências da sociedade e de suas expressões”, saber “captá-las onde elas têm pouca capacidade de se fazer ouvir institucionalmente” e dar vozes a atores sociais distintos “de modo a suscitar a reflexão de públicos mais vastos” (LAGO, 2010, p. 157). Um jornalismo pluralista é aquele que além de ratificar sua responsabilidade e compromisso social com o interesse público visa incorporar o Outro, e a diferença em suas narrativas e discursos, oferecendo um novo olhar para as práticas socioculturais. Adicionar o Outro em suas narrativas, significa um “encontro” com a alteridade, com as diferentes maneiras de ser, pensar e agir no mundo, o que exige dos jornalistas elaborarem narrativas e representações não reducionistas referentes às múltiplas identidades, acolher a pluralidade social e desconstruir a imagem que os profissionais projetam sobre um

público ideal composto pelas camadas médias e altas da população (Lago, 2010). No entanto, essa não é uma tarefa fácil, uma vez que muitas das ações dos profissionais de informação estão cristalizadas em procedimentos cotidianos em suas rotinas produtivas e tensionadas por valores que permeiam os seus próprios repertórios culturais (Idem).

Nesse sentido, seguindo a metáfora dos óculos de Bourdieu (1997), é necessário trocar os óculos dos jornalistas, de modo a fazê-los enxergar não só a pluralidade de discursos, mas a diferença de pessoas e identidades, oferecendo espaços iguais às diversas representações sociais. Incorporar o Outro, portanto, implica uma nova percepção sobre o mundo, uma gramática que incorpore a diversidade e a diferença nos discursos jornalísticos e também na produção acadêmica. Nesse sentido, abraçando a necessária perspectiva da promoção da diferença e da diversidade, analisamos neste capítulo as narrativas do Jornal Nacional (JN) e do Repórter Brasil (RB) sobre negritude, com o intuito de investigar como o “Outro” é representado no telejornalismo brasileiro.

## 5.1 EXPLICITAÇÃO METODOLÓGICA DA ANÁLISE TELEVISUAL

Amparados na metodologia da Análise Televisual (AT) proposta por Becker (2005; 2016; 2012), buscamos compreender como as relações étnico-raciais são noticiadas no Jornal Nacional (JN) e no Repórter Brasil (RB), considerando que a AT permite realizar uma leitura crítica de conteúdos e formatos audiovisuais veiculados nesses noticiários. Este percurso metodológico é constituído por três etapas: 1) Descrição e contextualização do objeto em análise; 2) Análise televisual, reunindo as análises quantitativa e qualitativa e 3) Interpretação dos resultados. Na análise quantitativa são aplicadas seis categorias: Estrutura Narrativa; Temática; Enunciadores; Visualidade; Som; e Edição. Na análise qualitativa são considerados três princípios de enunciação: *Fragmentação*; *Dramatização*; e *Definição de Identidades e Valores*. As categorias e os princípios de Enunciação serão explicitados adiante na sessão 5.1.2.1 e 5.1.2.2. Tal percurso metodológico pode ser utilizado em uma análise comparativa de dois objetos do mesmo gênero discursivo, observando como os códigos audiovisuais são combinados na produção de sentidos em cada um dos produtos ou obras audiovisuais (BECKER, 2012; 2016).

Na terceira fase da AT, na Interpretação dos Resultados, associamos três conceitos, utilizados como categorias nesta investigação, para analisar como a negritude e as questões étnico-raciais são construídas nos telejornais estudados. Duas dessas categorias são inspirados nas reflexões de Nancy Fraser sobre justiça social: *Redistribuição e Reconhecimento*. Nesta

Tese, a aplicação da categoria *Redistribuição* contempla conteúdos noticiosos associados às demandas por distribuição econômica e desigualdade social. A categoria *Reconhecimento* vinculada às matérias que estimulam a visibilidade positiva dos negros, reconhecem os problemas causados pelo racismo estrutural e expressam a importância da cultura negra e de suas contribuições para a constituição da identidade brasileira. Segundo a filósofa norte-americana, a realização da justiça social requer iniciativas que promovam a redistribuição material de recursos produtivos e de renda, bem como o reconhecimento cultural e simbólico das contribuições de diferentes grupos sociais e étnicos, e somente chegaremos a sociedades mais igualitárias e menos desiguais se o reconhecimento e a redistribuição estiverem integrados nas políticas e na agenda públicas (FRASER, 2006b).

A terceira categoria que utilizamos é a *Representação*, amparada no conceito de representação social de Stuart Hall (2016). Esta categoria é adotada para verificar a presença de negros em matérias sobre temas importantes que repercutem na mídia. Assim, buscamos entender os modos como a negritude é tecida no *JN* e no *RB* e como o telejornalismo constrói a nação imaginada (ANDERSON, 2008). Apresentamos, em seguida, os primeiros resultados do estudo quantitativo da Análise Televisual do *corpus* selecionado, em diálogo com o trabalho anteriormente realizado, “Representações e (in) visibilidades da negritude no telejornalismo brasileiro: o negro e as relações étnico-raciais são notícias na TV?” (BECKER, SILVA, 2018), que muito contribuiu para a sistematização dos achados e para o avanço desta investigação.

### **5.1.1. Contextualização e descrição**

Como destacamos na introdução, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2016, pretos e pardos compõe 54,9% da população brasileira. Entretanto, essa população ainda sofre com um racismo amenizado pelo mito da democracia racial comprovado por índices socioeconômicos e educacionais, pela invisibilidade e pela representação negativa ou estereotipada da negritude na mídia. Contudo, ações de combate à desigualdade e políticas afirmativas organizadas pelos movimentos sociais negro têm corroborado com transformações neste cenário, por meio da busca de implementação de ações que visem à redistribuição de recursos econômicos e o reconhecimento dos problemas causados pelo racismo estrutural, bem como da valorização da negritude para a constituição da identidade brasileira.

O reconhecimento dessas demandas reivindicadas pelo ativismo negro e a presença e a representação do negro nos meios de comunicação são fundamentais para a transformação de certas realidades sociais. Para Ramos (2002), a invisibilidade do negro, do racismo e das questões étnico-raciais na mídia e no telejornalismo ainda funciona como instrumento de

exclusão do negro no Brasil. Dessa forma, discutir as dinâmicas da mídia frente às questões de raça e etnicidade é, em grande medida, discutir as matrizes do racismo no país. Os meios de comunicação são, por assim dizer, um caso-modelo de reprodução das nossas relações sociais (RAMOS, 2002, p. 8). Contudo, a promoção da superação do racismo e o combate aos preconceitos também estão imbricados na atuação da mídia (BECKER, SILVA, 2018), não é possível promover um processo de transformação cultural e de superação do racismo, e de combate aos preconceitos sem as visibilidades e representações midiáticas. Nesse sentido, os telejornais têm um papel fundamental nessa transformação. A nossa hipótese de trabalho é que o jornalismo televisivo se encontra na “fase da diversidade”, ou seja, é capaz de representar a diversidade cultural existente em nosso país, contudo seus procedimentos, suas dinâmicas de produção, seus arcabouços teóricos, ancorados em determinados critérios de noticiabilidade, estão de certa forma tão cristalizados, que impedem a adoção da diferença em suas produções, impedindo a circulação de discursos sobre a diversidade e a diferença cultural, essencializando certas representações e estereótipos sobre o negro. A relação entre o negro e os meios de comunicação no Brasil, por muito tempo, foi marcado pela invisibilidade da negritude e por representações estereotipadas sobre relações étnico-raciais. Todavia, acreditamos que as narrativas telejornalísticas tomadas pela perspectiva da diferença podem ser relevantes no processo de autonomia do sujeito, sendo uma estratégia de combate à Injustiça Cultural, e de promoção do reconhecimento cultural e simbólico da população negra no Brasil. Esta investigação visa realizar um estudo das representações da população negra no telejornalismo, através de uma análise comparativa das narrativas do Jornal Nacional e o Repórter Brasil.

Estes noticiários foram escolhidos porque são os principais programas jornalísticos das emissoras de televisão privadas e públicas no Brasil, veiculados no horário nobre da grade de programação televisiva, e são assistidos por grande parte da população em todo território nacional. Objeto de estudo de diversas pesquisas acadêmicas, o Jornal Nacional (JN) da Rede Globo de televisão, a maior emissora comercial do país, foi exibido pela primeira vez no dia 1º de setembro de 1969. Hoje, com cinquenta anos de existência, o JN é reconhecido não apenas no Brasil, como no exterior, reunindo importantes prêmios internacionais. O objetivo deste noticiário é mostrar as principais notícias do Brasil e do mundo com clareza, isenção, pluralidade e correção (BONNER, 2009). Já o Repórter Brasil (RB)<sup>68</sup>, cuja gestão é de responsabilidade da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), surgiu no dia 3 de setembro

---

<sup>68</sup> <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=19945>

de 2007. O RB foi o primeiro produto jornalístico da TV Brasil, emissora pública criada a partir da fusão da TV Nacional, da TV Educativa do Rio de Janeiro e da Educativa do Maranhão. Por constituírem-se como um espaço para que os cidadãos se expressem e se representem, reduzindo uma lacuna entre comunidade e atores sociais, as emissoras públicas são uma importante fonte de estudo para a análise do telejornalismo e de sua função social. O Repórter Brasil, mais que uma experiência de unificação de telejornais de diferentes emissoras públicas é um espaço de representação social distinto do formato apresentado nas emissoras comerciais. Segundo Coutinho (2013), a emergência de um telejornal em uma emissora pública de amplitude nacional, colabora com a produção de notícias de interesse público, fomentando a pluralidade de vozes, a democratização do acesso à comunicação e à informação, e a representação e incorporação das chamadas minorias na cobertura cotidiana desse telejornal, ainda que sob tensionamento políticos acentuados pelas recentes mudanças da lei referentes à EBC. Deste modo, destacamos a importância da análise de ambos os telejornais.

### **5.1.2. Análise televisual**

O *corpus* total constituído para esta investigação é composto por 168 edições, 84 edições de cada um dos telejornais acima referidos, na etapa da contextualização da Análise Televisual. O volume do *corpus* é de cerca de 110 horas de material audiovisual, aproximadamente 48 horas do Repórter Brasil e mais de 60 horas do Jornal Nacional. A coleta do material foi realizada durante sete meses, de novembro de 2017 a maio de 2018. Foram analisadas duas semanas consecutivas de cada um dos meses referidos, totalizando 14 semanas de cada uma das produções televisivas, do dia 13 de novembro de 2017 ao dia 19 de maio de 2018.

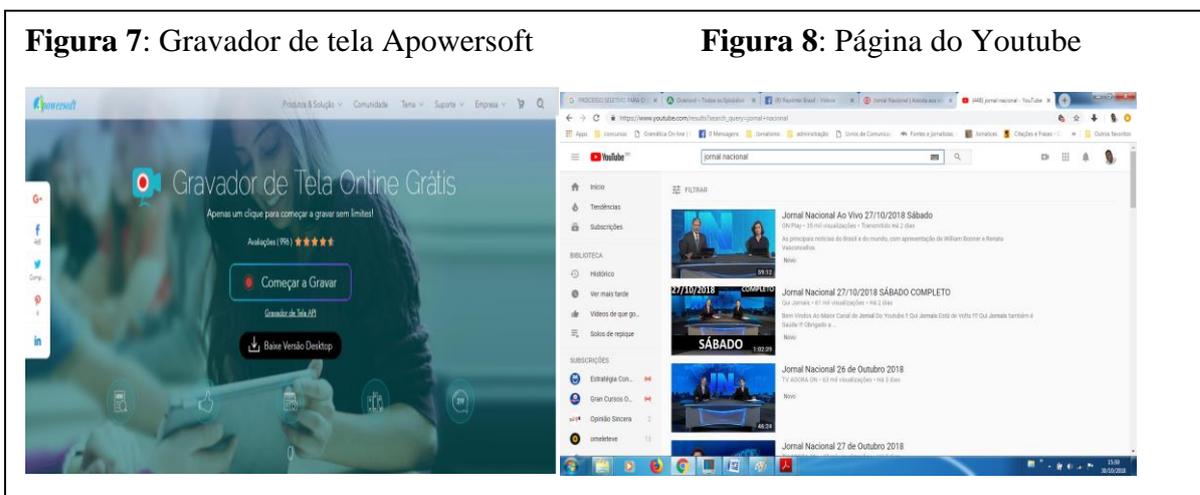
A escolha do primeiro período de análise foi proposital, uma vez que compreende a semana anterior e posterior ao Dia da Consciência Negra e a celebração do dia de Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro, bem como a do período final, compreendendo a celebração do dia 13 de maio, onde se comemora a Abolição da Escravatura. Supúnhamos que no período próximo a essas datas comemorativas haveria uma maior visibilidade da negritude e das relações étnico-raciais e que nos meses de dezembro a abril estas temáticas seriam menos recorrentes nas edições dos telejornais estudados. Assim, observamos como e quando a população negra é noticiada. A gravação do JN foi feita por meio da plataforma *Globoplay*, das

Organizações Globo, e a coleta das edições do *RB* foi realizada mediante o uso do programa *Apowersoft*<sup>69</sup> no *Facebook*, na página da TV Brasil na internet e em canais no *Youtube*.



Fonte: Globoplay<sup>70</sup>

Fonte: Facebook<sup>71</sup>



Fonte: Apowersoft<sup>72</sup>

Fonte: Youtube<sup>73</sup>

<sup>69</sup> Este programa pode ser utilizado, gratuitamente, e permite a gravação de conteúdos em diferentes telas.

<sup>70</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com> Acesso em: 13 de nov. 2017

<sup>71</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede> Acesso em: 13 de nov. 2017

<sup>72</sup> Disponível em: <https://www.apowersoft.com.br/gravador-de-tela-gratis> Acesso em: 13 de nov. 2017

<sup>73</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com> Acesso em: 13 de nov. 2017

### 5.1.2.1. AT: Análise Quantitativa

A segunda etapa do percurso metodológico da Análise Televisual (AT), como antes mencionado, é formada por uma análise quantitativa e uma análise qualitativa (BECKER, 2012, 2016). Neste capítulo, aplicamos as seis categorias deste percurso metodológico explicitadas abaixo e, em seguida, apresentamos os primeiros resultados alcançados.

1. **Estrutura narrativa:** é aplicada para perceber como o texto audiovisual é organizado, as características narrativas do produto audiovisual, o estilo de narração, a divisão em blocos, a duração. Segundo Becker (2012) deve-se levar em conta também o contexto onde a obra é produzida e distribuída;
2. **Enunciadores:** esta categoria oferece a possibilidade de identificar os atores sociais que participam da narrativa, observando seus modos de enunciação, os depoimentos, as diferentes vozes presentes e ausentes nos relatos. A utilização desta categoria permite identificar a participação de repórteres e apresentadores negros, as fontes e personagens negras que ocupam o espaço nas narrativas audiovisuais dos telejornais analisados;
3. **Visualidade:** a observação dos elementos visuais das enunciações, como os cenários, os recursos gráficos e os modos como se apresentam em cena os atores sociais que participam das narrativas é viabilizada mediante a aplicação desta categoria;
4. **Temática:** conteúdos e temas privilegiados em cada uma das edições dos telejornais estudados são aferidos por esta categoria, que nos auxilia ainda a identificar quais são as pautas sobre a negritude e as relações étnico-raciais transformadas em notícias;
5. **Som:** esta quinta categoria evidencia como os elementos sonoros, palavras, ruídos e trilhas sonoras estão articulados com os elementos visuais e atribuem sentidos ao texto. Assim, avaliamos as formas de sonorização das matérias e a exploração do áudio nas narrativas jornalísticas do *corpus* eleito para análise;
6. **Edição:** utilizada para examinar os processos de montagem da obra audiovisual, esta última categoria permite compreender como as combinações entre texto verbal e imagem produzem sentidos.

### 5.1.2.1.1. Estrutura Narrativa

A Aplicação da categoria Estrutura da Narrativa permitiu identificar que o *Jornal Nacional* é exibido de segunda-feira a sábado a partir das 20h30 minutos, com tempo de duração entre 35 minutos a 46 minutos, divididos em três ou quatro blocos. A estrutura narrativa do *JN* não é fixa e sofre variabilidades, em função do grau de relevância dos acontecimentos atribuídos pelos editores. No entanto, o primeiro bloco do telejornal quase sempre é o que tem maior tempo de duração, reunindo a escalada, com os temas considerados os mais importantes do dia e matérias de Política e de Economia, operações policiais, desastres naturais e grandes tragédias urbanas. No segundo bloco, são privilegiados conteúdos sobre Saúde, Tecnologia, Consumo, Cotidiano, Previsão do Tempo e acontecimentos internacionais. As notícias sobre Esporte e Cultura, bem como matérias mais “leves” tendem a ocupar o último bloco.

No período estudado, foram veiculadas em média 18 produções por dia, totalizando 1533 conteúdos jornalísticos. Porém, apenas 182 matérias, correspondentes a 11,8% das notícias do telejornal, trataram de questões associadas aos negros. O *JN* produz em média cerca de 4h e 15 minutos de conteúdo jornalístico por semana.

A estrutura narrativa da edição noturna do *Repórter Brasil* possui características distintas daquelas do *JN*. No período estudado, o *RB* teve dois formatos de exibição, no primeiro período que compreende os meses iniciais da pesquisa de novembro de 2017 a fevereiro de 2018, o telejornal foi exibido de 19h45 as 20h30 com um tempo regular de cerca de 41 minutos diários de duração. A partir de março, o telejornal sofreu reconfigurações em seu formato, no tempo de duração e no horário de exibição. O noticiário passou ser veiculado com aproximadamente 26 minutos e a partir das 20h.

**Figura 9:** Novo cenário Repórter Brasil



Fonte: Facebook, 14 de maio de 2018<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1626571774137486/>  
Acesso em: 17 de nov. 2017

O tempo de duração médio da produção semanal do RB é de cerca de 4h05 minutos, totalizando 32h26 minutos de conteúdo noticioso na primeira fase de observação. Na segunda etapa, dos meses de março a maio, o tempo médio semanal foi de 2h35 minutos semanais e 15h29 minutos. Este noticiário é dividido em três blocos com intervalos de 2 minutos e oferece matérias com maior diversidade e pluralidade temática do que o *JN*. Além de um resumo das principais notícias do dia, o *RB* apresenta notícias sobre consumo, cotidiano, educação e cidadania e veicula reportagens especiais sobre relações raciais e diversidade de gêneros. O *RB* também oferece no final de cada bloco um espaço de interação com o telespectador, o quadro “*Pergunta do Dia*”, que possibilita a participação do cidadão por meio de povo-fala – breves depoimentos seguidos uns dos outros em resposta a uma questão –, e da página do noticiário no *Facebook*, a partir da apresentação uma notícia sobre um tema específico.

**Figura 10:** Chamada TV Brasil Facebook.

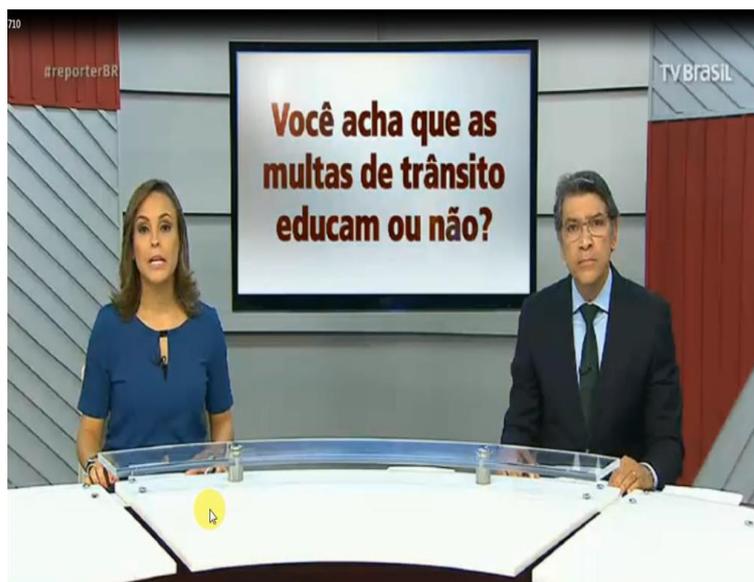


Fonte: Facebook, 17 de novembro de 2017<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1438876819573650/>. Acesso em: 17 de nov. 2017

**Figura 11:** Chamada Pergunta do Dia Facebook



Fonte: Facebook, 17 de novembro de 2017<sup>76</sup>

Entretanto, com a diminuição do tempo do telejornal nos meses de março, abril e maio, o telejornal diminuiu o número de matérias, principalmente, as provenientes de estados das regiões Norte e Nordeste do país, perdendo diversidade e pluralidade em suas representações.

Este quadro marca uma distinção importante entre esse telejornal e o *JN* ao abrir espaço para as audiências. Outra característica do *RB* é o giro de notícias internacional, destacando as principais informações do noticiário internacional. O *RB* produziu no período um total de 1647 matérias, e apenas 152 notícias sobre negritude e relações étnico-raciais, ou seja 9,2% do conteúdo jornalístico foram dedicadas a questões referentes aos negros. Essas matérias sobre negritude representam 5h48 minutos.

Durante as duas semanas de cada um dos sete meses analisados foram exibidas 109h e 8 minutos de produção noticiosa, mas o tempo total de reportagens sobre a negritude neste período corresponde a aproximadamente 14h07 minutos, sendo 5h48 (39,9%) produzidas pelo *RB* e 8h19 (59,1%) pelo *JN*. O *corpus* total desta investigação, formado por 3.175 matérias, corresponde a 108h08 minutos de produção noticiosa do *JN* e do *RB*. Porém, apenas 334 destas notícias, ou seja, 10,5% das matérias de ambos os noticiários, continham a presença de negros como personagens, ofereciam visibilidade à negritude, protagonismo à cultura negra ou abriam espaço para um debate sobre as relações étnico-raciais no país no período estudado.

---

<sup>76</sup>Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1438876819573650/>. Acesso em: 21 de out. 2018.

A pesquisa também nos permitiu analisar e quantificar a produção noticiosa sobre a população negra e sua relação com os formatos do discurso jornalístico televisivo<sup>77</sup>, durante o período de investigação foram utilizados oito formatos: chamada; notícia, reportagem, nota locutor (texto verbal enunciado apenas pelo locutor na bancada do telejornal sem imagens do acontecimento), nota coberta (texto enunciado pelo locutor em *off* com imagens dos acontecimentos), pergunta do dia, ao vivo e entrevista. Na tabela abaixo é possível confirmar que o formato notícia é o mais utilizado, seguido por reportagens e notas cobertas.

**Tabela 8:** Formatos jornalísticos utilizados

Formatos Jornalísticos	Repórter Brasil	Jornal Nacional	Total
chamada	0	2	2
notícia	99	129	228
reportagem	18	23	41
nota seca	6	10	16
nota coberta	17	18	35
pergunta do dia	3	0	3
ao vivo	5	0	5
Entrevista	4	0	4

Fonte: Autoria própria

A supremacia da utilização dos formatos jornalísticos notícia e notas evidencia que temáticas sensíveis e questões relativas à negritude e às relações étnico-raciais são abordadas no telejornalismo apenas quando se referem à acontecimentos cotidianos ou em pautas previstas na agenda midiática. Exemplos deste procedimento foram as veiculações de notícias sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, o Carnaval e eventos desportivos. Poucas são as reportagens que procuram problematizar a participação do negro na sociedade e contribuir para esse debate.

---

<sup>77</sup> Compreende-se aqui como formatos do discurso jornalísticos: notícia, reportagem, nota, nota seca; entrevista e enunciação ao vivo. Esta noção de formato aqui utilizada é amparada nos trabalhos de MARQUES DE MELO (2010) e CHAPARRO (1998). Segundo os autores, cada um dos gêneros jornalísticos- informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário- possuem variantes estilísticas e, por essa razão, devem ser agrupados em formatos específicos, por meio dos quais se materializam o discurso jornalístico. Assim, nesta Tese, assumimos a seção Pergunta do Dia do Repórter Brasil como um formato.

### 5.1.2.1.2. Temática

A aplicação da categoria *Temática* nos permitiu observar quais são os temas privilegiados nas representações dos negros em ambos os telejornais. No Jornal Nacional, a participação negra teve maior representação em 55 matérias com foco na violência urbana, em 32 sobre manifestações artística e socioculturais e em 29 reportagens referentes à esportes. A negritude também esteve representada no conteúdo noticiosos internacional neste telejornal em 21 matérias, com destaque para a deposição do ditador do Zimbábue, Robert Mugabe. Já o Repórter Brasil deu maior relevância à temática da violência urbana em 18 notícias, e às manifestações artísticas e socioculturais em 15 produções, e ainda aprofundou temas sobre relações étnico-raciais no país com a veiculação de 13 conteúdos sobre esta temática. O Quadro 1 demonstra o número de matérias que representaram a negritude no JN e no RB no período estudado.

**Quadro 1:** Enquadramento temático das notícias

ENQUADRAMENTO TEMÁTICO DAS NOTÍCIAS	REPÓRTER BRASIL	JORNAL NACIONAL
Participação em esportes	2	29
Notícias internacionais	20	21
Índices sobre desigualdades sociais, econômicas e mercado de trabalho	19	9
Negritude e violência urbana	20	55
Racismo e violências físicas e simbólicas	29	2
Celebrações e datas comemorativas	5	7
Negritude e educação	4	3
Arte, cultura e religiosidade	23	32
Cotidiano	22	20
Políticas, legislação e ações governamentais	6	3
Negritude e identidade	2	1

Fonte: Autoria própria

As figuras abaixo são exemplos de frames de duas matérias exibidas neste mesmo intervalo de tempo pelo Jornal Nacional e pelo Repórter Brasil. A primeira, veiculada no JN, mostra uma foto do ditador do Zimbábue, Roberte Mugabe, durante a sua deposição. A segunda reportagem, exibida pelo Repórter Brasil, aborda as mulheres negras e a desigualdade social.

**Figura 12:** Chamada matéria sobre deposição de Roberte Mugabe, ditador do Zimbábue



Fonte: Jornal Nacional dia 15 de novembro de 2017<sup>78</sup>

**Figura 13:** Mulheres negras sofrem com as desigualdades no Brasil



Fonte: Repórter Brasil dia 15 de novembro de 2018<sup>79</sup>

Na Tabela 9, abaixo, podemos verificar o tempo total dedicado à visibilidade das relações étnico-raciais e à negritude no *Jornal Nacional* e no *Repórter Brasil*, assim como o número de conteúdos noticiosos na escalada e de reportagens veiculadas no período estudado sobre esta temática. Como é possível verificar das 1439 notícias produzidas durante a coleta, apenas 134, ou seja, 9,3% continham a presença de negros como personagens, ou ofereciam visibilidade e protagonismo a negritude e a cultura negra, assim como permitiam um debate sobre as relações étnico-raciais no país.

<sup>78</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6291866/programa/> Acesso em: 21 de out. 2018

<sup>79</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1440806266047372/> Acesso em: 21 de out. 2018

**Tabela 9:** Análise Comparativa da Estrutura Narrativa do JN e RB

	PERÍODO DE ANÁLISE	TEMPO TELEJORNAL	TEMPO NEGRITUDE	NOTÍCIAS ESCALADA	NEGRITUDE ESCALADA	PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS	NEGRITUDE NAS PRODUÇÕES	PRESEÇA REPÓRTERES NEGROS
<b>REPÓRTER BRASIL TV BRASIL</b>	ENTRE 13 A 25 DE NOVEMBRO DE 2017	08:11:26	02:03:53	67	18	224	46	16
	ENTRE 11 A 23 DE DEZEMBRO DE 2017	08:09:47	00:35:26	69	6	302	17	13
	ENTRE 08 A 20 DE JANEIRO DE 2017	08:10:42	00:43:48	63	1	256	19	28
	ENTRE 5 A 17 DE FEVEREIRO DE 2018	07:54:48	00:56:36	68	4	256	22	15
	ENTRE 5 A 17 DE MARÇO DE 2018	05:10:30	00:18:16	51	2	202	11	20
	ENTRE 2 A 14 DE ABRIL DE 2018	05:09:16	00:15:10	52	4	204	11	10
	ENTRE 7 A 19 DE MAIO DE 2018	05:09:45	00:54:58	55	8	198	26	10
	<b>TOTAL</b>	<b>47:56:14</b>	<b>5:48:07</b>	<b>425</b>	<b>43</b>	<b>1642</b>	<b>152</b>	<b>112</b>

JORNAL NACIONAL TV GLOBO	PERÍODO DE ANÁLISE	TEMPO TELEJORNAL	TEMPO NEGRITUDE	NOTÍCIAS ESCALADA	NEGRITUDE ESCALADA	PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS	NEGRITUDE NAS PRODUÇÕES	PRESENÇA REPÓRTERES NEGROS
	ENTRE 13 A 25 DE NOVEMBRO	08:11:41	00:48:21	97	6	208	25	13
	ENTRE 11 A 23 DE DEZEMBRO	08:32:19	00:29:56	96	5	235	13	14
	ENTRE 08 A 20 DE JANEIRO	08:32:45	00:37:28	87	1	214	16	9
	ENTRE 5 A 17 DE FEVEREIRO	08:15:40	02:16:10	90	15	218	44	12
	ENTRE 5 A 17 DE MARÇO	08:48:35	01:43:23	82	14	222	32	1
	ENTRE 2 A 14 DE ABRIL	08:58:52	00:32	87	4	217	13	10
	ENTRE 7 A 19 DE MAIO	08:52:38	01:51:20	93	14	219	39	11
	TOTAL	60:12:30	8:19:18	632	59	1533	182	70
	TOTAL RB+JN	108:08:44	14:07:25	1057	102	3175	334	182

Fonte: Autoria própria.

### 5.1.2.1.3. Enunciadores

A utilização da categoria *Enunciadores* nos auxiliou a identificar a participação de repórteres, apresentadores, fontes e personagens negros na narrativa audiovisual dos telejornais analisados. O *JN* foi apresentado por doze duplas de âncoras e por quatorze diferentes jornalistas, mas entre eles apenas Heraldo Pereira é negro. Ele apresentou o *JN* na edição de sábado 25 de novembro de 2017, dividindo a bancada com Carla Vilhena, sábado 17 de fevereiro de 2018 e durante duas semanas de janeiro com Giuliana Morrone, período em que os âncoras titulares, William Bonner e Renata Vasconcelos, estavam de férias. No quadro abaixo estão identificadas todas as duplas de apresentadores que atuaram com âncoras do Jornal Nacional no período analisados.

**Quadro 2:** Âncoras do Jornal Nacional.

Duplas que apresentaram o Jornal Nacional no período entre 13 de novembro de 2017 e 25 de maio de 2018
WILLIAM BONNERE // RENATA VASCONCELLOS
MONALISA PERRONE // CHICO PINHEIRO
HERALDO PEREIRA // CARLA VILHENA
ANA LUIZA GUIMARÃES // GIULIANA MORRONE
HERALDO PEREIRA // GIULIANA MORRONE
CHICO PINHEIRO // GIULIANA MORRONE
RODRIGO BOCARDI // SANDRA ANNENBERG
RODRIGO BOCARDI // GIULIANA MORRONE
ALEXANDRE GARCIA // SANDRA ANNENBERG
CESAR TRALLI // ANA PAULA ARAÚJO
RODRIGO BOCARDI // MONALISA PERRONE
WILLIAM BONNER // ANA PAULA ARAÚJO

Fonte: Autoria própria

**Figura 14:** Willian Bonner e Renata Vasconcelos, âncoras titulares JN



Fonte: Jornal Nacional dia 13 de novembro de 2017<sup>80</sup>.

**Figura 15:** Heraldo Pereira na apresentação do JN



Fonte: Jornal Nacional dia 08 de janeiro de 2017<sup>81</sup>

Os principais apresentadores do *Repórter Brasil* edição noturna são os jornalistas Pedro Pontes e Katiuscia Neri. No sábado, o telejornal é ancorado por apenas um jornalista. Ao longo do período analisado, três duplas de jornalistas compartilharam a bancada do RB. Mas, entre esses profissionais, somente Luciana Barreto é negra.

<sup>80</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6286644/programa/> Acesso em: 21 de out. 2018

<sup>81</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6407905/programa/> Acesso em: 22 de set. 2018

**Quadro 3:** Âncoras do Repórter Brasil.

Duplas que apresentaram o Repórter Brasil no período entre 13 de novembro de 2017 e 25 de maio de 2018
PEDRO PONTES // KATIUSCIA NERI
OUSSAMA EL GHAOURI // KATIUSCIA NERI
PEDRO PONTES // MANOELA CASTRO
LUCIANA BARRETO
MARCELO CASTILHO

Fonte: Autoria própria

**Figura 16:** Katiúcia Neri e Pedro Pontes, âncoras titulares RB



Fonte: Repórter Brasil dia 13 de novembro de 2017<sup>82</sup>.

<sup>82</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1438876819573650/> Acesso em: 21 de out. 2018

**Figura 17:** Luciana Barreto apresentando o RB



Fonte: Repórter Brasil dia 08 de janeiro de 2017<sup>83</sup>

Entre as 1533 matérias veiculadas pelo *JN* no período estudado, houve a presença recorrente das jornalistas Zileide Silva em 11 matérias e de Maria Júlia Coutinho em 58 apresentações da Previsão do Tempo. Estes 69 conteúdos jornalísticos por elas enunciados representam 4,5% de todas as matérias veiculadas pelo *JN* nas edições observadas.

**Figura 18:** Zileide Silva, repórter JN



Fonte: Jornal Nacional dia 13 de novembro de 2017<sup>84</sup>.

<sup>83</sup> <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1480396242088374/> Acesso em: 22 de set. 2018

<sup>84</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6286644/programa/> Acesso em: 21 de out. 2018

**Figura 19:** Maria Júlia Coutinho, repórter da previsão do tempo, JN



Fonte: Jornal Nacional dia 13 de novembro de 2017<sup>85</sup>

No mesmo período, o *RB* exibiu 1642 matérias com a participação de 14 repórteres negros e afrodescendentes em 97 reportagens, correspondentes a 5,9% do conteúdo jornalístico estudado. Seis deles têm presença regular no noticiário: Luanda Belo, Iara Bauduíno, Paulo Leite, Thiago Pimenta, Tatiana Costa e Luciana Barreto. Os outros jornalistas participaram somente uma ou duas vezes no telejornal nas edições das semanas analisadas.

**Figura 20:** Luciana Barreto, repórter RB



Fonte: Repórter Brasil dia 14 de novembro de 2017<sup>86</sup>

<sup>85</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6286644/programa/> Acesso em: 21 de out. 2018

<sup>86</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1439835829477749/> Acesso em: 22 de set. 2018

**Figura 21:** Iara Baduíno, repórter RB



Fonte: Repórter Brasil, dia 15 de novembro de 2017<sup>87</sup>

**Figura 22:** Luanda Belo, repórter RB



Fonte: Repórter Brasil dia 23 de novembro de 2017<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1440806266047372/> Acesso em: 22 de set. 2018

<sup>88</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1448918238569508/> Acesso em: 23 de out. 2018

**Figura 23:** Paulo Leite, repórter RB



Fonte: Repórter Brasil dia 08 de janeiro de 2017<sup>89</sup>

A pesquisa evidenciou que nas matérias e assuntos de maior abrangência nacional das editoriais de política e economia, que ocupam a maior parte das produções jornalísticas do *JN*, a participação de afrodescendentes é praticamente inexistente. Identificamos que o espaço destinado aos negros como fontes de informação se manifesta, na maioria das vezes, na forma de breves depoimentos populares em matérias relacionadas ao cotidiano dos grandes centros urbanos, como personagem que sofre, promove ou testemunha atos de violência urbana; para ilustrar matérias pautadas em dados sobre desigualdades sociais no país e ainda em manifestações culturais, celebrações e práticas desportivas, mais especificamente, nas coberturas jornalísticas do Carnaval, do Dia Nacional da Consciência Negra e de jogos de futebol ( Figuras 22 e 23).

**Figura 24:** Douglas Chocolate, interprete de escola de samba entrevistado JN



Fonte: Jornal Nacional dia 13 de janeiro de 2017<sup>90</sup>

<sup>89</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1494480817346583/> Acesso em: 24 de out. 2018

<sup>90</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6420809/programa/> Acesso em: 24 de set. 2018

**Figura 25:** Pele, ex-futebolista, personagem matéria JN

Fonte: Jornal Nacional dia 15 de janeiro de 2017<sup>91</sup>

Com menor evidência, os negros também serviram como fonte de informação como ativistas e membros de organizações não governamentais em seis matéria e responderam como especialistas em 28 reportagens. Ao longo dos sete meses desse estudo, os negros foram utilizados como fontes de informação 186 vezes nas 1533 matérias exibidas pelo *JN*. O quadro número 4 expressa a participação de pessoas negras como fontes de notícias no Jornal Nacional.

**Quadro 4:** Fontes Negras JN

Fontes Jornal Nacional								
Típos de Fontes	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Número Geral de Fontes
Oficial				1		1		2
Empresarial								0
Institucional	4	1			3		1	5
Individual/Popular	6	9	8	20	5	3	9	60
Personagem/Testemunhal	8	7	5	15	12	9	25	81
Especialista		1		20	3	1	3	28
Ativista/Membros de ONG	1			2	2		1	6
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>58</b>	<b>25</b>	<b>14</b>	<b>39</b>	<b>186</b>

Fonte: Autoria Própria

<sup>91</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6423963/programa/> Acesso em: 24 de set. 2018

Esta investigação mostra que as pessoas brancas ainda são aquelas que possuem maior poder de fala no telejornalismo produzido pelo Jornal Nacional. As imagens abaixo (Figuras 24 e 25) correspondem a dois exemplos da recorrência de depoimentos de pessoas brancas em matérias sobre Política e Economia, conteúdos de maior visibilidade no JN.

**Figura 26:** Romero Juca, político, em entrevista para o JN



Fonte: Jornal Nacional 13 de dezembro de 2017<sup>92</sup>

**Figura 27:** Fontes matéria de economia JN



Fonte: Jornal Nacional dia 13 de dezembro de 2017<sup>93</sup>

<sup>92</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6355706/programa/> Acesso em: 24 de set. 2018

<sup>93</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6355706/programa/> Acesso em: 24 de set. 2018

No *Repórter Brasil*, o número total de matérias que oferece visibilidade a negritude é menor do que o do JN. Porém, o jornal da TV Brasil oferece maior espaço às vozes dos afrodescendentes que participam do noticiário como fontes de informação. No período estudado, as pessoas negras apareceram 288 vezes neste telejornal. A maior parte dessas participações, 111 delas, corresponderam a curtos depoimentos referentes a opiniões pessoais. A população negra, entretanto, também se destaca 71 vezes como fonte de informação e 46 vezes como especialista (Figuras 26, 27, 28, 29).

**Figura 28:** Edmeire Exaltação, dirigente Casa das Pretas, RB



Fonte: Repórter Brasil dia 13 de novembro de 2018<sup>94</sup>

**Figura 29:** Jurema Werneck, dir. ex. Anistia Internacional, RB



Fonte: Repórter Brasil dia 14 de novembro de 2018<sup>95</sup>

<sup>94</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1438876819573650/> Acesso em: 24 de set. 2018

<sup>95</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1439835829477749/> Acesso em: 24 de set. 2018

**Figura 30:** Alexandre Milagres, médico pneumologista,



Fonte: Repórter Brasil dia 16 de janeiro de 2018<sup>96</sup>

**Figura 31:** Carlos Alberto Nascimento, Advogado, fonte matéria atropelamento em Copacabana, RB



Fonte: Repórter Brasil dia 10 de janeiro de 2018<sup>97</sup>

Contudo, os fatos que mais contribuíram para o incremento da visibilidade dos negros em ambos os telejornais foi a deposição do ditador Robert Mugabe, no Zimbábue, o assassinato da vereadora Marielle Franco, as matérias sobre Carnaval e os preparativos para a Copa do Mundo. O quadro 5 representa as atuações dos afrodescendentes no telejornal Repórter Brasil.

<sup>96</sup> Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporter-brasil/2018/01/reporter-brasil-noite-16012018-bloco-1>  
Acesso em: 24 de set. 2018

<sup>97</sup> Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporter-brasil/2018/01/reporter-brasil-noite-20012018-0>  
Acesso em: 24 set. 2018

**Quadro 5:** Fontes Negras no Repórter Brasil

Fontes Reporter Brasil								
Típos de Fontes	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Número Geral de Fontes
Oficial				2	3			5
Empresarial	2				1	1		4
Institucional	13	1	1	2	1	5	2	25
Individual/Popular	34	13	9	23	9	8	15	111
Personagem/Testemunhal	3	12	10	17		6	23	71
Especialista	15	5	3	12	2	4	5	46
Ativista/Membros de ONG	17		1		4	1	3	26
Total	84	31	24	56	20	25	48	288

Fonte: Autoria Própria

#### 5.1.2.1.4.: AT: Visualidade

As características visuais dos estúdios dos telejornais estudados são muito diferentes. O *JN* é transmitido de uma redação, inaugurada em junho de 2017, imersa em um cenário convergente. A bancada onde os âncoras apresentam as principais notícias do dia tem um *design hightech* nas cores azul e cinza (Figura 30). Em segundo plano, é possível ver a redação e os profissionais que produzem as notícias. Ao fundo, um painel digital com os símbolos do *JN* e um grande mapa mundial fortalecem a ubiquidade do telejornal. O cenário permite a apresentação do jornal por vários ângulos e enquadramentos de câmera, a inserção de gráficos e infográficos em telas de plasmas durante a apresentação das notas e possibilita deslocamentos dos âncoras no estúdio. Eles saem de trás da bancada e fazem chamadas de matérias em pé, de frente para um telão que viabiliza a entrada de repórteres ao vivo e é também utilizado nas chamadas de previsão do tempo e de notícias internacionais.

**Figura 32:** Bancada do Jornal Nacional



Fonte: Jornal Nacional dia 14 de novembro de 2017<sup>98</sup>

**Figura 33:** Redação do Jornal Nacional



Fonte: Jornal Nacional com a bancada ao centro, dia 14 de novembro de 2017<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6289421/programa/> Acesso em: 14 de nov. 2017

<sup>99</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6289421/programa/> Acesso em: 23 de set. 2018

**Figura 34:** Imagem de deslocamento de Renata Vasconcelos no estúdio

**Figura 35:** e de sua interação com Maria Júlia Coutinho



Fontes: Jornal Nacional dia 13 de novembro de 2017<sup>100</sup>

Durante o período inicial de análise o *RB* era apresentado de um estúdio bem mais modesto e em formato tradicional: os âncoras ficavam atrás de uma bancada branca e vermelha, posicionada à frente de um fundo vermelho e cinza, onde um monitor de televisão estava instalado ao centro com o logo do telejornal. Neste aparelho eram inseridos infográficos, imagens e artes que introduziam o tema das matérias que eram chamadas a seguir pelos apresentadores. O estúdio oferecia menos mobilidade para os âncoras, que não podiam se movimentar pelo cenário, pois eram captados por dois únicos enquadramentos de câmera: um central e outro lateral.

**Figura 36:** Bancada Repórter Brasil



Fonte: Repórter Brasil dia 13 de novembro de 2017<sup>101</sup>

<sup>100</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6289421/programa/> Acesso em: 23 de set. 2018

<sup>101</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1438876819573650/> Acesso em: 23 de set. 2018

**Figura 37:** Bancada Repórter Brasil com entrada ao vivo



Fonte: Repórter Brasil dia 13 de novembro de 2017<sup>102</sup>

Em janeiro de 2018 o RB começou a fazer mudanças na estrutura e no formato do cenário. Durante a reforma deste ambiente, o telejornal foi apresentado por apenas um âncora, em sistema de rodízio, ao invés dos dois âncoras que ocupavam a bancada no cenário anterior. Assim, o jornal foi apresentado diretamente de sua sala de comando, localizada em Brasília (Figura 36). As mudanças, segundo as chamadas feitas pelos apresentadores e veiculadas na programação e postadas no Facebook, visavam tornar o jornalismo da TV Brasil mais moderno, dinâmico e ágil.

**Figura 38:** Pedro Pontes apresentando o RB da sala de comando



Fonte: Repórter Brasil 16 de janeiro de 2018<sup>103</sup>

<sup>102</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1438876819573650/> Acesso em: 23 de set. 2018

<sup>103</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1502034003257931/> Acesso em: 23 de set. 2018

A partir de março de 2018, ocorreram mudanças na programação da grade horária da TV Brasil, o telejornal RB ganhou um novo formato e passou a ser exibido às 20h, com cerca de trinta minutos de duração. O Repórter Brasil também ganhou um visual diferenciado, além das cores cinza e vermelho, tradicionais do telejornal, foi acrescentada a cor azul, a bancada foi modificada e o telão que ficava centralizado ao fundo, entre os âncoras, foi deslocado para o lado esquerdo dos apresentadores para que pudessem se deslocar no estúdio, fazer chamadas de matérias ao vivo e apresentarem a previsão do tempo (Figuras 37 e 38). Essas transformações objetivaram transformar o jornalismo da TV Brasil mais dinâmico, com matérias menores e focadas em temas políticos e econômicos.

**Figura 39:** Bancada Repórter Brasil a partir de março de 2018



Fonte: Repórter Brasil 7 de março de 2018<sup>104</sup>

**Figura 40:** Utilização do telão para apresentação da Previsão do Tempo e chamadas ao vivo



Fonte: Repórter Brasil 7 de maio de 2018<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup>Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1554654181329246/> Acesso 07/jun/2019

<sup>105</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1554654181329246/> Acesso 07/jun/2019

#### 5.1.2.1.5- AT: Som

A estética da narrativa do *JN* e o tipo de imagens e enquadramentos utilizados tendem a se manter os mesmos ao longo de todas as edições do telejornal, enquanto no *RB* há maior variabilidade de vídeos veiculados de outras emissoras de TV pública afiliadas da EBC, retransmitidos por este noticiário. A sonorização das matérias contribui para a dramaticidade do texto jornalístico, mas esta também é acentuada pelo som ambiente e ruídos extraídos do próprio acontecimento nas gravações externas. As vinhetas são o principal elemento sonoro utilizado pelo *JN* e pelo *RB*, e oferecem identidade sonora a ambos os telejornais. São utilizadas para sensibilizar e atrair o telespectador na abertura e na transição de blocos dos noticiários e para caracterizar reportagens especiais e quadros específicos presentes do *RB*, como o quadro “Pergunta do Dia”. No período, estudado o *RB* apresentou duas edições deste quadro sobre a negritude.

#### 5.1.2.1.6- AT: Edição

A aplicação desta categoria nos remete a uma reflexão sobre os primeiros resultados da Análise Televisual. A investigação realizada mostra que do total de 3.175 matérias produzidas e veiculadas por ambos os telejornais no período de análise, apenas 330 (10,39%) são sobre temas que conferem visibilidade aos negros, ao racismo e às relações raciais no Brasil. Mais da metade da população brasileira é constituída por afrodescendentes, porém, um pouco mais de 10% das notícias exibidas pelos telejornais estudados representam e dão visibilidade a população negra. O estudo revela ainda que a maioria dos âncoras e repórteres são brancos. Os negros não são privilegiados como fontes à frente de empresas e instituições públicas e privadas, tampouco como especialistas em matérias sobre política e economia. Vozes de negros têm presença em matérias sobre esporte, sobretudo de atletas e jogadores, em reportagens sobre manifestações artísticas e culturais populares, especialmente música e Carnaval, ou quando respondem como ativistas ou militantes de movimentos sociais.

A população negra tende a ser representada de maneira recorrente, por meio de personagens que sofrem pela falta de acesso à educação, saúde e moradia, o que não contribui para a superação de preconceitos. Na maioria das reportagens, o depoimento popular é utilizado para personalizar um determinado problema social, esvaziando a sua relevância. A representação do negro, muitas vezes retratado como marginal, está comumente associada à violência urbana. A exceção à regra no *corpus* analisado foram as matérias internacionais veiculadas sobre a deposição do presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, e sobre as

celebrações da Semana da Consciência Negra. Buscamos ampliar e aprofundar esses apontamentos, mediante a análise qualitativa do material audiovisual que compõe o *corpus* desta pesquisa, como será demonstrado, em seguida, no capítulo 6.

## 6. ANÁLISE QUALITATIVA E A INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS: NEGRITUDE E A LUTA POR RECONHECIMENTO

Neste capítulo, apresentamos os principais resultados alcançados no estudo qualitativo da Análise Televisual (BECKER, 2012) das representações da negritude no *Jornal Nacional* e no *Repórter Brasil*, por meio da aplicação de três princípios de enunciação explicitados abaixo. Em seguida, apresentamos também a última etapa da AT: a interpretação dos resultados. A sistematização dos achados desta pesquisa é articulada aos conceitos de Representação, Redistribuição e Reconhecimento, como será refletido adiante.

### 6.1. AT: ANÁLISE QUALITATIVA

Os princípios de enunciação utilizados na fase qualitativa da Análise Televisual (BECKER, 2012) são:

1. **Fragmentação:** Este primeiro princípio permite observar que a curta duração de cada unidade informativa nem sempre permite que se compreenda o fenômeno noticiado em toda a sua complexidade. As notícias são apresentadas como um mosaico, não oferecendo a oportunidade de realizar interligações indispensáveis para a correta apreensão dos problemas e conflitos sociais. A aplicação deste princípio resulta em percepções significativas para a compreensão de um quadro geral sobre a representação da negritude e das relações étnico-raciais no telejornalismo.
2. **Dramatização:** Esse segundo princípio corresponde à natureza ficcional da narrativa, cujo desvendamento é realizado por etapas para que o clímax seja aumentado e para conferir caráter dramático a um determinado acontecimento. Oferece ainda possibilidade de perceber como o telespectador ou o usuário é envolvido, emocionalmente, no processo de leitura de um texto audiovisual, convocando as audiências para acompanhar os desfechos dos relatos. Esse processo é acentuado pelo uso da técnica e de recursos audiovisuais empregados na construção do produto audiovisual, gerando um apagamento das fronteiras entre a realidade e a ficção. Assim, tanto os personagens que participam da narrativa quanto o assunto abordado no texto passam a despertar sentimentos de empatia, sedução ou comoção.

3. **Definição de identidades e valores:** Esse terceiro e último princípio permite conhecer as marcas enunciativas da narrativa audiovisual referentes aos valores atribuídos a problemas e conflitos locais e globais e os modos como são julgados e qualificados. Possibilita ainda compreender como são eleitos os tipos sociais de uma série ou de uma reportagem, revelando, por exemplo, que as pessoas de menor poder aquisitivo muitas vezes são representadas de maneira estereotipada, trágica e sensacionalista.

### 6.1.1. AT: Fragmentação

Na análise qualitativa, a aplicação do primeiro princípio de enunciação, “*Fragmentação*”, possibilitou observar como se manifesta a presença da população negra e dos temas sobre negritude e relações raciais nos telejornais observados. Verificou-se que a negritude e as relações étnico-raciais nas edições dos telejornais estudados ainda recebem pouca visibilidade. Estas temáticas ganham destaque nos noticiários, principalmente, em período de celebrações e quando institutos de pesquisa como o IBGE ou instituições como a UNESCO e IBGE divulgam dados sobre desigualdade social no Brasil.

**Figura 41:** Matéria sobre taxa de desemprego exibida pelo JN



Fonte: Jornal Nacional 17 de novembro de 2017<sup>106</sup>

A visibilidade da negritude mais expressiva nos noticiários analisados foi constatada em duas semanas do mês de novembro, quando a maior quantidade de conteúdos noticiosos sobre esta temática foi produzida, devido a Semana da Consciência Negra. Entre os dias 13 a 17 de novembro, o Repórter Brasil veiculou, inclusive, uma série intitulada “Em Marcha”, formada por cinco reportagens: “Extermínio de jovens negros e encarceramento”; “Impactos do racismo

<sup>106</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6297655/programa/> Acesso em 24 de out. 2017

sobre a saúde mental da população negra”; “Mulheres negras sofrem com as desigualdades no Brasil”; “Negros do mercado de trabalho”; e “A importância das mulheres negras na política dos EUA” (Figuras 40 e 41).

**Figura 42:** Abertura da reportagem extermínio de jovens negros



**Figura 43:** Passagem Luciana Barreto matéria encarceramento de mulheres



Fonte: Repórter Brasil dia 13 de novembro 2017<sup>107</sup>

Já na semana posterior à data em que se comemora a Abolição da Escravatura, o Repórter Brasil também fez uma série especial de reportagens, que buscou evidenciar a situação do negro nos 200 anos após a abolição da escravidão (Figuras 42,43, 44, 45 e 46).

**Figura 44:** matéria Serra da Barriga reconhecida Patrimônio Cultural do Mercosul, exibida pelo Repórter Brasil



**Figura 45:** Imagem localização União dos Palmares



Fontes: Repórter Brasil dia 13 de novembro de 2017<sup>108</sup>

<sup>107</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/pg/reporterbrasilnarede/videos/>. Acesso em: 20 de set. 2018

<sup>108</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1438876819573650/>. Acesso em: 24 de out. 2018

**Figura 46:** Universitários pretos e pardas

**Figura 47:** Universitários Brancos



**Figura 48:** População de pretos e pardos no Brasil



Fonte: Jornal Nacional dia 20 de novembro de 2017, matéria negros e pardos ocupam menos de 10% dos cargos de gerentes ou diretores, JN<sup>109</sup>

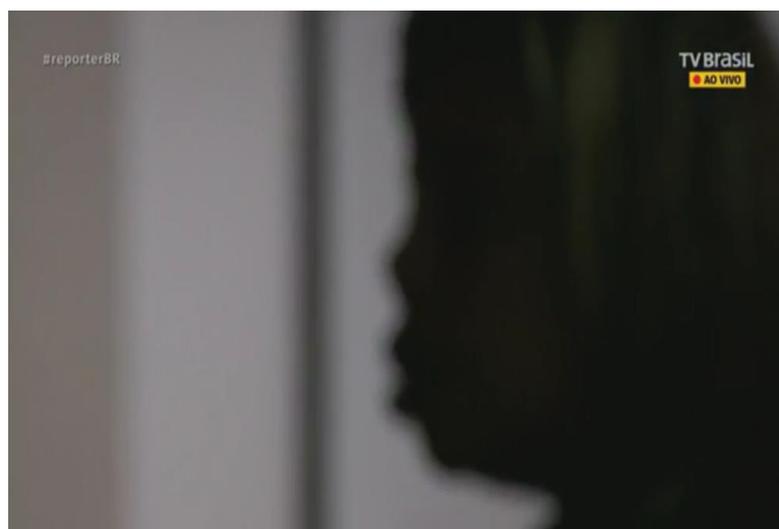
Ao distanciar-se desse primeiro período de análise a presença da população negra passa a ser episódica e esporádica, emerge na composição de cenas nos espaços cotidianos, mas não ocupa lugar de fala relevante, principalmente nas produções sobre política e economia, temas recorrentes no telejornalismo brasileiro. A aplicação do princípio de fragmentação evidencia ausência de contextualização dos problemas decorrentes do racismo estrutural no Brasil, o que corrobora com a ausência de visibilidade da negritude no país.

<sup>109</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6299493/programa/> Acesso em: 25 de out. 2018

### 6.1.2 AT: Dramatização

O princípio da *Dramatização*, que busca o envolvimento emocional do telespectador com a narrativa de diferentes gêneros televisivos se manifesta no telejornalismo, especialmente, no modo como certos personagens são apresentados nas narrativas. No período analisado, essa estratégia enunciativa foi utilizada de maneira expressiva na série de reportagens “*Em Marcha*” acima referida sobre o mês da Consciência Negra, veiculada pelo *Repórter Brasil*, mas valorizando a cultura e a população negra. Na Figura 47 abaixo, é utilizado o primeiro plano e a imagem desfocada para sensibilizar o telespectador sobre a condição da entrevistada que é uma presidiária.

**Figura 49:** Imagem desfocada matéria Extermínio de jovens negros e encarceramento, RB.



Fonte: Repórter Brasil dia 13 de novembro 2017<sup>110</sup>

Nas Figuras seguintes, 48 e 49, são utilizadas estratégias discursivas que conferem dramatização à presença da repórter no vídeo. O repórter cinematográfico utiliza o *zoom out* da câmera para ampliar o enquadramento e focalizar uma estudante negra que está sendo entrevistada por um recrutador. Nesta cena, é ainda utilizado um jogo de luz e sombras com o objetivo de simular duas fases de um processo seletivo às cegas. A adoção destas estratégias

<sup>110</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1438876819573650/> Acesso em: 25 de out. 2018

visuais atrelada ao discurso da repórter indica uma tentativa de imparcialidade da empresa no processo de recrutamento para ocupação do emprego pelos jovens negros (Figuras 48 e 49).

**Figura 50:** Abertura da passagem da repórter sobre desigualdade na ocupação de cargos de gerência. A jornalista está em foco



**Figura 51:** No encerramento passagem, após o movimento de câmera a estudante negra ganha destaque em primeiro plano



Fonte: Jornal Nacional dia 20 de novembro de 2017<sup>111</sup>

O uso de imagens de arquivos e de vídeos ficcionais, bem como a postura, a sonorização e o tom de voz de jornalistas podem ser utilizados para dramatizar às enunciações das

<sup>111</sup>Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6302549/programa/>>. Acesso em: 20 de nov. 2017. A reportagem informa que Negros e pardos são menos de 10% dos cargos de gerentes ou diretores de empresas.

reportagens. Exemplos são as figuras 50 e 51. Na primeira Figura, imagens de arquivo referente à visita da intelectual Ângela Davis ao Brasil são utilizadas como recurso dramático e na Figura 51 são usadas imagens de uma produção ficcional para “ilustrar” o texto verbal sobre o extermínio de jovens negros.

**Figura 52:** Imagens de arquivos utilizadas da intelectual Ângela Davis durante visita ao Brasil, RB



Fonte: matéria Impactos do racismo sobre a saúde da população negra<sup>112</sup>

**Figura 53:** Imagens do filme Jovem Negro Vivo, RB



Fonte: Repórter Brasil dia 13 de novembro de 2017<sup>113</sup>

<sup>112</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/pg/reporterbrasilnarede/videos/> Acesso em: 20 de set. 2018

<sup>113</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/pg/reporterbrasilnarede/videos/> Acesso em: 20 de set. 2018

### 6.1.3. AT: Definição de Identidades e Valores

Nesta série de reportagem em *Marcha* e em outras matérias sobre negritude foi possível identificar, por meio da aplicação do princípio *Definição de Identidades e Valores*, que o *RB* oferece mais protagonismo aos negros. Neste telejornal, eles foram privilegiados como fontes em matérias sobre relações raciais e racismo. Embora tenha sido possível identificar a presença da cultura e de pessoas negras em um número maior de matérias no *JN*, a ausência de contextualização dos problemas decorrentes de desigualdades sociais gera um apagamento do racismo estrutural brasileiro nas edições do telejornal estudadas. Possíveis soluções para a inclusão social enfrentadas por negros apresentadas em reportagens do *JN* são quase sempre apontadas por pessoas brancas, como especialista ou representante de uma instituição, amenizando os seus desafios e dificuldades, como a matéria sobre mercado de trabalho exibida no dia 20 de novembro de 2017<sup>114</sup>. As construções discursivas dessas reportagens tendem a não promover reflexões críticas sobre as desigualdades socioeconômicas e raciais no país, carregadas de metáforas eufemísticas. Exemplos são as duas matérias veiculadas no dia 15 de dezembro de 2017. A primeira ressaltou que, segundo o IBGE, um em cada quatro brasileiros vivia em situação de pobreza em 2016<sup>115</sup>. Mas, em seguida, foi exibida outra matéria informando que metade dos brasileiros superou a condição econômica de seus pais no ano seguinte<sup>116</sup>. Desse modo, não houve um aprofundamento desses problemas e os dados econômicos referidos da segunda matéria promoveram um esvaziamento das informações apresentadas na primeira reportagem, sem promover um real reconhecimento da situação da população negra.

Antes de avançarmos na sistematização dos resultados desta pesquisa é relevante justificar e explicitar três conceitos originários dos Estudos Culturais Britânicos: o de Representação, balizado no trabalho de Stuart Hall, e os de Redistribuição e Reconhecimento, amparados pelas propostas conceituais de Nancy Fraser e Axel Honneth. Estes conceitos serão e associados à última fase da Análise Televisual do *corpus* desta pesquisa, a Interpretação dos Resultados, e utilizados como categorias na sistematização dos achados desta Tese.

---

<sup>114</sup> Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6302407/>>. Acesso em: 9 de maio 2018.

<sup>115</sup> Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6360898/programa/>>. Acesso em: 6 de maio 2018.

<sup>116</sup> Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6360899/programa/>>. Acesso em: 8 de maio 2018.

## 6.2. REPRESENTAÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO

Os conceitos de reconhecimento e redistribuição são aqui utilizados a partir do debate proposto por Nancy Fraser e Axel Honneth (2006a), dedicados a um projeto de revitalização da teoria crítica e à resolução das injustiças sociais. Esse debate entre os intelectuais emerge no campo da filosofia política em torno da noção de reconhecimento, originária dos trabalhos de Hegel para ressaltar a importância do reconhecimento intersubjetivo na autorrealização de sujeitos e na construção da justiça social (MENDONÇA, 2007, p. 169). Essa perspectiva foi retomada por Charles Taylor e Alex Honneth como forma de compreender as especificidades do multiculturalismo nas sociedades modernas e a lutas identitárias que se erigem.

*A teoria do reconhecimento*, tal como inicialmente desenvolvida, pensa os conflitos sociais como buscas interativas pela consideração intersubjetiva de sujeitos e coletividades. Tendo como alicerce a filosofia hegeliana, autores como Charles Taylor (1994 [1992]) e Axel Honneth (2003a [1992]) ressaltam a construção relacional da identidade, frisando que os sujeitos lutam o tempo todo por reconhecimento mútuo. Segundo esses autores, somente dessa maneira eles podem se desenvolver de maneiras saudáveis e autônomas. A chave dessa perspectiva é, portanto, a compreensão da identidade como possibilidade de autorealização (MENDONÇA, 2007, p. 170).

Em seu projeto de releitura das proposições de Hegel, Taylor (1994; 1998) expressa que o reconhecimento não é uma questão de cortesia, mas uma necessidade humana, uma vez que pessoas e grupos podem sofrer danos reais se a sociedade os representa com imagens restritivas e depreciativas. Essa afirmativa é corroborada por Honneth (2003) que, amparado nas ideias pragmáticas de George Herbert Mead e Georg Wilhelm Friedrich Hegel, também coloca o conceito de reconhecimento como central no processo de construção integral da identidade de sujeitos e coletividades. Para o filósofo, os sujeitos são forjados em suas interações e só conseguem estabelecer relações positivas, quando são reconhecidos por seus parceiros de interação. Ou seja, o processo interacional e comunicacional é fundamental para a formação das identidades. Na visão de Reis (2015), Alex Honneth desenvolveu uma teoria profícua para a compreensão do reconhecimento como experiência de comunicação imbricada na alteridade, uma vez que as lutas sociais por reconhecimento são desencadeadas por sentimento de desrespeito aos valores construídos pelos sujeitos na vida social e em suas histórias psíquicas e influenciam as identidades e a autoestima dos indivíduos. Assim, a demanda por reconhecimento surge como reivindicação quando sujeitos e coletividades se veem em uma condição de invisibilidade, de subalternidade e de marginalidade.

A partir das contribuições de Hegel e Mead, Honneth desenvolve sua teoria da luta pelo reconhecimento, que proporciona um horizonte normativo para examinar criticamente formas da organização social. Ele parte da premissa do conflito como estruturante da vida social, no qual há uma dimensão moral, que resulta em um progresso da sociedade (OLIVEIRA, 2015, p.85)

Nesse sentido, a teoria de Alex Honneth confere à luta social um papel relevante para o reconhecimento das diferenças e para a evolução moral da sociedade, uma vez que será através do reconhecimento intersubjetivo que os sujeitos alcançarão a plena realização de suas capacidades, constituindo uma autorrelação positiva e percebendo que são reconhecidos por seus parceiros de interação. O autor argumenta ainda que a modernidade oferece perspectivas de reconhecimento mútuo, uma vez que permitiu a ampliação dos direitos, na qual os princípios de noção de igualdade, liberdade e autonomia tornaram-se institucionalizados.

As formulações de Taylor (1998) e Honneth (2001) deram início a um amplo debate acerca da noção de reconhecimento e seu potencial para a compreensão dos conflitos sociais. Para Mendonça (2007) esse debate é fomentado em grande medida pela negligência teórica de Alex Honneth e Charles Taylor em relação às injustiças econômicas, e, também, pelo temor de que as proposições deles reconduzam a visões de identidades autênticas essencializadas. Com o intuito de propor alternativas a essas concepções, (Fraser, 1995, 2001) aponta a necessidade de pensar tanto o reconhecimento quanto a redistribuição como formas de promover a justiça social, uma vez que, essa cisão institui duas visões acerca do que seria necessário para a realização da justiça social. De um lado, alguns teóricos visualizam na economia capitalista a causa última de todas as injustiças, entre eles poderíamos destacar John Rawls, cuja compreensão de justiça está associada à seleção dos princípios que regem a distribuição dos “bens primários”; Amartya Sen e o seu entendimento de justiça como “capacidades de função” iguais e Ronald Dworkin, o qual relaciona a justiça à “igualdade de recursos. Esses autores defendem a redistribuição como de combater as injustiças sociais. Por outro lado, há pensadores que procuram entender o conjunto das injustiças existentes como consequências de padrões hierárquicos de valoração cultural, cuja alteração exigiria que todos fossem igualmente reconhecidos, nesta orientação podemos destacar autores como Alex Honneth e Charles Taylor e suas perspectivas sobre o reconhecimento e sobre o multiculturalismo. Nathalie Bressiani sintetiza as formulações de Fraser ao questionar a dicotomia entre reconhecimento e redistribuição e sua correlação com as perspectivas de Honneth e Jürgen Habermas:

Fraser diagnostica uma crescente polarização entre aqueles que veem na redistribuição de recursos e riquezas a solução para o conjunto de injustiças hoje existentes e aqueles que veem exclusivamente na obtenção do reconhecimento social essa mesma solução. Essa polarização, por sua vez, estaria se encaminhando na direção da substituição de reivindicações e preocupações relativas à redistribuição econômica por aquelas pautadas pelo reconhecimento das diferenças (BRESSIANI, 2011, p. 332).

Fraser (2006b) reflete que existem duas maneiras de compreender a injustiça social. A primeira é a injustiça econômica, que se radica na estrutura econômico-política da sociedade e que se manifesta por meio da marginalização nas relações de trabalho e na privação de acesso a um padrão de vida elevado. A segunda maneira de compreender a injustiça é cultural ou simbólica. Este tipo de injustiça se radica nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Exemplos desse tipo de injustiça são a dominação cultural, a submissão à padrões de interpretação e comunicação de outra cultura; o ocultamento e o silenciamento, marcados por invisibilidades em representações midiáticas, e o desrespeito, evidenciado nos casos de racismo. Embora, existam esses dois tipos de injustiças a filósofa afirma que a dicotomia entre redistribuição e reconhecimento é uma falsa antítese, defendendo que a realização da justiça social requer hoje ações que visem a redistribuição material e o reconhecimento cultural como remédios à injustiça social.

Nenhuma das duas posições é adequada, a meu ver. Ambas são demasiado abrangentes e sem nuances. Ao invés de simplesmente endossar ou rejeitar o que é simplório na política da identidade, devíamos nos dar conta de que temos pela frente uma nova tarefa intelectual e prática: a de desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, que identifique e assuma a defesa somente daquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade (Idem).

A proposição da filósofa é importante, principalmente, no caso de coletividades bivalentes, como a população negra que enfrenta no Brasil e em outros países os dois tipos de injustiças sociais, tanto econômicas como culturais ou simbólicas. Assim, nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si sós, são suficientes para sanar as injustiças. Nas palavras da filósofa:

Gênero e “raça” são paradigmas de coletividades bivalentes. Embora cada qual tenha peculiaridades não compartilhadas pela outra, ambas abarcam dimensões econômicas e dimensões cultural-valorativas. Gênero e “raça”, portanto, implicam tanto redistribuição quanto reconhecimento. (idem, p. 233)

No Brasil, como destacado no segundo capítulo, a categoria raça intervém na estruturação de realidades e relações sociais em diferentes dimensões, como mercado de trabalho, *status* social, representatividade midiática, promovendo uma estrutura econômico-política que engendra modos de exploração, marginalização e privação marcados pela racialização dos sujeitos. Contudo, o racismo, como forma de injustiça, não se materializa apenas em conjunturas econômico-política. Ela é também evidenciada pelas dimensões culturais, simbólicas e valorativas que a inserem no universo do reconhecimento social.

Um aspecto central do racismo é o eurocentrismo: a construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados com o “ser branco”. Em sua companhia está o racismo cultural: a desqualificação generalizada das coisas codificadas como “negras”, “pardas” e “amarelas”, paradigmaticamente – mas não só – as pessoas de cor. Esta depreciação se expressa numa variedade de danos sofridos pelas pessoas de cor, incluindo representações estereotipadas e humilhantes na mídia, como criminosos, brutais, primitivos, estúpidos etc; violência, assédio e difamação em todas as esferas da vida cotidiana; sujeição às normas eurocêtricas que fazem com que as pessoas de cor pareçam inferiores ou desviantes e que contribuem para mantê-las em desvantagem mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminar; a discriminação atitudinal; a exclusão e/ou marginalização das esferas públicas e centros de decisão; e a negação de direitos legais plenos e proteções igualitárias. (FRASE, 2006b, p. 235-236)

Assim, compreendendo a raça como uma categoria ambivalente, reunindo uma face econômico-política e uma face cultural que se entrelaçam e se reforçam mutuamente, destacamos, em acordo com Nancy Fraser, a necessidade de alternativas e práticas que articulem dois tipos de ações de combate às injustiças sociais decorrentes tanto da ausência de distribuição quanto da falta reconhecimento. As repostas da filósofa a esses dois tipos de injustiças são nomeadas pela pesquisadora de “remédios”, ancorados em uma base afirmativa e transformativa.

Por remédios afirmativos para a injustiça, entendo os remédios voltados para corrigir efeitos desiguais de arranjos sociais sem abalar a estrutura subjacente que os engendra. Por remédios transformativos, em contraste, entendo os remédios voltados para corrigir efeitos desiguais precisamente por meio da remodelação da estrutura gerativa subjacente. O ponto crucial do contraste é efeitos terminais vs. processos que os produzem – e não mudança gradual vs. mudança apocalíptica. (FRASE, 2006b, p. 237)

Nesse sentido, a filósofa assume que a justiça social requer ações integradas capazes de promover a transformação social, tanto de redistribuição para reduzir a desigualdade socioeconômica, quanto de reconhecimento cultural para inclusão de grupos marginalizados. Amparados nesse paradigma proposto por Nancy Fraser, buscamos alinhar os resultados da Análise Televisual de visibilidades e invisibilidades das relações étnico-raciais nos telejornais estudados para compreender as formas como são produzidas injustiças sociais nas representações midiáticas da população negra no país.

### 6.3. INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

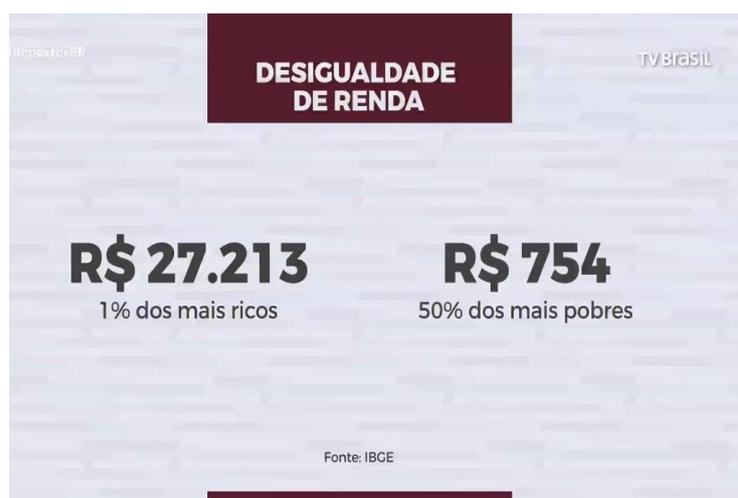
Buscamos identificar como os noticiários televisivos atribuem valores à negritude e evidenciamos que o telejornalismo contribui para o estabelecimento de determinados regimes de visibilidade e de invisibilidade das relações étnico-raciais, por meio de suas representações

de afrodescendentes. Embora os telejornais sejam construções sociais, potencialmente, capazes de representar a realidade social e instrumentos relevantes para promover a autonomia dos sujeitos, evidenciamos que as lutas por reconhecimento, representação e redistribuição da população negra e de seus movimentos sociais são fundamentais para promoverem deslizamentos e transformações de significados sobre o ser negro e a justiça social no Brasil, sobretudo, na tevê.

### 6.3.1. Redistribuição

Como verificamos anteriormente do total de 3175 matérias exibidas pelo *Jornal Nacional* e pelo *Repórter Brasil*, apenas 334, ou seja 10,4%, correspondem a questões relacionadas a negritude e às relações raciais. Ao refletirmos sobre os primeiros resultados alcançados, utilizando as três categorias propostas para apresentação dos achados da pesquisa, constatamos que apenas 22 matérias (6,6%) estão associadas à Redistribuição, contemplando conteúdos noticiosos associados às demandas por distribuição econômica. Exemplos são as notícias sobre dados socioeconômicos que focalizam a população negra (Figuras 52,53, 54 e 55), sobretudo, emprego e renda, bem como sobre desigualdade social.

**Figura 54:** Reportagem “Os 10% mais ricos da população concentram quase metade da renda nacional”



**Figura 55:** Personagens que ilustram a reportagem “Os 10% mais ricos da população concentram quase metade da renda nacional”



Fonte: Repórter Brasil exibido dia 11 de abril de 2018<sup>117</sup>

**Figura 56:** Matéria “Em 2016, 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza, diz IBGE”



**Figura 57:** Passagem do repórter na matéria “Em 2016, 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza, diz IBGE”



Fonte: Jornal Nacional exibido dia 15 de dezembro de 2017<sup>118</sup>

<sup>117</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1592614890866508/> Acesso em: 11 de abr de 2019

<sup>118</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6361067/programa/> Acesso em: 07 de jun de 2019

As matérias sobre redistribuição, na maioria das vezes, são baseadas em pesquisas e dados de instituições como IBGE, UNICEF e IPEA. Essas reportagens mostram uma realidade muito presente no cenário brasileiro: a identidade da população negra ainda está vinculada à subalternidade social e econômica e os afrodescendentes sofrem com falta de moradia, emprego, renda e educação. A maioria da população negra está alijada de condições dignas de vida. Essas matérias não deixam de denunciar o mito da igualdade racial no país, porém, ao mesmo tempo, corroboram com a estigmatização da negritude. Os negros ocupam no país posições de desigualdade e inferioridade em relação a grande parte da população branca, como projetado nos discursos sociais do Racismo Científico do século XX.

### 6.3.2 Reconhecimento

Em 98 matérias estudadas (29,4%) foi possível observar uma visibilidade positiva dos negros, reunidas na categoria *Reconhecimento*. Nessas reportagens são evidenciados os problemas causados pelo racismo estrutural e são ressaltadas a importância da cultura negra e de suas contribuições para a constituição da identidade brasileira. Exemplos são as matérias sobre celebrações e manifestações culturais, como a participação da população negra no Carnaval, homenagens a personalidades negras na luta contra o racismo e referências a atletas e artistas negros (Figuras 56, 57, 58 e 59).

**Figura 58:** “Série Especial 14 de maio o dia seguinte”



**Figura 59:** Abertura Série Especial Sobre 130 da Abolição



Fonte: Repórter Brasil exibido dia 14 de maio de 2018<sup>119</sup>

**Figura 60:** Reportagem especial sobre o perfil de Neymar



Fonte: Jornal Nacional exibido dia 15 de maio de 2018<sup>120</sup>

**Figura 61:** Matéria “pagode baiano marca presença no carnaval de Salvador”



Fonte: Jornal Nacional dia 10 de Fevereiro de 2018<sup>121</sup>

<sup>119</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1626571774137486/> Acesso em: 07 de jul de 2019

<sup>120</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6738563/programa/> Acesso: 07 de jul de 2019

<sup>121</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6493797/programa/> Acesso em: 07 de jul de 2019

Nas produções telejornalísticas sobre o reconhecimento, há um conjunto de reportagens com representações que conferem aos negros uma visibilidade positiva e representativa. Essas matérias se dividem em dois tipos, o primeiro sinaliza um reconhecimento das condições sociais dos negros como forma de melhoria dessas condições, são produções veiculadas não apenas para divulgar dados e números de pesquisas, mas para promover reflexão e superação de desigualdades. Neste primeiro tipo de reportagens sobre reconhecimento, a relevância dos negros e de sua arte e cultura para a construção da sociedade brasileira também são destacadas. O segundo tipo de matérias sobre reconhecimento está relacionado a emergência de símbolos e personalidades negros na esfera social brasileira e mundial, reunindo jogadores de futebol, como Neymar e Fernandinho, o piloto de formula 1 Lewis Hamilton e cantores como Léo Santana. Esses personagens ajudam a desestigmatizar e desessencializar a identidade negra, que por muito tempo esteve atrelada às camadas sociais inferiores.

### **6.3.3. Representação**

Foi possível verificar que a terceira categoria, *Representação*, contempla o maior número de matérias, um conjunto de 214 reportagens que correspondem a 64% do conteúdo noticioso do JN e do RB analisados sobre negritude e relações étnico-raciais. A aplicação desta categoria revela as maneiras que ambos os telejornais organizam a presença de afrodescendentes e de seus lugares de fala, como fontes e personagens das notícias veiculadas no período analisado (Figuras 60 e 61).

---

**Figura 62:** matéria “ONG orienta refugiados sobre como revalidar diplomas”



Fonte: Repórter Brasil exibido dia 17 de janeiro de 2018<sup>122</sup>

**Figura 63:** Matéria “balaço das promessas feitas no ano que passou”



Fonte: Jornal Nacional exibido dia 11 de janeiro de 2018<sup>123</sup>

A partir dos resultados do estudo quantitativo e qualitativo da Análise Televisual, o uso da categoria *Representação* permite identificar que as matérias veiculadas no *Jornal Nacional* e no *Repórter Brasil* atribuem valores positivos e negativos à população negra. Há valorização da negritude quando os negros ocupam lugares de fala privilegiados como fonte de informação, são reconhecidos como atletas e artistas de sucesso e suas identidades culturais são celebradas. Entretanto, em muitas reportagens a presença de pessoas negras corresponde a depoimentos de

<sup>122</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/reporterbrasilnarede/videos/1502986043162727/> Acesso: 05 de ago de 2019

<sup>123</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6416121/programa/> Acesso: dia 05 de agosto de 2019

indivíduos que vivem em condições precárias e/ou estão associados à violência. Contudo, é possível observar que ainda há ausência de afrodescendentes representando instituições públicas e empresas como fontes oficiais e suas vozes como especialistas são raras, o que não confere às pessoas negras lugares de destaque nas narrativas do JN e do RB e, conseqüentemente, na construção da realidade social cotidiana mediada pelos telejornais estudados.

A pesquisa revela que, embora os noticiários televisivos das emissoras públicas e privada analisados sejam uma forma de conhecimento relevante do Brasil e do mundo, suas enunciações não contribuem de maneira significativa para a superação de preconceitos imbricados nas relações étnico-raciais no país. Tanto o *JN* quanto o *RB* oferecem ao público em suas edições diárias uma história do presente sustentada na defesa da solidariedade e na denúncia de injustiças, exaltando com autoridade a reafirmação de valores morais e o respeito ao Outro. Contudo, há um padrão de enquadramentos de atores sociais que reforça posicionamentos marginalizados de determinados de sujeitos na cena pública. O *Jornal Nacional* e o *Repórter Brasil* oferecem visibilidade à certas atuações dos negros na sociedade brasileira, porém, não chegamos a identificar um rompimento com a construção de uma alteridade isenta de conotações negativas, que induz a estereótipos e reduz a complexidade da experiência social (BECKER, SILVA, 2018). Ao buscarmos desvelar lacunas nas representações da negritude dos telejornais estudados, observamos que o texto jornalístico segrega e acentua a promoção de exclusões. O número de notícias sobre a população negra é limitado em relação a outras pautas, e raramente há reportagens sobre a discriminação e o racismo na sociedade, com exceção da celebração de datas comemorativas.

A função da prática jornalística seria reorganizar o caos cotidiano, explicando aos cidadãos os acontecimentos do mundo. Contudo, o modelo interpretativo do discurso da informação, sustentado em determinadas tematizações e hierarquizações, seleciona fontes que se manifestam e não se manifestam e difunde informações mais favoráveis a um grupo do que a outro, se oferecendo à leitura crítica como um território simbólico problemático (Idem). A objetividade construída como matriz do pensamento moderno pressupunha a possibilidade de interpretações verdadeiras e universais, mas é ilusória. A separação de fatos e opiniões, não garante a veracidade dos relatos. O discurso jornalístico supõe narrar a realidade sem mediação, mas não é neutro nem imparcial, carece de um enfoque plural dos acontecimentos e esconde o sujeito que fala (RESENDE, 2011).

O campo jornalístico assume valores democráticos e noções como responsabilidade social, interesse público e compromisso com a verdade. Porém na prática cotidiana, o exercício

profissional do jornalismo ainda é cristalizado por ações corriqueiras que, muitas vezes, reproduzem discursos que não valorizam o reconhecimento das diferenças. A prática jornalista carece de um novo conjunto de ferramentas e de um arcabouço teórico para o pleno cumprimento de seu horizonte conceitual (LAGO, 2010). A adoção de critérios de noticiabilidade<sup>124</sup> amparados na diversidade nas rotinas produtivas, poderia trazer o pluralismo, sem reducionismos e estereótipos. Essa estratégia é fundamental para o acolhimento do Outro e da alteridade nos telejornais de emissoras pública e comercial. Os jornalistas também deveriam atuar de maneira mais inclusiva, abrindo seus olhares para a representação e absorção de discursos sociais com visões de mundo diferentes da projeção de público idealizado pelo jornalismo, as camadas médias e altas urbanas da população.

No caso das relações raciais, o alargamento da mediação do jornalismo não implicaria a inferioridade de grupos diferenciados e demandaria maior visibilidade aos afrodescendentes como fontes especializadas de informações em um maior número de reportagens e a veiculação de matérias que promovessem o reconhecimento dos negros e de suas contribuições para o país nos telejornais estudados. De fato, a (re)produção de preconceitos étnicos ocorre em grande parte, por meio da escrita, da fala e da Comunicação. Entretanto, as construções das narrativas dos telejornais também estão implicadas nas interações com as audiências. Estas não se manifestam apenas por enunciações de âncoras e repórteres dirigidas ao telespectador, mas por um conjunto de valores da própria sociedade que endossa as leituras da realidade cotidiana propostas pelos noticiários televisivos (BECKER; SILVA, 2018).

Os telejornais se autolegitimam como os principais mediadores dos problemas da realidade social e buscam organizar discursivamente os conflitos e as desigualdades sociais, por meio de notícias que esperamos serem verdadeiras e capazes de nos oferecer conhecimento dos fatos sociais. Assim, os noticiários intervêm na vida social por meio de suas representações da experiência cotidiana, porém, também refletem reivindicações sociais. Os telejornais não só incorporaram, mas dão visibilidade às diferentes aspirações da cultura popular nacional; mesmo selecionando e autorizando expressões de determinados personagens em detrimento de outros, legitimam vozes diferenciadas (BECKER, 2005). De fato, a linguagem do telejornal tende a ser apontada como simplificadora, mas é complexa e ambígua, conformada por diferentes vozes e discursos que convidam à adesão das audiências (MACHADO, 2000). Contudo, as narrativas

---

<sup>124</sup> O conceito de noticiabilidade é aqui entendido, em acordo com Silva (2005), como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais.

dos noticiários tendem a ser orientadas pelas ideologias hegemônicas e pudemos observar nesta pesquisa que a diversidade cultural é pouco expressiva no *Jornal Nacional* e no *Repórter Brasil*, os modos de tratar as relações étnico-raciais geram homogeneizações da população negra. As narrativas desses telejornais não causam rupturas de sentidos ou provocam desconfortos e sentimentos que possam desestabilizar uma normatização de crenças e preconceitos de grande parte da própria sociedade brasileira, o que se reflete nas maneiras que os telejornais estudados atribuem valores aos negros e apresentam a negritude em suas narrativas. No entanto, inferimos que o tratamento das informações e a abordagem das relações étnico-sociais não resultam apenas dos modos que a gramática ou a economia discursiva do telejornalismo constrói a realidade, mas também da cumplicidade que as audiências estabelecem com as maneiras que os tipos sociais invocados em matérias e reportagens são representados (BECKER, SILVA, 2018). Afinal, a televisão orienta, mas não determina a maneira como vai ser utilizada, pois seus usos são construídos nas práticas socioculturais e em contextos e realidades específicos (FRANÇA, 2006). De fato, a mobilidade e a flexibilização, da representação das relações étnico-raciais no telejornalismo estão incrustadas no necessário reconhecimento da população negra não apenas pelas emissoras de TV pública e privada, mas pela própria sociedade brasileira e por outras instituições e agentes sociais, detentores de poderes de produção e circulação de conhecimentos e valores, inclusive as universidades.

A pesquisa revela que, embora os noticiários televisivos das emissoras públicas e privada analisados sejam uma forma de conhecimento relevante do Brasil e do mundo, suas enunciações não contribuem de maneira significativa para a superação de preconceitos imbricados nas relações étnico-raciais no país. Tanto o *JN* quanto o *RB* oferecem ao público em suas edições diárias uma história do presente sustentada na defesa da solidariedade e na denúncia de injustiças, exaltando com autoridade a reafirmação de valores morais e o respeito ao Outro. Contudo, há um padrão de enquadramentos de atores sociais que reforça posicionamentos marginalizados de determinados de sujeitos na cena pública. O *Jornal Nacional* e o *Repórter Brasil* oferecem visibilidade à certas atuações dos negros na sociedade brasileira, porém, não chegamos a identificar um rompimento com a construção de uma alteridade isenta de conotações negativas, que induz a estereótipos e reduz a complexidade da experiência social (BECKER, SILVA, 2018). Ao buscarmos desvelar lacunas nas representações da negritude dos telejornais estudados, observamos que o texto jornalístico segrega e promove exclusões. O número de notícias sobre a população negra é limitado em relação a outras pautas, e raramente há reportagens sobre a discriminação e o racismo na sociedade, com exceção da celebração de datas comemorativas.

A função da prática jornalística seria reorganizar o caos cotidiano, explicando aos cidadãos os acontecimentos do mundo. Contudo, o modelo interpretativo do discurso da informação, sustentado em determinadas tematizações e hierarquizações, seleciona fontes que se manifestam e não se manifestam e difunde informações mais favoráveis a um grupo do que a outro, se oferecendo à leitura crítica como um território simbólico problemático (Idem). A objetividade construída como matriz do pensamento moderno pressupunha a possibilidade de interpretações verdadeiras e universais, mas é ilusória. Os telejornais traduzem, superficialmente, conflitos socioeconômicos e culturais, bem como as complexas questões que constituem a negritude e as relações étnico-raciais no Brasil. O reconhecimento da diferença seria uma forma de ampliar os modos de construção de subjetividades e reorganizar as regras e os jogos de poder implícitos nas narrativas jornalísticas, tornando-as mais arejadas (RESENDE, 2011; ALSINA, 2009; BECKER e SILVA, 2018).

O campo jornalístico assume valores democráticos e noções como responsabilidade social, interesse público e compromisso com a verdade. Porém na prática cotidiana, o exercício profissional do jornalismo ainda é cristalizado por ações corriqueiras que, muitas vezes, reproduzem discursos que não valorizam o reconhecimento das diferenças. A prática jornalista carece de um novo conjunto de ferramentas e de um arcabouço teórico para o pleno cumprimento de seu horizonte conceitual (LAGO, 2010). A adoção de critérios de noticiabilidade amparados na diversidade nas rotinas produtivas, poderia trazer o pluralismo, sem reducionismos e estereótipos. Essa estratégia é fundamental para o acolhimento do Outro e da alteridade nos telejornais de emissoras pública e comercial. Os jornalistas também deveriam atuar de maneira mais inclusiva, abrindo seus olhares para a representação e absorção de discursos sociais com visões de mundo diferentes da projeção de público idealizado pelo jornalismo, as camadas médias e altas urbanas da população.

No caso das relações raciais, o alargamento da mediação do jornalismo não implicaria a inferioridade de grupos diferenciados e demandaria maior visibilidade aos afrodescendentes como fontes especializadas de informações em um maior número de reportagens e a veiculação de matérias que promovessem o reconhecimento dos negros e de suas contribuições para o país nos telejornais estudados. De fato, a (re)produção de preconceitos étnicos ocorre em grande parte, por meio da escrita, da fala e da Comunicação. Entretanto, as construções das narrativas dos telejornais também estão implicadas nas interações com as audiências. Estas não se manifestam apenas por enunciações de âncoras e repórteres dirigidas ao telespectador, mas por um conjunto de valores da própria sociedade que endossa as leituras da realidade cotidiana propostas pelos noticiários televisivos (BECKER; SILVA, 2018).

Os telejornais se autolegitimam como os principais mediadores dos problemas da realidade social e buscam organizar discursivamente os conflitos e as desigualdades sociais, por meio de notícias que esperamos serem verdadeiras e capazes de nos oferecer conhecimento dos fatos sociais. Assim, os noticiários intervêm na vida social por meio de suas representações da experiência cotidiana, porém, também refletem reivindicações sociais. Os telejornais não só incorporaram, mas dão visibilidade às diferentes aspirações da cultura popular nacional; mesmo selecionando e autorizando expressões de determinados personagens em detrimento de outros, legitimam vozes diferenciadas (BECKER, 2005). De fato, a linguagem do telejornal tende a ser apontada como simplificadora, mas é complexa e ambígua, conformada por diferentes vozes e discursos que convidam à adesão das audiências (MACHADO, 2000). Contudo, as narrativas dos noticiários tendem a ser orientadas pelas ideologias hegemônicas e pudemos observar nesta pesquisa que a diversidade cultural é pouco expressiva no Jornal Nacional e no Repórter Brasil, os modos de tratar as relações étnico-raciais geram homogeneizações da população negra. As narrativas desses telejornais não causam rupturas de sentidos ou provocam desconfortos e sentimentos que possam desestabilizar uma normatização de crenças e preconceitos de grande parte da própria sociedade brasileira, o que se reflete nas maneiras que os telejornais estudados atribuem valores aos negros e apresentam a negritude em suas narrativas. No entanto, inferimos que o tratamento das informações e a abordagem das relações étnico-sociais não resultam apenas dos modos que a gramática ou a economia discursiva do telejornalismo constrói a realidade, mas também da cumplicidade que as audiências estabelecem com as maneiras que os tipos sociais invocados em matérias e reportagens são representados (BECKER, SILVA, 2018). Afinal, a televisão orienta, mas não determina a maneira como vai ser utilizada, pois seus usos são construídos nas práticas socioculturais e em contextos e realidades específicos (FRANÇA, 2006). De fato, a mobilidade e a flexibilização, da representação das relações étnico-raciais no telejornalismo estão incrustadas no necessário reconhecimento da população negra não apenas pelas emissoras de TV pública e privada, mas pela própria sociedade brasileira e por outras instituições e agentes sociais, detentores de poderes de produção e circulação de conhecimentos e valores, inclusive as universidades.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Tese se insere dentro de um conjunto de investigações da área da Comunicação, que oferecem chaves interpretativas para o entendimento de diversos fenômenos sociais, entre eles as relações étnico-raciais que se materializam e se multiplicam de forma exponencial no “*bios* midiático”, por meio da midiatização e de processos de mediação. A pesquisa partiu de um estudo sobre a marginalização e formação dos discursos de inferioridade do negro na sociedade brasileira, posteriormente, foram incorporadas leituras contemporâneas sobre a relação entre mídia – televisão – e as relações raciais na reflexão aqui apresentada, com foco nas representações sociais e no reconhecimento da negritude. Nesse percurso, com o objetivo de compreender e historicizar o tema, fizemos uma síntese da história do negro e das relações étnico raciais em nosso país. Utilizamos fontes estatísticas oficiais de órgãos como o IBGE e IPEA e realizamos uma revisão da literatura sobre o pensamento social na área de Ciências Humanas e Sociais, embasados em um rico referencial teórico de estudiosos como Fernandes (2007, 2008); Schwarcz (1987, 1993, 2012); Medeiros (2004); Santos (2004, 2014, 2015); Munanga e Gomes (2016); Pereira (2013), Sodré (2012; 2014; 2015), Barbosa (2016) e Sovik (2009). Esses pesquisadores nos ajudaram a compreender como o racismo estrutural se constitui no Brasil. O caminho percorrido mostrou que o negro sempre esteve à margem na sociedade brasileira, mesmo sendo um elemento importantíssimo na constituição da identidade cultural do país.

Em seguida, focalizamos nossos olhares sobre a resistência negra e a busca por uma reescrita da história e ressignificações sobre a negritude, as quais se solidificam com a emergência de movimentos sociais negros que se estruturam ainda de forma insipiente a partir do início do século XX. É nesse momento onde uma tomada de consciência das condições de vida do homem de cor sobre a situação da população negra se desenvolve, eclodindo com maior força em lutas antirracistas na década de 1970, na consolidação do movimento negro contemporâneo e no surgimento de novas perspectivas sobre a luta contra o racismo no Brasil, por meio de um questionamento do “mito da democracia racial”. Nesta seção, adentramos no tema que concerne este trabalho, ao refletirmos e traçarmos as primeiras considerações sobre a presença do negro na mídia, e as relações entre os meios de comunicação e as ações e estratégias de combate ao racismo no século XXI.

O referencial teórico utilizado nesta Tese mostra que a relação entre negritude e mídia é marcada por avanços e retrocessos. Enquanto a invisibilidade dos negros nos telejornais e representações estereotipadas da negritude em telenovelas e minisséries são fatores negativos,

a emergência de um protagonismo negro em algumas produções ficcionais contemporâneas e a apropriação das tecnologias digitais e redes sociais são práticas socioculturais relevantes de combater o racismo no Brasil. Se por um lado os negros começam a ganhar mais espaço na mídia, nosso levantamento da produção científica da área da Comunicação e do campo do jornalismo, sobretudo, de estudos sobre relações entre telejornalismo e negritude, evidencia que o tema ainda é pouco discutido e não desperta muito interesse dos pesquisadores.

No quarto capítulo, abordamos os estudos de televisão e telejornalismo e constatamos que esse meio de comunicação ainda exerce centralidade no cotidiano da sociedade brasileira, como uma das mais importantes formas de conhecimento sobre o mundo. A TV, por meio de seus noticiários, é capaz de sistematizar, hierarquizar e construir visões singulares do mundo na cobertura de acontecimentos e da construção de notícias que produzem a realidade social compartilhada pela maioria da população do país. A partir das considerações sobre a importância da televisão e do telejornalismo, explicitadas no quarto capítulo, e da Análise Televisual das representações sociais dos negros e das relações étnico-raciais no Jornal Nacional e do Repórter Brasil, sistematizada nos capítulos cinco e seis, examinamos como o telejornalismo contribui ou não para a emergência do reconhecimento social, de debates, discursos e representações sobre as identidades da população negra brasileira.

A investigação apresenta uma leitura crítica do conhecimento sobre a nossa realidade social que o telejornalismo oferece, focalizando os modos como a população negra é representada, ainda ancorados em processos históricos que definem o negro como inferior ao branco na realidade socioeconômica e política do país. Nesta empreitada, buscamos entender como o telejornal pode colaborar para o fomento da diversidade na mídia. Consideramos que os telejornais evoluíram de forma significativa em seus formatos e nos aspectos técnico e tecnológicos ao longo das últimas quase sete décadas no país, mas precisam ainda realizar uma transição discursiva relacionada às formas de abraçar e evidenciar a alteridade em seus olhares sobre o cotidiano brasileiro. Se por um lado há mudanças significativas de aspectos tecnológicos que possibilitam formas diferentes de produzir e consumir a notícia, por outro lado, observamos uma cristalização dos procedimentos de seleção e construção da notícia que impede a adoção de novos olhares, representações e o reconhecimento das diversas identidades sociais da população brasileira, o que é fundamental para romper com o racismo estrutural e prover mudanças nas relações étnico-raciais no território nacional.

A pesquisa demonstra que opressões sofridas pelos negros muitas vezes se transformam em um silêncio naturalizado na mídia. Nosso estudo identificou que a maioria dos apresentadores e repórteres dos telejornais estudados são pessoas brancas, o que configura a

ausência e a exclusão de profissionais negros neste importante seguimento do jornalismo. O lugar de fala ocupado por atores sociais negros, como especialistas e fontes de informação qualificadas chega a ser insignificante no conjunto de notícias analisadas. Além disso, há pouco espaço para matérias sobre negritude e desigualdades sociais. Assim, observa-se a permanência do domínio da supremacia branca, entendida aqui como a “branquitude”, nas representações da vida cotidiana tanto no Jornal Nacional quanto no Repórter Brasil. Ambos os noticiários televisivos abordam as relações étnico-raciais nas edições analisadas, porém, não abrem espaço para a pluralidade de vozes sociais, a adoção da diferença e a veiculação de novos discursos e representações da população negra.

As condições socioeconômicas dos brasileiros têm sido transformadas ao longo das décadas, mas muitas desigualdades ainda permanecem. Neste contexto, os telejornais não têm contribuído para superá-las, pois quando fazem referências à negritude os relatos muitas vezes estão ancorados na cristalização de estereótipos de negros e negras. Hoje, poucas produções telejornalísticas promovem o reconhecimento da cultura afrodescendente, por meio de pautas e temas propositivos e relevantes que possam colaborar para a transformação social.

Os apontamentos e achados desta pesquisa mostram a importância da adoção de critérios de noticiabilidade mais arejados na produção das notícias que permitam maior visibilidade da diversidade e da pluralidade de vozes da sociedade brasileira. A alteridade é um princípio fundamental a ser adotado na seleção, produção e construção das notícias. Como destaca Bell Hooks (2019), o século XXI está marcado por embates na ordem do imaginário, por uma guerra de imagens e signos, por uma sede de representação e visibilidade. Nesse sentido, para que possamos desestruturar as bases que mantêm o racismo estrutural e simbólico, precisamos de ações transformadoras capazes de encontrar maneiras de reinventar um mundo possível, solapando antigas ordens e discursos que ainda se mantêm, fazendo do campo das representações um lugar de luta e de criação de outros olhares sobre a negritude e as pessoas negras. O telejornalismo como lugar de tessitura do cotidiano social constitui-se assim como um lugar privilegiado para o fomento de ações críticas que transformem as imagens das relações étnico-raciais e criem alternativas capazes de transformar nossas visões de mundo.

Afinal, é preciso ressaltar que em um universo de 3175 produções telejornalísticas que formaram o *corpus* desta pesquisa e foram veiculadas tanto no Repórter Brasil quanto no Jornal Nacional, apenas 334 produções, ou seja, pouco mais de 10% das matérias jornalísticas continham a presença de negros ou faziam menção a este segmento da população, direta ou indiretamente. Assim, esses resultados apontam que além de examinar quando e como os negros são notícias, objeto desta pesquisa, é necessário ainda avançar na compreensão dos

silenciamentos, das ausências e das exclusões promovidas pelos métodos operativos do telejornalismo e dos próprios mecanismos socioeconômicos que deflagram a constituição de acontecimentos e fenômenos sociais no país.

A ausência da visibilidade de afrodescendentes em notícias sobre política e economia, temas com maior relevância na pauta do jornalismo diário é uma demonstração que a estrutura social brasileira ainda confere pouco espaço aos negros. São as pessoas brancas que ocupam os cargos mais importantes na estrutura social, o que lhes conferem visibilidade, representação e lugar de fala legitimado. Por outro lado, há um crescimento de notícias que conferem visibilidades positivas à população negra, uma vez que a estrutura social do país está em transformação. Contudo, as produções de notícias sobre racismo e relações raciais que permitiriam um combate ao racismo simbólico e a ruptura com antigos estereótipos ainda carecem de uma maior profundidade, criando nexos e articulações com a nova realidade social de negros e negras que atuam como intelectuais, diretores e dirigentes em vários segmentos da sociedade na atualidade, e com a própria cultura negra que já a algum tempo começou a ser valorizada no processo de constituição e formação do país.

Os telejornais são construtores de realidades e de significados da experiência, a partir da transformação de fatos sociais em acontecimentos midiáticos, veiculados na forma de notícias. Assim, acreditamos que o reconhecimento da diferença e a promoção da pluralidade de vozes no telejornalismo seria uma forma de ampliar leituras subjetivas das identidades negras, promovendo o reconhecimento da diversidade. Identificamos, por meio da Análise Televisual, que as matérias sobre negritude que formam o *corpus* desta pesquisa estão articuladas aos conceitos de redistribuição, reconhecimento e representação. Entretanto, inferimos por que as matérias de redistribuição relevam a manutenção de um racismo estrutural no país e a condição marginalizada do negro? Não temos um outro olhar sobre o tema? Onde estão os negros que ascenderam socialmente, estudam, fazem faculdades, assumem importantes cargos em empresas, instituições e no setor público? Onde estão os vários médicos, advogados, jornalistas e outros profissionais que já a algum tempo ingressaram no mercado de trabalho devido as políticas públicas e sociais que vem sendo implementadas no país desde o final do século XX? Por que as matérias sobre o reconhecimento da população negra apenas ganham visibilidade em épocas específicas e em datas comemorativas? Em síntese, indagamos porque a representação do negro em posições valorativas não está presente no cotidiano de matérias e reportagens televisivas.

Esta Tese não pretendeu esgotar as respostas sobre essas questões, nem a reflexão crítica sobre as relações entre negritude e telejornalismo, mas contribuir para outros modos de ver as

relações étnico-raciais construídas na tevê. A pesquisa evidencia que os telejornais são espaços simbólicos relevantes de visibilidades e invisibilidades da vida social e poderiam contribuir de maneira bem mais expressiva para a modificação da estrutura econômica e política conservadora que baliza e mantém o racismo estrutural no Brasil, divulgando dados sobre desigualdade sociais, combatendo a injustiça material, por meio de representações mais positivas da negritude, e fomentando novos olhares para os afrodescendentes, como um “remédio” afirmativo.

A realização desta investigação foi muito importante para meu percurso e crescimento pessoal, é o desfecho de um grande ciclo iniciado na infância com um sonho de criança-pobre de ser doutor – “conhecedor das letras” - como dizia minha avó, e autor de minha própria história. A consecução deste trabalho é gratificante, emancipador e revolucionário. Afinal, estudantes negros e pardos já são maioria nas universidades públicas, uma inclusão social e racial decorrente de muitas e necessárias lutas políticas<sup>125</sup>, porém menos de 30% dos estudantes de pós-graduação são negros<sup>126</sup> e apenas 16% dos negros ocupam cargos de professores universitários<sup>127</sup>. A Tese e o Doutorado me permitiram desbravar novos caminhos, conhecer e perceber a negritude de outras formas e, sobretudo, descolonizar minha mente.

O encerramento deste ciclo, implica novos desafios e caminhos a seguir, ainda há barreiras a serem transpostas, uma vez que a inserção no mercado profissional como professor universitário e pesquisador tem se tornado cada vez mais competitiva. Contudo, espero me tornar professor e contribuir com novas leituras e reflexões sobre a minha profissão, as mídias, a televisão, o jornalismo e a articulação entre esses campos de pesquisas e os estudos das relações étnico-raciais no Brasil, fomentando, junto com os novos pesquisadores negros e brancos que se interessam pelo tema, reflexões que possam contribuir e gerar novos discursos e representações sobre a negritude, colaborando assim com a ruptura de antigos estereótipos e o combate ao racismo simbólico.

---

<sup>125</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/pretos-e-pardos-sao-maioria-nas-universidades-publicas-no-brasil-diz-ibge.shtml>>. Acesso 20 de nov., 2019.

Contudo, notícia publicada no mesmo dia da Consciência Negra de 2019 revela que os negros ainda <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/reporter-brasil/2019/11/20/a-cada-cinco-resgatados-em-trabalho-escravo-no-brasil-quatro-sao-negros.htm>.

<sup>126</sup> <http://www.vermelho.org.br/noticia/316769-1>

<sup>127</sup> <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>

## 8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução de Jacob A. Pierce. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ALENCAR, Ricardo Vernieri de. Economia Política da Comunicação e Consumo: uma perspectiva sobre o mercado de televisão por assinatura no Brasil. In: Anais **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.

ARAÚJO, Joel Zito Almeida de. **A negação do Brasil: o negro na telenovela Brasileira**. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo. 2000.

\_\_\_\_\_; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (orgs) **O negro na TV Pública**. 2. ed. – Brasília: FCP, 2012.

BARBOSA, Marialva. **Escravos e o Mundo da Comunicação: oralidade, leitura, e escrita no século XIX**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

\_\_\_\_\_. Imaginação televisual e os primórdios da TV no Brasil. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; Roxo, Marco (org.). **História da Televisão no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 15-35.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

\_\_\_\_\_. Mapeamento das pesquisas em Telejornalismo no Brasil: um estudo da produção acadêmico-científica de 2010 a 2014. In: **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 22, n. 4, outubro, novembro e dezembro de 2015, pag. 191-206. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/20534> Acesso em: 20/ ago/2016.

\_\_\_\_\_. Mídia e Jornalismo como formas de conhecimento: Uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. In: **Matrizes: Revista do PPG em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**, São Paulo: USP, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/38335/41197> Acesso em: 15/jan/2018.

\_\_\_\_\_. Mídia, telejornalismo e educação. In: **Matrizes: Revista do PPG em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**, São Paulo: V.10 - Nº 1 jan./abr. 2016 São Paulo – Brasil p. 149-164. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/119541/116878> Acesso em: 15/jun/2017.

\_\_\_\_\_; SILVA, Rafael Pereira da. Representações e (in) visibilidades da negritude no telejornalismo brasileiro: o negro e as relações étnico-raciais são notícias na TV. In: AGUIAR, Leonel; MARTINEZ, Mônica; SILVA, Marcos Paulo da. (org). E-book “**Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**”. Editora: Insular, 2018, p. 208-224.

\_\_\_\_\_. **Televisão e Telejornalismo: Transições.** São Paulo: Editora das Letras e Cores, 2016.

\_\_\_\_\_. Tendências e desafios da produção noticiosa audiovisual – Contribuições do Grupo de Pesquisa Mídia, Jornalismo Audiovisual e Educação – diálogos possíveis do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. In: EMERIM, C; COUTINHO, I; FINGER, C (Orgs). **Epistemologia do telejornalismo brasileiro.** Coleção Jornalismo Audiovisual. V7. Florianópolis: Insular, 2018.

BELCAVELLO, Frederico. A Tv Industrial de Juiz de Fora. Dissertação Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Comunicação, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/4535> Acesso em: 13, jul, 2019.

BERGAMO, Alexandre. A reconfiguração do público. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; Roxo, Marco (org.). **História da Televisão no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 15-35.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BLAKE, J. *Television and The Second Screen. Interactive TV in the age of social participation.* Londres e Nova Iorque: Routledge, 2017.

BORGES, Edson; MEDEIRO, Carlos Alberto; D'ADESKY, Jacques. **Racismo, Preconceito e Intolerância.** Coordenação Wanderley Loconte. – 7ª ed. –São Paulo: Atual, 2009. – (Espaço e debate).

BOLAÑO, César; MASTRINI, Guillermo. Economía política de la comunicación: un aporte marxista a la constitución del campo comunicacional. Eptic On Line – **Revista Electrónica Internacional de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación.** Aracaju, v. 3, n. 3, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br>>. Acesso em: 11 maio 2009. p. 58.

BRESSIANI, Nathalie. Redistribuição e reconhecimento - Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. In: **Caderno CRH,** Salvador, v. 24, n. 62, p. 331-352, Maio/Ago. 2011.

BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César; ROSA, Ana Maria. O GT Economia política e políticas de comunicação da Compós e a construção de uma epistemologia crítica da comunicação. In: **Encontro Anual da Compós, 2010,** Rio de Janeiro. **Anais.** Rio de Janeiro: Compós, 2010.

\_\_\_\_\_; LADEIRA, João Martins; PREVEDELLO, Carine Felkl; FINGER, Jéssica M. Grohmann. Radiodifusão, Cabodifusão e Internet: os canais da TV universitária e suas diferenças. In: **Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.**

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília:

Secom, 2016. Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM 2016: Levantamento quantitativo domiciliar sobre os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Confira o relatório na íntegra. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view> Acesso: em 23,set, 2019.

CABRAL, Eula Dantas Taveira; FILHO, Adilson Vaz Cabral. Tv digital terrestre no Brasil: inovação tecnológica para uma expansão sem novidades. In: anais **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Entre políticas, processos, tecnologias e concentração da TV aberta no Brasil. In: Anais **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014.

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982.

CARLÓN, Maria; FECHINE, Yvana (Org.). **O fim da Televisão**. Tradução de Diego Andres Salcedo, Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2014.

CARVALHO, Juliana Marques de. A digitalização da televisão: a TV Brasil e a consolidação da televisão pública no país. In: **Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Fortaleza, CE – 3 a 7/9/2012.

CARRAÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva (orgs). **Espelho Infiel: o negro no jornalismo Brasileiro**. – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

\_\_\_\_\_; CARDOSO, Gustavo (org). A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Ação Política. **Conferência promovida pelo Presidente da República de Portugal**, 2005, Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Disponível em: [http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade\\_em\\_Rede\\_CC.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf) Acesso em: 15/jun/ 2018.

CERQUEIRA, D.; e COELHO, D. (2015). **Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade**. Rio de Janeiro: Ipea, Nota Técnica nº 15.

CERQUEIRA, D e COELHO, D. (2017). **Democracia Racial e Homicídios de Jovens Negros na Cidade Partida**. TD 2267 - Ipea, Brasília, Janeiro de 2017.

CERTEAU. Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**. 19. Ed. Tradução de Emphraim Ferreira Alves. – Petrópolis, Rj; Vozes, 2012.

CHAPARRO, Carlos Manuel. CHAPARRO, Manuel Carlos. Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Satarem: Jortejo, 1998.

CONCEIÇÃO, Fernando. Do 13 ao 20. Mídia e Etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos. In: CARRAÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva (orgs). **Espelho Infiel: o negro no jornalismo Brasileiro**. – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004, pg. 101-111.

\_\_\_\_\_. **Mídia e etnicidade: no Brasil e nos Estados Unidos**. – São Paulo: Livro Pronto, 2005.

COSTA, Gabriela Vasconcelos Soares; HENRIQUES, Rafael da Silva Paes. O Lugar da População Negra no Telejornalismo Capixaba. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016**. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2291-1.pdf> Acesso em: 22/set/2018.

COUTINHO, Iluska. Sobre o (Tele)Jornalismo Público: conceitos e métodos de análise. In: COUTINHO, Iluska, (Org.). **A informação na TV pública**. Florianópolis: Insular, 2013.

\_\_\_\_\_. Repórter Brasil: informação pública em dois tempo. In: COUTINHO, Iluska, (Org.). **A informação na TV pública**. Florianópolis: Insular, 2013.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**/ Hoffnagel, J. & Falcone, K. (Orgs.) São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. (org) **Racismo e discurso na América Latina**. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

DUARTE, Elizabeth Bastos. **Preâmbulo**. In.: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília de. (orgs). **Comunicação Audiovisual - Gêneros e formatos**. Porto Alegre/RS: Editora Sulina, 2007a, p. 7-18.

EMERIM, Cárilda; CAVENAGHI, Beatriz. Cobertura ao vivo em telejornalismo: propostas conceituais. **SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – 10o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, novembro de 2012. Disponível em: < <http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/view/1699/296>> . Acesso em: 10, abril, 2018.

FECHINE, Yvana. Gêneros televisuais: a dinâmica dos formatos. **Revista Symposium**, Universidade de Pernambuco. Ano 5 • nº 1 • janeiro-junho 2001. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3195/3195.PDF> Acesso: 05, nov, 2019.

\_\_\_\_\_. Transmídiação e cultura participativa: pensando as práticas textuais de agenciamento dos fãs de telenovelas brasileiras. In: **Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação XXIII Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal do Pará, 27 a 30 de maio de 2014. Disponível em [http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT14\\_PRATICAS\\_INTERACIONAIS\\_E\\_LI\\_NGUAGENS\\_NA\\_COMUNICACAO/yvanafechine\\_compos2014\\_revisado\\_2268.pdf](http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT14_PRATICAS_INTERACIONAIS_E_LI_NGUAGENS_NA_COMUNICACAO/yvanafechine_compos2014_revisado_2268.pdf) Acesso: 05, nov, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na Sociedade de Classes**. Volume II. – São Paulo : Globo, 2014.

\_\_\_\_\_. **O negro no mundo dos Brancos**. 2. ed. Revista – São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, Camila Santos Mendonça. SILVA, Rafael Pereira da. Protagonismo na teledramaturgia brasileira: o negro no mundo ficcional do branco. **In: XI Encontro Nacional de História da Mídia**. Realizado de 8 a 10 de junho, na Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/11o-encontro-2017/gt-historia-das-midias-audiovisuais/protagonismo-na-teledramaturgia-brasileira-o-negro-no-mundo-ficcional-do-branco/view> Acesso em:: 21/ jan/ 2018.

FONSECA, Daniel. Cambios, sí, pero no mucho: mesmo com o “digital”, o broadcasting resiste. In: Anais **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

FRANÇA, Vera Veiga. **Narrativas Televisivas** - Programas Populares na Tv - Comunicação & Cultura - Vol. 4. Editora: Autêntica, 2006.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju; Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

FRAZÃO, Samira Morati. **Parceiro do RJ: a prática do jornalismo participativo no RJTV 1ª edição e as transformações na rotina profissional dos jornalistas**. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-graduação em Jornalismo.

FRAZER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento?** Um debate político-filosófico. Ediciones Morata, S. L. Madrid, 2006a.

\_\_\_\_\_. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006b. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. La justicia social en La era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento?** Um debate político filosófico. Madrid: Ediciones Morata, 2006b. p. 17-88.

GADRET, Débora Lapa. **A emoção na reportagem de televisão**: as qualidades estéticas e a organização do enquadramento. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/143019> Acesso em: 21, jun, 2019.

GOMES, Itania Maria Mota. Efeito e recepção. **A interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media Rio de Janeiro**: E-papers, 2004.

\_\_\_\_\_. Gênero televisivo como categoria cultural: um lugar no centro domapa das mediações de Jesús Martín-Barbero. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**. p. 1-31, abril de 2007

\_\_\_\_\_. (Org). Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo / Itania Maria Mota Gomes, organizadora. - Salvador: EDUFBA, 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Classes, raças e Democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2002.

GRIJÓ, Wesley Pereira; SOUSA, Adam Henrique Freire. O negro na telenovela brasileira: a representação nas telenovelas da TV Globo na década de 2000. In: **XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM)**, 2011, Recife. Anais... Recife, 2011. Acesso em: 30/fev/2016.

GUTMANN, Juliana Freire. **Formas do Telejornal: linguagem televisiva, jornalismo e mediações culturais**. Salvador: EDUFBA, 2014.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editoras Apicuri/PUC-Rio, 2016.

\_\_\_\_\_. **Da Diáspora: identidade e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende [et al]. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARTLEY, John. *Uses of television*. New York: Routledge, 2006.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf) Acesso em: 27, nov, 2019.

KELLNER, D. **A cultura da mídia**. Bauru: EdUsc, 2001.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**: tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

KOVACH, B; ROSSENTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração editorial, 2003.

LAGO, Claudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. In: **Revista Brazilian Journalism Research** - Volume 6 - Número 1 – 2010. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/253> Acesso em: 29, out, 2018.

LIMA, Solange Martins Couceiro. A personagem negra na telenovela brasileira: alguns momentos. In: **REVISTA USP**. São Paulo, n.48, dez. 2000 /fev.2001, p. 88-99.

LOPES, Denise Maria Moura da Silva. Avanço da tv por assinatura e o desligamento dos canais analógicos abertos: paralelas que se cruzam. In: **Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

LOPES, Flávia Valério; ALVES, Wedencley. Discurso e redes sociais: o caso “Voz da comunidade. In **Ciberlegenda**, Revista do PPGCOM/ UFF. Nº 25, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/issue/view/31/showToc>. Acesso em: 21/jun/2015.

LOPES, Ivonete da Silva. O Reflexo da (des)regulamentação no Conteúdo Local e na Gestão das TVs Educativas. In: Anais **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

LOPES, Ruy Sardinha. Economia Política da Comunicação e da Cultura: aportes para a formação de um campo disciplinar. In **MATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**. Ano 6, número 10, semestral, out/2015 a mar/ 2016. Disponível em: <http://www.pragmatizes.uff.br>. Acesso: 20, fev, 2017.

MACHADO, Arlindo. **A Televisão Levada a Sério**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2000.

MARQUES DE MELO, Jose; ASSIS, Francisco de. (Org.). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.  
**Disponível em:** <https://www.amazon.com.br/G%C3%AAneros-Jornal%C3%ADsticos-Brasil-Jos%C3%A9-Marques-ebook/dp/B06X6G8GHK> Acesso: 05,nov, 2019.

MARQUES, Renan da Silva; DOURADO, Jacqueline Lima. O mercado regional de televisão aberta do Piauí. In: **Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação e Identidade: quem você pensa que é?** – São Paulo: Paulus, 2010. – (Coleção Comunicação).

MATTOS, Sérgio. A evolução histórica da Televisão Brasileira. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Na lei e na Raça** – Legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos. Coleção Políticas de Cor. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MELO, Paulo Victor Purificação. TVs legislativas e Comunicação Pública: reflexões acerca da gestão das emissoras. In: Anais **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Fortaleza, CE – 3 a 7/9/2012.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. In: **Revista de Sociologia e Política**, nº 29: 169-185 nov. 2007.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. 2ª Edição. Editora Ática. 1989.

MOSCO, Vincent. Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral. **Comunicação e sociedade I** – Cadernos do Nordeste, Ninho, v. 12, n. 1-2, p. 97-120, 1999. p. 107.

\_\_\_\_\_. (2009): “La economía política de la comunicación: una tradición viva”. **Conferencia inaugural del VII Congreso Internacional ULEPICC**. (pp. 15 – 50). Madrid: ULEPICC.

MOTA, Joanne Santos; SANTOS, Anderson David Gomes dos. Economia Política da Comunicação no Brasil: um subcampo em construção. In: **Intercom Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. Ed. – São Paulo: Global, 2016.

NAZARENO, Cláudio. **A implementação da TV Pública no Brasil**. Consultoria legislativa, na Área XIV Comunicação Social, Informática, Telecomunicações, Sistema Postal, Ciência e Tecnologia, 2007. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema4/2007\\_4317.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema4/2007_4317.pdf) Acesso, 05, nov, 2019.

NEGRINI, Micheli. Telejornalismo em análise: considerações sobre gênero televisivo e modo de endereçamento. In: **Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, v. 2, n. 1, p. 99-119, jan-abr. 2018.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. Porto: Porto Editora, 2005.

OLIVEIRA, Lívia Fernandes. O telejornalismo e a luta por reconhecimentos: como as narrativas midiáticas podem atuar na autonomia ou não dos sujeitos. In: **Revista Leituras do Jornalismo**, ano 02, número 03, janeiro-junho de 2015.

ORMANEZE, Fabiano; FABRI JR, Duílio. Entregues pela contradição: preconceito racial, discurso politicamente correto e manipulação midiática. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2851-1.pdf> Acesso em: 22/out/2018.

OROZCO, G. Televisão: Causa e efeito de si mesma. In (Org.) CARLON, M.; FECHINE, Y. **O fim da televisão**. Rio de Janeiro. Confraria do Vento. 101 p.2014

PEREIRA, Amilca Araújo. **O mundo negro**. Relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

PINTO, Letícia Eloi; RIBEIRO, Marislei. A Influência dos haters na pauta jornalística: Caso de racismo com a jornalista brasileira Maju. In: **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2478-1.pdf> Acesso em: 22/set/2018.

PREVEDELLO, Carine Felkl. TVs universitárias nas capitais: cenário e perspectivas para o campo público. In: Anais **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

PONTES, Felipe Simão. Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil. Florianópolis: Insular, 2015.

RAMOS, Alberto Guerreiro. “**A patologia do ‘branco’ brasileiro**”. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995 (1957).

RAMOS, Silvia (Org.). **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; FIRMINO, Fernando. (Org.). **Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009, v 2, p. 1-269.

REIS, Angela Pintor dos. O reconhecimento nas relações intersubjetivas tecnologicamente mediadas. In: **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul – v. 14, n. 28, jul./dez. 2015, p. 99-112

RESENDE, Fernando. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: silva, Gislene *et al.* (Org.). **Jornalismo Contemporâneo, figurações, impasses e perspectivas**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011. p. 119-138.

REZENDE, Guilherme Jorge de. 60 anos de jornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; Roxo, Marco (org.). **História da Televisão no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_.; Televisão e história. In: **História da Televisão no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 7-11.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; MOTA, Joanne Santos. 10 anos da ULEPICC-Br: contribuições para o desenvolvimento da EPC no Brasil. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizam a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Joel Rufino dos Santos. **A história do negro no teatro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2014.

\_\_\_\_\_. **O que é racismo**. – São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção Primeiros Passos; 7)

\_\_\_\_\_. **Saber do Negro**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SCHWARCZ, Lilian Mortitz. **O espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. Cor e raça na sociabilidade Brasileira. 1ª Ed. –São Paulo: claro Enigma, 2012.

\_\_\_\_\_. **Retrato em Branco e Preto**. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no Final do século XIX. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

SILVA, Fernanda Maurício. **Dos telejornais aos programas esportivos: gêneros televisivos e modos de endereçamento**. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Salvador.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Universidade Federal de Santa Catarina, v, 2, n.1, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830> Acesso em: 05/11/2019

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro**: abolição na imprensa e no imaginário social. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SILVA, Natália Oliveira Teles da; GERALDES, Elen. A cobertura das cotas raciais de acesso à universidade pública na Empresa Brasil De Comunicação. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3155-1.pdf> Acesso em: 22/out/2018.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e Brancos na mídia. In: DIJK, Teun A. van. (org) **Racismo e discurso na América Latina**. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015, pg. 73-118.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Wellington Oliveira dos; ROCHA, Neli Gomes. Racismo discursivo, legislação e proposições para a televisão pública brasileira. In: ARAUJO, Joel Zito; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (orgs) **O negro na TV Pública**. 2. ed. – Brasília: FCP, 2012.

SILVA, Rafael Pereira da. Análise das pesquisas sobre televisão no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura da Intercom entre 2010 a 2016. In: **Grupo de Interesse em Economia Política da Comunicação da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC)**, 2018. Disponível: em <http://alaic2018.ucr.ac.cr/es/memorias>. Acesso: 16, out, 2019.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?**.São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SKIDMORE. Thomas E. **Preto no Branco** – Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução Donaldson M. Garschagen – 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do Comum**: notas para o método comunicacional. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Claros e Escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA, Jessé. (org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Rebeca Karen de; YADE, Juliana de Souza Mavoungou; ROCHA, Marcelo da Silva. Representações Sociais: A (in) visibilidade da População Negra na Mídia Televisiva Brasileira. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1048-1.pdf> Acesso em: 22/out/2018.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: Além do espelho e das construções**. Série Jornalismo e Rigor, Volume 4. Florianópolis, Editora Insular, 2009.

SANTOS, Suzy dos. Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras. In: E-Compós, Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/104> Acesso: 22, jul, 2019.

\_\_\_\_\_; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.) . Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. 1 ed. São Paulo : Paulus, 2005, v.1, p. 77–101.

\_\_\_\_\_; Get back to where you once belonged: alvorada, ocaso e renascimento da economia política nas análises da comunicação. In: Valério Cruz Brittos; Adilson Cabral. (Org.). Economia Política da Comunicação: interfaces brasileiras. 1ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, v. 1, p. 14-36.

VIZEU, Alfredo (ORG). **A Sociedade do Telejornalismo**. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska. (Orgs.). Florianópolis: Insular, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo Jornalística – uma comunidade interpretativa**. Florianópolis: Insular, 2. Ed., 2008.